

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

**A EXTENSÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSFORMAÇÃO
SOCIAL: ANÁLISE DA POLÍTICA DE EXTENSÃO NO IFSUL**

ANA LÚCIA RIBEIRO MENDES

**Pelotas
2013**

ANA LUCIA RIBEIRO MENDES

**A EXTENSÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSFORMAÇÃO
SOCIAL: ANÁLISE DA POLÍTICA DE EXTENSÃO NO IFSUL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristine Jaques Ribeiro

**Pelotas
2013**

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho é fruto da vontade de superar obstáculos que sempre moveu a minha existência e do apoio incondicional e carinho de todos aqueles que estiveram à minha volta nesse processo e também daqueles que aqui não estão, mas que durante a minha vida contribuíram de alguma forma para o meu crescimento pessoal.

Meu sincero agradecimento:

À minha família pela paciência nas horas em que estive ausente e pelo incentivo e amor que sempre dedicaram a mim, essa conquista foi por eles;

Aos colegas e amigos do trabalho pela amizade e apoio;

À minha orientadora, Cristine Jaques Ribeiro, pelo conhecimento e por acreditar na minha capacidade;

Às professoras Vera Maria Ribeiro Nogueira e Denise Silveira por aceitarem participar da banca e por qualificarem o meu trabalho com sua sabedoria;

A todas as professoras e professores e colegas do mestrado pelo tempo que passamos juntos, foi um período de crescimento pessoal importante na minha vida;

À gestão do IFSul, pelo apoio financeiro recebido, e pelos dados disponibilizados;

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para este momento e a eles ofereço meu carinho e a minha consideração.

O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. (FREIRE, 1968, p.16)

A EXTENSÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: ANÁLISE DA POLÍTICA DE EXTENSÃO NO IFSUL

Dissertação submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Banca examinadora:

Prof^ªDr^ª Cristine Jaques Ribeiro - UCPel
Orientadora

Prof^ªDr^ª Vera Maria Ribeiro Nogueira - UCPel
Membro Examinador I

Prof^ªDr^ª Denise Nascimento Silveira - UFPel
Membro Examinador II

LISTA DE ABREVIATURAS

APLs-Arranjos Produtivos Locais

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento

C.F.- Constituição Brasileira

CEFETs- Centros Federais de Educação Tecnológica

CEPE- Conselho de ensino pesquisa e extensão

CLT- Consolidação das Leis de Trabalho

CODAE- Coordenação das Atividades de Extensão

CONIF- Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

CRUTAC- Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária

DGP - Diretoria de Gestão de Pessoas

EAFs-Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais

EPCT- Educação Profissional, Científica e Tecnológica

E-TEC Brasil- Escola Técnica Aberta do Brasil

ETFPEL- Escola Técnica Federal de Pelotas

ETFs- Escolas Técnicas Federais

ETP- Escola Técnica de Pelotas

ETPs-Escolas Técnicas Profissionais

FORPROEX-Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

FUNCEFET- Fundação de Apoio ao Instituto Federal de Educação e Tecnologia Sul-riograndense

GT- Grupo de trabalho

IFET- Instituições Federais de Ensino Técnico

IFSul- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia

IPES- Instituições Públicas de Educação Superior

LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEC- Ministério da Educação
PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional
PET- Programa de Educação Tutorial
PIIEX -Programa Institucional de Incentivo à Extensão do IFSul
PNE- Plano Nacional de Educação
PNQP - Plano Nacional de Qualificação Profissional.
PPP - Projeto Político Pedagógico
PROEJA- Programa de Educação de Jovens e Adultos
PROEN- Pró-Reitoria de Ensino
PROEP-Programa de Expansão da Educação Profissional
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão
PROEXT - Programa de Extensão Universitária
PROJOVEM- Programa de Inclusão de Jovens
PROMINP - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
ProUni- Programa Universidade para todos
REDESIST- Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
RENAPI- Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais
SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESu – Secretaria de Educação Superior
SETEC- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UNED- Unidade de Ensino Descentralizado
UNI- União Nacional dos Estudantes
USAID- United States Agency for International Development

RESUMO

O estudo tem como foco a proposta de extensão do Instituto Federal Sul-rio-grandense, e tem como objetivo geral a análise da mesma, a fim de compreender a concepção de extensão que a norteia, como se dá seu desenvolvimento e qual a sua sintonia com a política nacional de extensão. O estudo das categorias Políticas Sociais, Trabalho, Educação Profissional e Extensão forneceu o suporte teórico necessário para a análise. O trabalho foi dividido em quatro capítulos. No primeiro, aborda-se a Política Nacional de Educação Profissional no Brasil, trazendo a discussão sobre a formação para o trabalho, o contexto histórico e político da educação profissional, seu marco legal e a proposta colocada para a Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia e, conseqüentemente, para os Institutos Federais. No segundo capítulo, discute-se a importância da extensão na educação brasileira e o papel que pode assumir, como instrumento de mudança social. No terceiro capítulo, é tratado o percurso metodológico percorrido, os procedimentos metodológicos utilizados que incluíram a análise documental das normatizações institucionais e entrevista semiestruturada, além de quadros, com as dimensões e categorias, utilizados para auxiliar na coleta e organização dos dados e, no quarto capítulo, apresentam-se os dados pesquisados e as análises. Ao realizar o estudo, deparou-se com uma realidade em construção, uma proposta de extensão que pretende estar alinhada com uma concepção inovadora, adotada nacionalmente, e algumas ações de extensão desenvolvidas com base em modelos antigos. Pretende-se que os resultados sirvam para futuras análises que possam vir a ser realizadas pela gestão, no sentido de identificar necessidades de mudança ou correção de rumo no desenvolvimento da política de extensão.

Palavras-chave: Serviço Social, Políticas Sociais, Trabalho, Educação Profissional, Extensão.

ABSTRACT

The study focuses on Instituto Federal Sul-rio-grandense extension policy, and aims the analysis of it in order to understand the conception of extension that guides it, how it develops and what is its line with the national extension politics. The study of Social Politics, Work, Professional Education and Extension, provided the technical support needed to the analysis. The paper was divided in four chapters, in the first we discussed the National Politics of Professional Education in Brazil, bringing the debate about the work formation, the historical and political context of professional education, its legal mark and the proposal to the Education, Science and Technology Federal Net and consequently to the Federal Institutes. In the second chapter, we discuss the importance of extension in Brazilian education and the role that it can take as an instrument of social change. In the third chapter we treated about the methodological path traversed, the methodological procedures used that included the documental analysis of the institutional norms and the semi-structured interview as well as frames with the dimensions and categories used to assist gathering and organization of the data and in the fourth chapter we presented the researched data and our analysis. When conducting the study we faced with a reality in construction, an extension proposal that intends to be aligned with an innovative conception, nationally adopted, and some extension actions developed based on old models. It is intended that the results serve to further analysis that may be undertaken by management in order to identify the needs of changing or correction in the development path of extension politics.

KEY-WORDS: Social Work, Social Politics, Work, Professional Education, Extension.

LISTA DE QUADROS

QUADRO1-PRIMEIRAS INICIATIVAS OFICIAIS EM RELAÇÃO À PROFISSIONALIZAÇÃO.....	20
QUADRO 2- PRIMEIRAS INICIATIVAS DE LEGISLAÇÃO – 1909 A 1997.....	21
QUADRO 3- LEIS E DECRETOS REFERENTES À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	36
QUADRO 4 - HISTÓRICO DO IFSUL	43
QUADRO 5- HISTÓRICO DA ORIGEM DA EXTENSÃO NA AMÉRICA LATINA.....	50
QUADRO 6- HISTÓRICO DA EXTENSÃO NO BRASIL	51
QUADRO 7- DIMENSÃO I: POLÍTICA DE GESTÃO.....	64
QUADRO 8- DIMENSÃO II: RELAÇÃO ENTRE INSTITUTO E SOCIEDADE	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	17
1.1 A formação para o trabalho e o contexto histórico e político da educação profissional no Brasil.....	17
1.1.1 A formação para o trabalho	18
1.1.2 Contexto histórico da educação profissional no Brasil	19
1.1.3 A crise do capital e os reflexos para a educação profissional no Brasil.....	26
1.2 Marco legal da educação profissional no Brasil.....	36
1.3 A Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia.....	39
1.3.1 Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia.....	39
1.3.2 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	40
1.3.3 O Instituto Federal Sul-rio-grandense	43
2 A EXTENSÃO COMO IMPORTANTE INSTRUMENTO DE MUDANÇA SOCIAL.	47
2.1 Alguns conceitos de extensão ao longo da história.....	47
2.2 O processo histórico da extensão na educação brasileira e os novos rumos na atualidade.	49
2.3 A filosofia extensionista proposta para a Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia	60
3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS	62
4 A EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIOGRANDENSE	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	85

APÊNDICES88

INTRODUÇÃO

As primeiras iniciativas de formação para o trabalho, no Brasil, são da época em que a família real portuguesa chegou ao país e, no início, os aprendizes eram escravos e os índios e, depois, os filhos de trabalhadores e menores abandonados, conferindo ao trabalho manual o estigma que tem até hoje, de que é prerrogativa dos desprovidos da fortuna.

Em meados do século XX, o poder público começa a demonstrar interesse em organizar a formação profissional e mudar seu foco principal de atender os menores abandonados para outro, o de preparar operários para o trabalho. Em 1906, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio passa a se responsabilizar pelo ensino profissional, dando início a uma política de incentivo que, ao mesmo tempo em que preparava trabalhadores para suprir a demanda do capital que estava em pleno desenvolvimento, também servia de controle social.

A partir de 1942, diversos decretos tiveram a função de reformar e organizar o ensino industrial, mantendo, no entanto, sua característica de formar trabalhadores para o mercado e de separar o ensino técnico do ensino regular.

Essa lógica dualista, onde a formação de nível médio tinha por base a divisão de classes, perdurou, mesmo com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em fins de 1961, quando o ensino profissional foi equiparado ao ensino acadêmico, apesar dos movimentos em prol de uma educação unificada.

Nas últimas décadas do século XX, ocorreram significativas mudanças no sistema produtivo e na estrutura das sociedades de economia capitalista, devido à crise econômica dos anos 80, nos países desenvolvidos. Os partidários da corrente neoliberal passaram a questionar os modelos hegemônicos Keynesiano, na condução da política macroeconômica, e o fordista, na área da produção. Como alternativa à crise, desenvolveu-se, na área da produção, o modelo de produção flexível afetando e modificando de maneira definitiva as relações de trabalho.

Nesse período, no Brasil, também aconteceram importantes mudanças na esfera produtiva e no campo econômico que estavam estreitamente vinculadas ao contexto maior da

política de reformas neoliberais, colocadas em prática no governo de Fernando Henrique Cardoso.

A reforma na política educacional, ocorrida em 1997, foi uma delas, tendo priorizado os investimentos na educação, com o intuito de fornecer mão de obra para o mercado de trabalho, contribuindo para o aumento da exclusão social.

Em 2003, o governo federal, tentando reverter uma lógica que, durante anos, norteou a educação profissional, de servir aos interesses do capital, iniciou uma discussão com as instituições da rede federal, e como resultado, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro 2008, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

De acordo com as diretrizes que os conceberam, os Institutos Federais têm o papel de intervir na realidade, voltando suas ações para o desenvolvimento local e regional, possibilitando que seus alunos desenvolvam projetos contextualizados, tenham a compreensão crítica da realidade e sejam partícipes da transformação social. Devem atuar nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, respeitando suas particularidades. As atividades de extensão precisam ser desenvolvidas num efetivo diálogo com a sociedade e o conhecimento, produzido em pesquisas, deve visar o bem social. O cumprimento dessa missão é de suma importância para o fortalecimento de uma rede que pretende se consolidar como política social.

Com esse entendimento, elegeu-se como objeto de estudo a proposta de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, a fim de responder as questões: Qual é a concepção de extensão do IF Sul? Os objetivos, metas e ações da Extensão estão sintonizados com a política nacional de extensão? Quais são as interações da instituição com a sociedade? Qual o contexto institucional da extensão e quais são os obstáculos existentes para o desenvolvimento das ações e projetos na percepção dos dirigentes da extensão?

A realização desta pesquisa está ancorada em diversos motivos, entre eles, o trabalho desenvolvido no Instituto Federal Sul-rio-grandense, como Assistente Social desde 1984 e, mais recentemente, como pesquisadora do Observatório da Rede Federal da Educação Profissional e Tecnológica, a partir de 2007. O Observatório é um dos projetos da Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais - RENAPI (oficialmente instituída no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica pela portaria nº 157,

publicada no Diário Oficial da União no dia 4 de novembro). O Objetivo do Observatório é estruturar uma rede de pesquisa, documentação e de informações de referência que permita refletir, de forma atualizada, permanente e contextualizada, as diversas dimensões da EPCT e seu território. As dimensões de pesquisado Observatório atualmente são: Estudo do Mercado de Trabalho Formal; Estudo dos Arranjos Produtivos Sociais e Culturais Locais e Estudo dos Egressos.

No período de 2009 a 2010, iniciou-se, no Observatório, a prospecção de Arranjos produtivos locais¹ na área de influência do IFSul com o objetivo de conhecer os arranjos existentes e suas necessidades internas de formação e tecnologia. O estudo teve início em abril de 2009 e se estendeu até junho de 2010 e teve, como foco, a microrregião de Pelotas/RS. Através da realização de oficinas, entrevistas individuais e questionários estruturados, foi possível identificar, nesses arranjos, demandas por serviços de instituições de apoio e por projetos e ações prioritárias. O relatório final do trabalho foi encaminhado ao Campus Pelotas, à Reitoria e Pró-Reitorias do IFSul, como também à Associação de Prefeitos da Zona Sul, ao Núcleo Estadual de desenvolvimento de APLS e ao MEC- SETEC-Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

A partir dessa experiência, constatou-se que, apesar de estar claro, na Concepção e nas Diretrizes² propostas para os Institutos Federais, a prioridade no atendimento às necessidades dos arranjos locais, como forma de contribuir para o desenvolvimento local, na prática, o IFSul, mais especificamente o Campus Pelotas, demonstra dificuldades em operacionalizar essa questão, uma vez que as demandas encaminhadas pelo Observatório ao mesmo permanecem sem atendimento.

O objetivo geral deste estudo foi o de analisar a política de extensão do Instituto Federal Sul-rio-grandense, a fim de compreender a concepção de extensão que a norteia, como se dá seu desenvolvimento e qual a sua sintonia com a política nacional de extensão. Os objetivos específicos que auxiliaram o trabalho de pesquisa são: Conhecer a concepção de extensão contida em documentos institucionais; Identificar se os objetivos, metas e ações de

¹ Arranjos Produtivos Locais: “Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento” (REDESIST- Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais - MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

² Concepção e Diretrizes – Documento disponibilizado pelo Ministério da Educação e Cultura com a concepção e as diretrizes que norteiam a Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais.

Extensão estão sintonizados com as diretrizes propostas na política nacional; Analisar nas ações propostas, interações que ocorrem entre a instituição e a sociedade; Conhecer o contexto institucional da extensão e os obstáculos existentes para o desenvolvimento das ações e projetos através da percepção dos dirigentes da Pró-Reitoria de Extensão.

Esta pesquisa procurou trazer o aporte teórico necessário para a compreensão da política nacional de educação profissional, no Brasil, e a importância da extensão na educação, condições necessárias para que se pudesse analisar a política de extensão no IFSul.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. No primeiro, tratou-se sobre a Política Nacional de Educação Profissional, no Brasil, abordando a formação para o trabalho, o contexto histórico e político da educação profissional, seu marco legal e a proposta colocada para a Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia e, conseqüentemente, para os Institutos Federais. No segundo capítulo, discutiu-se a importância da extensão na educação brasileira e o papel que pode assumir como instrumento de mudança social. No terceiro capítulo, abordou-se o percurso metodológico. O quarto capítulo apresenta o resultado da pesquisa realizada no Instituto Federal Sul-rio-grandense.

A relevância deste estudo está, principalmente, em considerar que os Institutos Federais, como política pública de formação para o trabalho, podem ser instrumentos poderosos para a construção de uma sociedade justa e, também, que a política de educação profissional deve ser preocupação dos profissionais de Serviço Social, uma vez que a mesma está diretamente vinculada ao processo produtivo e aos interesses econômicos e sociais.

1A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Para melhor compreensão da política nacional de educação profissional no Brasil, este capítulo será dividido em três tópicos. O primeiro aborda a formação para o trabalho e o contexto histórico e político da educação profissional no Brasil, o segundo descreve o marco legal da educação profissional no Brasil e o último traz a proposta de educação profissional colocada para a Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia e, conseqüentemente, para o Instituto Federal Sul-rio-grandense.

1.1 A formação para o trabalho e o contexto histórico e político da educação profissional no Brasil

Este tópico está subdividido em três seções. A primeira seção analisa o papel da educação e da escola na formação do homem para a vida e para o trabalho, revisando conceitos de Gramsci, como subsídio para entender o contexto da educação profissional na sociedade capitalista e, conseqüentemente, auxiliar na compreensão do mesmo, no Brasil. A segunda traz uma retrospectiva histórica da educação profissional no Brasil, as motivações e iniciativas que possibilitaram a sua estruturação na sociedade brasileira. Por último, na terceira seção, é feita uma análise das mudanças ocorridas no sistema produtivo, desencadeadas a partir do processo de reestruturação produtiva, discutindo as implicações dessas mudanças para o trabalho, e a sua influência na política de educação profissional no Brasil, a partir dos anos 90.

1.1.1 A formação para o trabalho

Para analisar a política de educação profissional no Brasil, torna-se fundamental entender qual o papel da educação e da escola na formação do homem para a vida e para o trabalho; como se dá sua submissão ideológica ao sistema e o que é o ser intelectual na sua essência e o que é o ser intelectual na sociedade capitalista.

Para auxiliar nessa compreensão tomou-se por base os preceitos de Gramsci, por suas importantes análises e propostas para o ensino da classe trabalhadora.

Inicialmente, é importante ter claro que, para Gramsci, todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais:

Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo *faber* do homo sapiens (GRAMSCI, 1982, p.7).

Sendo assim, todo homem é capaz de desenvolver atividades intelectuais completamente distintas de sua função ou profissão no mundo produtivo e, com isso, contribuir com novos conhecimentos e mudanças sociais.

Historicamente, diversas categorias especializadas para o exercício da função intelectual, "formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante"(GRAMSCI, 1982, p.8).

Para Gramsci, todo grupo social que se desenvolve para dominar outro grupo tem, como uma das características principais, sua luta no sentido de que este último assimile sua ideologia. Isso se dá através da conquista de seus intelectuais tradicionais, sendo mais rápida e eficiente se o grupo que almeja o domínio tiver seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1982).

No final do século XIX, intensificaram-se as discussões, na Europa, a respeito da obrigação do Estado em prover a educação pública, mas a ideia de dever do Estado para com a educação estava diretamente relacionada ao fortalecimento dos ideários liberais e

democráticos burgueses, que começavam a se fortalecer. As considerações de Gramsci estavam diretamente relacionadas a esse contexto, dando luz às diferenças entre a educação geral e a educação para o trabalho, assim como ao trabalho manual e ao trabalho intelectual. Fez uma forte crítica em relação à política de divisão das escolas, as profissionais que eram destinadas à classe trabalhadora e a clássica que era destinada à classe dominante e, conseqüentemente, defendendo uma escola unitária para todos, sem distinção de classe:

A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais. O desenvolvimento da base industrial, tanto na cidade como no campo, provocava uma crescente necessidade do novo tipo de intelectual urbano: desenvolveu-se, ao lado da escola clássica, a escola técnica (profissional, mas não manual), o que colocou em discussão o próprio princípio da orientação concreta de cultura geral, da orientação humanista da cultura geral fundada sobre a tradição greco-romana. Esta orientação, uma vez posta em discussão, foi destruída, pode-se dizer, já que sua capacidade formativa era em grande parte baseada sobre o prestígio geral e tradicionalmente indiscutido de uma determinada forma de civilização (GRAMSCI, 1982, p.118).

A preocupação de Gramsci com relação à educação devia-se, entre outras coisas, a uma tendência da época de difundir, cada vez mais, as escolas profissionais especializadas, com o objetivo de produzir a submissão ideológica ao sistema capitalista e nas quais o destino do aluno e a sua formação futura eram predeterminados, enquanto o ensino humanista era privilégio da classe dominante.

Para ele, o ideal seria uma escola unitária “de cultura geral, humanista, formativa”, que mantenha o equilíbrio entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. (GRAMSCI, 1982, p.118)

Nesse ponto de vista, a escola prepararia o cidadão de forma que ele pudesse ascender ao posto de governante, ou seja, que as condições para isso fossem iguais para todos. A escola deveria dar oportunidade de acesso a todos, não hierarquizada com diferenças relativas às classes sociais, preparando a todos para as oportunidades profissionais.

Com base nas concepções de Gramsci, pode-se afirmar que a escola é o instrumento para forjar os intelectuais de diversos níveis e essa elaboração não ocorre num terreno democrático abstrato e, sim, de acordo com processos históricos muito concretos.

1.1.2 Contexto histórico da educação profissional no Brasil

Esta seção pretende trazer o contexto histórico do surgimento da política de educação profissional, no Brasil, desde as primeiras iniciativas e formas de legalização até o final do

século XX. Esse retrospecto cronológico é importante para identificar as fases por que passou a formação para o trabalho no Brasil, mas, é igualmente importante, identificar quais foram as reais motivações para a implementação e a manutenção da política de educação profissional no país.

Quadro 1- Primeiras iniciativas oficiais em relação à profissionalização

Ano	Descrição
1809	Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criou o “Colégio das Fábricas”.
1816	Criação de uma “Escola de Belas Artes”, com o propósito de articular o ensino das ciências e do desenho para os ofícios mecânicos.
1861	Organizado, por Decreto Real, o “Instituto Comercial do Rio de Janeiro”, cujos diplomados tinham preferência no preenchimento de cargos públicos das Secretarias de Estado.
Década de 40 do século XIX	Foram construídas dez “Casas de Educandos e Artífices” em capitais de província, sendo a primeira delas em Belém do Pará, para atender prioritariamente os menores abandonados, objetivando “a diminuição da criminalidade e da vagabundagem”.
1854	Decreto Imperial criava estabelecimentos especiais para menores abandonados, os chamados “Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos”.
1858	Liceu de Artes e Ofícios - Rio de Janeiro
1872	Liceu de Artes e Ofícios – Salvador
1880	Liceu de Artes e Ofícios – Recife
1882	Liceu de Artes e Ofícios – São Paulo
1884	Liceu de Artes e Ofícios – Maceió
1886	Liceu de Artes e Ofícios – Ouro Preto

Fonte: Moura, 2007

A formação para o trabalho no Brasil, como mostra o Quadro 1, remonta à época em que a família real portuguesa chegou ao país. Inicialmente, foram os escravos e os índios os aprendizes e, posteriormente, os pobres, filhos de trabalhadores e menores abandonados, dando ao trabalho manual a conotação que tem até os dias de hoje, que o mesmo foi feito para os desprovidos da fortuna, sendo reservando para a elite, o trabalho intelectual.

As iniciativas de Educação Profissional, durante o Império, partiam tanto de associações civis quanto das esferas estatais. Algumas vezes, resultavam também do entrecruzamento de ambas, da parceria de entidades e grupos da sociedade civil com o Estado, através do repasse de recursos financeiros. Dessa forma, a educação profissional, com

o intuito de preparar para o exercício de funções manufatureiras, era responsabilidade de academias militares, entidades filantrópicas e liceus de artes e ofícios (MANFREDI, 2002).

Segundo a autora, as várias sociedades civis destinadas a “amparar crianças órfãs e abandonadas”, foram criadas com a intenção de oferecer-lhes instrução teórica e prática e iniciá-las no ensino industrial, sendo as mais importantes da época, os “Liceus de Artes e Ofícios”.

Durante o Império, as práticas educativas, de modo geral, pareciam refletir duas concepções distintas, mas que, de certa maneira, estavam interligadas: Uma, de natureza assistencialista e compensatória, para “mediante o trabalho, tornar digna a pobreza” e, outra, que colocava a educação como ferramenta de formação para o trabalho artesanal, “considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza”. (MANFREDI, 2002, p.78)

O Quadro 2 pretende trazer o histórico da legalização da educação profissional no Brasil, desde a criação das primeiras escolas de aprendizes, em 1909, com o Decreto 7.566 do então presidente Nilo Peçanha, até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996 e o decreto 2.208/97.

Quadro 2- Primeiras iniciativas de legislação – 1909 a 1997

Ano	Legislação	Descrição
1909	Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro.	Decreto assinado pelo presidente Nilo Peçanha. Criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.
	Decreto nº 7.622, de 21 de outubro.	Cria a Escola anexa ao Posto Zootécnico Federal, hoje Campus Pinheiral – IFRJ, primeira escola destinada ao ensino agropecuário.
1918	Decreto nº. 12.893 de 28/12/1918.	Criação dos patronatos agrícolas.
1927		Projeto de Fidelis Reis, obrigatoriedade do ensino profissional.
1930	14 de novembro de 1930.	É criado o Ministério da Educação e Saúde Pública que passa a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices.
1937	Constituição Federal de 1937.	A Constituição brasileira de 1937 foi a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial.
	Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.	Transforma as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional.
1942-	Decreto-lei nº. 4.073, de 30 de	Leis Orgânicas da Educação – Reforma

1943	janeiro de 1942. Decreto-lei nº. 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Decreto-lei nº. 4.244 de 9 de abril de 1942. Decreto-lei nº. 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Decreto nº. 4.127 de 25 de fevereiro de 1942.	Capanema, que remodelam todo o ensino no País. Organizou o ensino industrial; instituiu o SENAI; organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos; reformou o ensino comercial. Transforma os liceus industriais em escolas industriais técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário.
1959		As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais.
1961	Lei nº 4.024/61- LDB	O ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico.
1967	Decreto nº. 60.731/67	Transfere as fazendas-modelo do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura que passam a funcionar como escolas agrícolas.
1971	Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.	LDB – Fixa diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. A lei reforma o ensino de 1º e 2º graus e impõe um caráter profissionalizante obrigatório para todo o 2º grau. Extinção do exame de admissão ao ginásio.
1978	Lei nº. 6.545/78	Transforma três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica.
1993	Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993.	Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências.
1994	Lei nº. 8.948, de 8 de dezembro de 1994.	Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Transforma, gradativamente, as ETPs e as EAFs em CEFETs. A expansão da oferta da educação profissional somente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.
1996	Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	Lei de diretrizes e bases da educação nacional / LDB. Dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo próprio.
1997	Decreto nº. 2.208, de 17 de abril de 1997.	Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP)

Fonte: MEC/ 2010

No início do século XX, o caráter assistencial do ensino profissional manteve-se com as características assistenciais do século anterior, ou seja, um ensino voltado para os “órfãos e desvalidos da sorte”, para as camadas sociais menos favorecidas. Apesar disso, nesse período, houve um esforço público para organizar a formação profissional no sentido de mudar o foco principal que era atender os menores abandonados para outro igualmente importante, preparar operários para o trabalho. A partir de 1906, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio passou a ter a responsabilidade pelo ensino profissional, favorecendo a consolidação de “uma política de incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola” (MEC, 1999).

Segundo Manfredi (2002, p. 94), no período da Primeira República, a educação profissional teve como característica:

Ao lado da concepção assistencialista e compensatória, pelo surgimento da concepção católico-humanista, orientada pelo trabalho como antídoto à preguiça, à vadiagem e às ideias revolucionárias, a concepção anarco - sindicalista e educação integral e, finalmente, a visão de formação profissional para o mercado de trabalho – para o exercício de funções e atribuições dos postos de trabalho, segundo padrões do regime fabril e do trabalho assalariado capitalista. As concepções emergentes, somadas àquelas do período anterior, configurar-se-iam como matrizes político-pedagógicas de referência ao longo de todo o século XX.

A criação de um conjunto de Escolas de Aprendizes e Artífices, na época, foi justificada pela necessidade de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência: “prover os desfavorecidos da fortuna”, conforme expressão contida no Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 (MEC, 2010).

Não se tratava mais de apenas dar um destino “seguro” para aqueles que haviam nascido sem berço, mas sim, preparar um contingente de trabalhadores capaz de suprir a demanda do capital que estava em pleno desenvolvimento. O oferecimento de uma formação profissional para os trabalhadores, além de preparar a mão de obra necessária para as diversas frentes de trabalho, também servia de instrumento de controle social.

Ao analisar o Decreto nº 7.566 é possível identificar a sua natureza de formar operários e contramestres, para servir ao sistema capitalista em plena expansão, sem nenhuma preocupação com o seu desenvolvimento intelectual pleno:

Art. 2º. Nas Escolas de Aprendizizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicosnecessarios aos menores que pretendem aprender um officio, havendo para isso até o numero de cinco officinas de trabalho manual ou mecanico que forem mais convenientes e necessarias no Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possivel, as especialidades das industriaslocaes.

Os programas dos cursos oferecidos não obedeciam a nenhuma legislação oficial nem seguia diretrizes nacionais, seu custeio também não era responsabilidade da União, demonstrando a fragilidade estrutural com que foram criadas essas instituições e a quem serviam. Os programas dos cursos eram decididos de acordo com interesses internos:

Art. 15. Os programmas para os cursos serão formulados pelo respectivo director, de accordo com os mestres das officinas, e submetidos à approvação do ministro.

Art. 16. As Escolas de Aprendizizes Artífices fundadas e custeadas pelos Estados, Municipalidades ou associações particulares, modeladas pelo typo das de que trata o presente decreto, poderão gozar de subvenção da União, marcada pelo ministro, tendo em vista a verba que fôr consignada para esse effeito no orçamento do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

Entende-se que o real objetivo, por detrás dessa iniciativa, foi qualificar a mão de obra necessária ao desenvolvimento e exercer o controle sobre os jovens em situação de risco social, ou seja, algo muito parecido com o que é promovido nos dias de hoje.

O Ministério da Educação, em documento onde analisa a trajetória da educação profissional no Brasil, também se refere à função dada a essas escolas como importante instrumento de governo, no exercício de uma política moral assistencialista, que confirmava a sua íntima relação com os interesses do capital industrial e do novo modelo de desenvolvimento.

Para o MEC, a formação para o trabalho, nas primeiras décadas do Brasil republicano, foi um expediente fortemente usado pela classe dirigente como meio de contenção do que ela considerava “desordem social”. Nesse período, o cenário social era dinâmico e em transição, moldado fortemente pelo processo de urbanização, com notável mobilização popular e classista, em busca de melhores condições de vida e de trabalho (MEC, 2010).

O projeto Fidelis Reis, aprovado em 1927, conferiu a obrigatoriedade ao ensino profissional no Brasil, o que não se concretizou de fato, sob a alegação de que o país não tinha recursos para tal empreitada.

A Constituição brasileira de 1937 foi a primeira a tratar de forma específica sobre ensino técnico, profissional e industrial, como se pode verificar no artigo 129:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (MEC, 2010, p.4).

Em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei nº 378/37 que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus (MEC, 2009), reforçando o papel estratégico da educação profissional na qualificação da mão de obra necessária ao desenvolvimento do país na época, servindo sempre a interesses puramente econômicos.

A partir de 1942, conforme demonstrado no Quadro 2, foram diversos os decretos no sentido de reformar e organizar o ensino industrial. A instituição do SENAI foi criada para suprir a demanda específica da indústria o que, apesar da obrigatoriedade imposta, não estava sendo feito pelo Estado.

O Sistema S, especialmente o SENAI, foi mantido, segundo Manfredi (2002), nesse período, como um sistema paralelo e em franca expansão, voltado, essencialmente, para as necessidades dos setores industriais, e regidos sob sua ótica.

Essa lógica dualista da formação de nível médio, ancorada na divisão de classes, perdurou mesmo após a queda do Estado Novo, resistindo a correntes que defendiam uma educação unificada sem a institucionalização da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. Essa dualidade persistiu mesmo depois da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em fins de 1961, quando o ensino profissional foi equiparado ao ensino acadêmico (MANFREDI, 2002).

No início dos anos 70, o capitalismo, após um longo período de acumulação de capitais, dava sinais de que estava em crise³. Mas essa crise era mais profunda do que se imaginava, era uma “*crise estrutural do capital*” com destaque para a crescente queda da taxa de lucro. Como resposta a essa crise “iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político cujos contornos mais evidentes foram o advento do

³ A partir dos anos 70 que após um longo período de acumulação de capitais (padrão taylorista/fordista de produção), o capitalismo começou a declinar o que ficou evidente com a queda da taxa de lucro, causada pelo aumento do preço da força de trabalho (conquistadas no pós-45 e pelas lutas sociais dos anos 60); a retração do consumo devido ao desemprego estrutural que se iniciava; a hipertrofia da esfera financeira (priorizando o capital financeiro – especulação); maior concentração de capitais graças às fusões entre empresas; a crise do WelfareState e o incremento acentuado das privatizações (ANTUNES, 1999, p.30)

neoliberalismo, [...] a isso se seguiu um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho [...]” (ANTUNES, 1999, p.31)

Nesse contexto, em 1971, uma nova LDB fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, com a imposição do ensino profissionalizante em todo o 2º grau, forçando os alunos das escolas públicas a escolher um curso profissionalizante, ou seja, a escolha estava restrita ao que era oferecido, mesmo sem nenhuma aptidão para exercer a profissão para a qual estava sendo preparado. Isso fez com que muitos jovens se vissem formados e sem perspectiva, em detrimento de um ensino que, realmente, os preparasse para seguir os estudos, tirando-lhes, com isso, as condições necessárias para competir com os alunos de escolas particulares que continuavam recebendo os conteúdos necessários para entrar na Universidade.

Nos anos seguintes, com a disparada da inflação, a diminuição do crescimento e o grande descontrole da economia, a meta definida anteriormente pelo governo, de profissionalização compulsória no ensino médio, para a “formação de técnicos em grande escala” deixou de ser conveniente para o país, e, então, foi promulgada a Lei nº 7.044/82, que alterou os dispositivos da Lei nº 5.692/71, referentes à obrigatoriedade da profissionalização (MEC, 2010).

Em 1997, após a aprovação da LDB/96, é criado o Programa de expansão da Educação Profissional (PROEP) onde o Governo Federal vai utilizar recursos do BID para financiar as reformas necessárias, de acordo com a política de caráter neoliberal da época. Com isso, o ensino profissional começa a apresentar melhorias na parte física e legal, mas ainda sem sinais de mudança de foco pedagógico.

O próximo tópico visa buscar o entendimento das transformações por que passou o modo de produção capitalista e os reflexos das mesmas na formação para o trabalho, facilitando a compreensão da base ideológica que sustentou e, em alguns aspectos, ainda sustenta as diretrizes para a educação profissional no Brasil.

1.1.3 A crise do capital e os reflexos para a educação profissional no Brasil

Para Chesnais (1996), o contexto histórico de desenvolvimento do capitalismo apresenta três fases específicas do modo de produção do capital. São elas: o período compreendido entre os anos de 1880 e 1913, o qual foi designado de capitalismo monopolista; o período que iniciou após a Segunda Grande Guerra e que teve seu crepúsculo entre os anos 1974-1979 - período conhecido como os "trinta anos gloriosos", onde

imperaram o fordismo e a regulação keynesiana (WelfareState); e, por último, o período atual, emergido com o ocaso dos "anos de ouro", no final da década dos anos 70 e que o autor denomina de fase de mundialização do capital, que será objeto deste estudo pela influência que teve no mundo do trabalho.

No final dos anos 60, os trabalhadores estavam no auge da contestação do sistema capitalista, principalmente, com relação ao controle social da produção. A questão maior que movia a ação operária era a possibilidade do controle dos processos produtivos ser exercido pelos trabalhadores. Essas ações segundo Antunes (1999, p.41):

[...] ganharam a forma de uma verdadeira revolta do operário-massa contra os métodos tayloristas e fordistas de produção, epicentro das principais contradições do processo de massificação.(...) O taylorismo/ fordismo realizava uma expropriação intensificada do operário-massa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho, que se resumia a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido. Ao mesmo tempo, o operário-massa era frequentemente chamado a corrigir as deformações e enganos cometidos pela "gerência científica" e pelos quadros administrativos.

Com base nas análises de Antunes, pode-se dizer que essas ações, apesar da força política que pudessem alcançar, encontraram limites difíceis de serem ultrapassados. Os trabalhadores não conseguiram realizar o desmonte da estrutura estabelecida por décadas e apesar de sua luta ter se desenvolvido dentro do espaço fabril, não foi consenso de toda a sociedade produtiva e por isso não teve a força necessária de vencer o capital. No embate entre capital e trabalho, o lado mais fraco pagou o preço mais uma vez.

O sistema capitalista, segundo Antunes (1999), enfrentou, nesse período, uma crise mundial que teve como consequência o processo de reestruturação do capital. No entanto, a resposta a essa crise foi superficial, não tinha por objetivo promover mudanças na essência do modo de produção capitalista, mas apenas recuperou o nível de acumulação que havia anteriormente: “[...] tratava-se de uma tentativa de repor os patamares de acumulação existentes no período anterior, especialmente no pós-45, utilizando-se de novos e velhos padrões de acumulação.” (ANTUNES, 1999, p. 36).

Foi nesse contexto que a era da acumulação flexível⁴ encontrou espaço para se instalar. Iniciaram-se, então, várias transformações no processo produtivo:

Opondo-se ao contra poder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação de hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social (ANTUNES,1999, p.48).

A necessidade de recuperação do ciclo reprodutivo trouxe mudanças de grande significado para o mundo do trabalho e, como não poderia deixar de ser, enorme prejuízo para a classe trabalhadora. Esse novo padrão de acumulação, chamado flexível, dá início a um processo de organização do trabalho que, além de intensificar a exploração histórica dos trabalhadores, promove a perda de direitos e da unidade da classe trabalhadora, tornando-a fragmentada e incapaz de se organizar, como anteriormente. A antiga estrutura fabril passa a ser substituída por uma forma quase abstrata, muito comum nos dias de hoje, fábricas com unidades de produção em lugares distintos, fazendo com que trabalhadores com um mesmo padrão nunca cheguem a se encontrar.

Chesnais (1996), ao discutir o sistema mundial, coloca, claramente, que apesar do mesmo estar integrado quanto às mercadorias, tecnologias e técnicas financeiras, não está integrado quanto ao trabalho, permitindo que o trabalhador seja tratado de modo diferente em cada lugar, que as condições, além de diversas, se tornem desumanas em alguns casos, levando ao enfraquecimento do mundo do trabalho e da perspectiva de classe.

O autor levanta uma questão importante com relação aos direitos dos trabalhadores, se a economia tem suas regras cada vez mais globalizadas, isso não ocorre com as condições de trabalho, não existe preocupação em garantir esses direitos de forma universal. Produtos à venda num mesmo mercado podem ter sido fruto de condições sub-humanas de trabalho ou de trabalho protegido pela lei, sem que a sociedade perceba a diferença.

Apesar de promover a fragmentação e a perda de direitos dos trabalhadores, uma vez que a nova estrutura fabril não favorece a sua organização, esse novo padrão que se instalou,

⁴Entendida a acumulação flexível como o regime que, confrontando-se com a rigidez do fordismo, se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo, tendo em vista assegurar a acumulação, tornam-se necessárias novas formas de disciplinamento da força de trabalho, sobre a qual recaem os resultados do acelerado processo de destruição e reconstrução de habilidades, os níveis crescentes de desemprego estrutural, a redução dos salários e a desmobilização sindical (KUENZER, 2007, p.1160 apud HARVEY, 1992, p. 141).

passa a exigir um novo perfil de trabalhador que necessita de maior qualificação o que faz com que o acesso ao mundo produtivo se torne ainda mais difícil para as classes sociais exploradas.

Com relação a esse novo perfil, Frigotto e Ciavatta, (2006) colocam que:

No que se refere ao novo perfil da força de trabalho, imposto pelo processo de reestruturação produtiva⁵, verifica-se que, ao contrário do que ocorreu quando da utilização do padrão tecnológico taylorista-fordista, os pressupostos do novo paradigma exigem um trabalhador mais qualificado e com nível mais alto de escolaridade. (FRIGOTTO; CIAVATTA, et al, 2006, p.194)

Os trabalhadores preferidos nos recrutamentos são aqueles que estão dispostos a aceitar postos de trabalho precários e com baixos salários. Mesmo com maior qualificação isso não lhes garante maiores salários. O pretendente ao emprego não deve ter espírito crítico e de iniciativa que ultrapassem os limites da inconveniência de questionar a exploração da empresa ou, ainda, suscitar o espírito de combatividade ou militância sindical. (VASCONCELOS; LIMA FILHO, 2008)

Nessa lógica, o trabalhador deve ser capaz de dar o melhor de si em troca de pouco, uma vez que na lógica do capital qualquer iniciativa do trabalhador deve ser no sentido de produzir mais e melhor e não em questionar a exploração de sua força de trabalho e muito menos em organizar-se como categoria.

No Brasil, a formação profissional também precisava se ajustar a esse novo perfil exigido e, como se verificou na documentação disponibilizada pelo Ministério da Educação - MEC, a partir de 1995, o governo já sinalizava para a realização de uma reforma no ensino técnico-profissional do país, justificando para isso que a rede de Escolas Técnicas Federais (ETFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) tinham diversos “problemas e distorções” (MEC, 2010).

Os problemas enumerados foram: custos elevados se comparados aos de escolas da rede pública estadual; oferta de vagas em número reduzido; dificuldade de acesso de alunos trabalhadores e de baixa renda; cursos de duração muito longa e que não atendiam às demandas dos setores produtivos; e disposição da maioria de seus egressos de prosseguir os estudos no ensino superior, desviando-se do ingresso imediato no mercado de trabalho (MEC, 2010).

⁵Reestruturação produtiva: Uma posição de consenso entre vários autores é expressa pela adoção de novas tecnologias, que se articula com as novas formas de organização e de gestão de produção, e se baseia fundamentalmente no modelo japonês – o toyotismo (FRIGOTTO, CIAVATTA, et al, 2006, p. 189).

O país, além de sofrer as transformações decorrentes da mudança global, acabava de sair de um período ditatorial e tentava reconstruir o estado de direito e, portanto, os conflitos em torno de projetos societários distintos eram muitos. Na esfera educacional, iniciou-se o processo de elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e, nesse cenário polêmico, o principal embate era entre os que defendiam uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos e os defensores da submissão dos direitos sociais em geral e, particularmente, da educação à lógica da prestação de serviços sob a argumentação da necessidade de diminuir o Estado que gasta muito e não faz nada bem feito (MOURA, 2007).

Ressurge, aí, a discussão da dualidade, levando em consideração seus múltiplos aspectos humanísticos, científicos e tecnológicos, constante no primeiro projeto de Lei de LDB, apresentado pelo Deputado Federal Otávio Elísio: o papel do ensino médio estaria orientado à recuperação da relação entre conhecimento e a prática do trabalho, o que denotaria explicitar como a ciência se converte em potência material no processo produtivo (MOURA, 2007).

Nesse período, em algumas instituições federais de educação profissional e tecnológica, iniciou-se um movimento que indicava a vontade de promover mudanças. A intenção era realizar uma reforma curricular que, além de tratar sobre novos currículos técnicos, também se preocupasse em construir uma nova pedagogia institucional alinhando as políticas e ações das instituições, principalmente, às demandas sociais locais e regionais (MEC, 2010).

Esse movimento de alinhar as políticas e ações das instituições às demandas regionais foi infrutífero, não só legalmente, como também, com relação aos movimentos internos; no âmbito escolar. As iniciativas nesse sentido foram poucas, tanto que hoje é retomada essa intenção e colocada como diretriz a ser seguida na Rede Federal de EPCT.

Na época, a aprovação da LDB, em 1996, e do Plano Nacional de Educação, foi uma derrota para as forças vinculadas a um projeto nacional popular que postulavam mudanças estruturais na sociedade e na educação e vieram a confirmar que a educação nunca foi algo fundamental no Brasil (MOLLET al., 2010).

No *Planejamento Político-Estratégico 1995-1998* e na Exposição de Motivos do Projeto de Lei nº. 1.603/96, o Ministério da Educação propôs o redirecionamento do foco de atuação das instituições federais de educação profissional, favorecendo a sua aproximação às estruturas empresariais, pelo estabelecimento de parcerias com vistas à gestão compartilhada e a autossustentação financeira (LIMA FILHO, 2002).

Mais uma vez, o poder público reforça a vinculação da educação profissional e das instituições federais de ensino profissionalizante aos interesses do mercado, permitindo a entrada de recursos financeiros e, de certa maneira, perdendo sua autonomia de gestão.

Publicado em 17.04.97, o Decreto nº. 2.208/97 é o principal instrumento jurídico-normativo da reforma da educação profissional. Ele sucedeu o Projeto de Lei nº.1.603/96 que tramitou na Câmara Federal, a partir de março/96. Esse Decreto permitiu a estruturação de cursos em módulos de curta duração e a separação entre a rede de educação profissional e a estrutura educacional regular, reforçando o velho sistema de dualidade escolar, no qual, a educação profissional, desde a sua implantação no Brasil, sempre foi vista como uma estrutura à parte, separada do sistema regular de ensino e destinada à profissionalização dos filhos de camadas pobres ou menos favorecidas (LIMA FILHO, 1999).

Segundo Lima Filho (1999, p. 123):

Esta nova política educacional teve como pressupostos as ideias de que: a) seria necessário racionalizar recursos na área de educação; b) redirecionar investimentos educacionais priorizando a educação voltada para a profissionalização e para atender as novas demandas de “competências” exigidas pelo mercado de trabalho; c) reestruturar o ensino técnico-profissional desvinculando-o da educação de ensino médio e direcionando aluno para o mercado de trabalho logo após a conclusão do curso técnico ou tecnológico.

O contexto da educação profissional, nesse período, com a aprovação da nova LDB, reflete o comprometimento assumido pelo Estado brasileiro com as diretrizes neoliberais. Mais uma vez, as forças contrárias à construção de uma sociedade justa obtiveram a vitória:

[...] a Educação Profissional subordina-se ao ideário do mercado e do capital e de um modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de renda, predatório. Mercado e capital sem controles da sociedade - flexível e desregulamentado que gera desemprego, subemprego e exclusão. Neste horizonte a educação em geral e, particularmente, a educação profissional se vincula a uma perspectiva de adestramento, acomodação, mesmo que se utilizem noções como as de educação polivalente e abstrata (FRIGOTTO, 2001, p. 80).

Trata-se, dessa forma, de uma educação que oferece uma formação fragmentada que não habilita o cidadão a uma profissão, o que o torna vulnerável e à disposição do mercado de trabalho, distante do ideal pensado pelos educadores progressistas da época:

A educação do cidadão produtivo onde o mercado funciona como princípio organizador do conjunto da vida coletiva, distancia-se dos projetos do ser humano emancipado para o exercício de uma humanidade solidária e a construção de projetos sociais alternativos (FRIGOTTO, et al., 2006,p. 68).

Na instituição escolar, o ambiente é propício ao repasse da ideologia dominante, e isso ocorre sem que a sociedade perceba claramente. Durante os anos em que o indivíduo estuda, fica vulnerável a receber uma formação que o torna alienado, em relação ao papel que desempenha na sociedade e no quanto está submetido ao capital. A instituição que tem como meta, apenas a preparação do indivíduo para servir ao mercado, sem buscar o seu desenvolvimento intelectual pleno, inevitavelmente, estará contribuindo para a manutenção do sistema vigente.

Isso toma dimensões enormes no momento em que a reprodução da qualificação da força de trabalho, no regime capitalista, é assegurada cada vez menos no “chão de fábrica” como diz Althusser, e cada vez mais através do sistema escolar, facilitando a reprodução dessa ideologia:

[...] a reprodução da força de trabalho exige não só uma reprodução de uma qualificação desta, mas ao mesmo tempo, uma reprodução da submissão desta á ideologia dominante para os operários e uma reprodução da capacidade de manejar bem a ideologia dominante para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que possa assegurar também “pela palavra” a dominação da classe dominante (ALTHUSSER, 1980, p. 21).

A educação profissional, desde sua origem, tem, inegavelmente, reproduzido essa prática, concebida para formar a grande massa operária e técnica em uma classe trabalhadora que existe para servir ao mercado e, assim, perpetuar a divisão de classes sociais.

Coerente com esses propósitos, a reforma educacional, ocorrida em 1997, no Brasil, contribuiu não só para aumentar a exclusão social, mas também para reforçar o modelo de educação pautado na *Teoria do Capital Humano*, que prioriza investimentos na área educacional, visando, principalmente, fornecer mão de obra a ser utilizada pelos empresários capitalistas no mercado de trabalho (LIMA FILHO, 1999).

Com isso, é reforçada a ideia de que: “[...] a desigualdade entre nações e indivíduos não se deve aos processos históricos de dominação e de relações de poder assimétricas e de relações de classe, mas ao diferencial de escolaridade e saúde da classe trabalhadora.” (HOBSBAWM apud FRIGOTTO, et al., 2006, p.61).

Para Frigotto et al. (2006), as reformas educativas no ensino médio técnico, com cursos modulares e cursos de educação profissional de curta duração, descontextualizados de uma política de desenvolvimento geradora de trabalho e renda, estavam muito distantes do conceito de educação do homem integrado às forças sociais.

Essas reformas reforçaram a dualidade entre educação básica e a formação técnico-profissional e impediram a possibilidade de ser implantada uma educação profissional comprometida com a mudança social.

Em decorrência disso, nesse período, desapareceram quase completamente nas reformas educativas, as expressões "educação integral, omnilateral, laica, unitária, politécnica ou tecnológica e emancipadora", realçando-se o ideário da "polivalência, da qualidade total, das competências, do cidadão produtivo e da empregabilidade" (FRIGOTTO, et al., 2006, p.56).

Comprometido com o projeto de privatização do estado brasileiro, ditado pela política neoliberal e pelos países hegemônicos, o governo brasileiro começa a negociar empréstimos para financiar as reformas.

Como consequência, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) financia, então, o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP⁶. Paralelamente ao aporte de recursos do PROEP, o orçamento das Instituições Federais de Ensino Técnico foi sendo reduzido. Como o Programa tinha duração determinada, com previsão inicial de cinco anos, era necessário que, ao final do Programa, essas instituições estivessem preparadas para buscar parte de seus orçamentos, através da venda de cursos à sociedade e de outras fontes como a prestação de serviços. Além disso, a Portaria nº 646/1997 determinou que, a partir de 1998, a oferta de vagas de cada IFET no ensino médio corresponderia a, no máximo, 50% das vagas oferecidas nos cursos técnicos de nível médio, no ano de 1997, os quais conjugavam ensino médio e educação profissional⁷ (MOURA, 2007).

Isso, apesar de ser inconstitucional, teve plena vigência até 01/10/2003, quando foi publicada no Diário Oficial da União a sua revogação, por meio da Portaria nº 2.736/2003.

⁶ PROEP- A função do PROEP era reestruturar Rede desde o ponto de vista de suas ofertas educacionais, da gestão e das relações empresariais e comunitárias na perspectiva de torná-la competitiva no mercado educacional e, dessa forma, caminhar na direção do aumento da capacidade de autofinanciamento. Assim, o Estado gradativamente se eximiria do seu financiamento (MOURA, 2007).

⁷ É importante ressaltar que a manutenção de 50% da oferta do ensino médio na Rede Federal não era a intenção inicial dos promotores da reforma. Ao contrário, a ideia era extinguir definitivamente a vinculação das IFETs com a educação básica. Na verdade, a manutenção desses 50% foi fruto de um intenso processo de mobilização ocorrido na Rede, principalmente, entre 17 de abril e 14 de maio de 1997, datas de publicação do Decreto nº 2.208 e da Portaria nº 646, respectivamente (MOURA, 2007).

Em 2003, com a posse do governo Lula, a esperança de reverter o quadro existente foi renovada, principalmente, nas instituições federais de ensino técnico e tecnológico, e, novamente, foi possível a discussão da dualidade (MEC, 2010).

O novo governo, ainda no período de transição, retoma a discussão acerca do Decreto nº 2.208/97, principalmente, no que diz respeito à separação obrigatória entre o ensino médio e a educação profissional. Isso resultou em uma expressiva mobilização dos segmentos educacionais vinculados à educação profissional. Durante o ano de 2003, até o primeiro semestre de 2004, a relação entre o ensino médio e a educação profissional foi alvo de amplo debate (MOURA, 2007).

As discussões em torno da substituição da dualidade existente por uma educação politécnica, um ensino integrado que se diferencia, profundamente, do ensino para o trabalho no mundo capitalista foram retomadas, entendendo a educação politécnica como uma educação unitária e universal que visa à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica e voltada para “[...] o domínio dos conhecimentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno.” (SAVIANI, 2003, p.140).

A noção de educação politécnica é contrária à ideia de que o ensino profissional é destinado para os que executam tarefas e o científico para os que criam e controlam o processo, nela os aspectos manuais e intelectuais não devem ser dissociados. Entendendo educação politécnica como sinônimo de educação tecnológica, ou seja, uma educação voltada para a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, cultura geral e cultura técnica. Uma educação que contribua para o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Decorrente desse confronto de ideias, ocorrido no âmbito da educação, originou-se o Decreto nº 5.154/04, que revogou o Decreto nº 2.208/97. Esse instrumento legal devolve ao sistema educacional a possibilidade de integração do ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora, numa perspectiva que não se confunde, totalmente, com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção, porque contém os princípios de sua construção (MOURA, 2007).

Naquele momento, o tratamento a ser dado à educação profissional, anunciado pelo Ministério da Educação, seria de reconstruí-la como política pública e corrigir distorções de conceitos e de práticas, resultantes de medidas implantadas pelo governo anterior e que já foram referidas anteriormente (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

No entanto, na análise dos autores acima citados, realizada um ano depois da vigência do Decreto nº 5.154/2004, apesar do compromisso assumido pelo governo, a mobilização esperada não aconteceu e, sim, o inverso. De uma política consistente de integração entre educação básica e profissional, articulada com os sistemas de ensino federal e estaduais, passou-se à fragmentação iniciada, internamente, no próprio Ministério da Educação.⁸ Forças conservadoras conseguiram fazer com que os princípios e práticas que orientaram as reformas anteriores fossem mantidos.

Mollet al (2010) também traz uma análise de que, passados alguns anos, desde a entrada em vigor do Decreto nº 5.154/04, fica claro que o país ainda não superou os efeitos produzidos pelas políticas impostas pelos governos neoliberais, no período dos anos 1990.

Segundo o Ministério da Educação, o governo federal, na época, numa tentativa de avançar no processo de recuperação do ensino profissional e, reconhecendo a potencialidade estratégica das instituições federais de educação profissional existentes começa a dialogar com as mesmas na perspectiva da inversão da lógica até então presente. Como resultado deste diálogo, foi instituída, oficialmente, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro 2008, e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (MEC, 2010).

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia deu visibilidade a uma convergência de fatores que traduziam a compreensão do governo, quanto ao papel da educação profissional e tecnológica, no contexto social do Brasil, devendo ser reconhecida como ação concreta das políticas para a educação brasileira, no período, com recorte especial para aquelas voltadas à educação profissional e tecnológica (MEC, 2010).

Atualmente, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estão em pleno funcionamento e constante expansão. Os recursos nunca foram tão fartos, não só com relação aos investimentos em infraestrutura, mas também em pessoal e, até mesmo, para o apoio aos estudantes, o que sempre foi uma das mazelas internas das instituições. Hoje, os estudantes com dificuldades financeiras podem contar com uma realidade diferente de outros tempos: onde não havia recursos, o governo disponibiliza, anualmente, orçamento federal para a

⁸A partir de 28 de julho de 2004, três dias após o Decreto n. 5.154/2004 ser exarado, foi anunciado o Programa Escola de Fábrica com um modelo restrito à aprendizagem profissional. A reestruturação do MEC colocou a política do ensino médio na Secretaria de Educação Básica, separando-a da política de educação profissional. Apesar das declarações favoráveis à integração, a política de educação profissional apresenta programas focais e contingentes, como: Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) (FRIGOTTO, CIAVATTA; RAMOS, 2005).

manutenção e apoio aos alunos, demonstrando um grau de comprometimento diferente de governos anteriores.

Garantir a permanência desses jovens na instituição é fundamental, mas é preciso também despertar neles a consciência da importância que tem a sua formação para o desenvolvimento do território onde vivem. Ir atrás do emprego não deve ser a única alternativa ao se formar. Essa consciência pode vir através da formação recebida, mas, para isso, a mesma deve estar adequada às necessidades locais, porque, ao conhecer essas necessidades, os jovens podem apresentar soluções para as mesmas, resgatando, com isso, o sentimento de pertencer.

Ao que parece, a mudança desse paradigma levará tempo e esforço, já que desconstruir uma ideia que está enraizada para colocar no lugar, outra que visa à autonomia do indivíduo, e não a sua submissão, é iniciar um processo de disputa e de enfrentamento entre grupos que, sem dúvida nenhuma, possuem projetos societários distintos e estão presentes em todas as instâncias de poder.

1.2 Marco legal da educação profissional no Brasil

Serão descritas, neste tópico, as principais Leis e Decretos responsáveis em regular a educação profissional, desde a aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE/ 2001 até o momento atual. As resoluções, portarias e pareceres vigentes constam em quadro disponível nos anexos deste trabalho.

Quadro 3- Leis e Decretos referentes à educação profissional

Ano	Legislação	Descrição
2001	Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001.	Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.
2004	Decreto nº. 5.154/2004.	Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.
	Decreto nº. 5.224 1º outubro.	Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.
2005	Lei nº. 11.195/2005.	Lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 60 novas unidades de ensino pelo Governo Federal. O CEFET Paraná passa a ser Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

	Lei nº. 11.180, de 23 de setembro de 2005.	Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para todos (ProUni), institui o Programa de Educação Tutorial (PET), altera a Lei nº. 5537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.
2006	Decreto nº. 5.773/2006.	Trata sobre o exercício da função da regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação sequenciais no sistema federal de ensino.
	Decreto nº. 5.840/2006.	É instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.
		É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
2007		Lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal. Até 2010 serão 354 unidades.
	Decreto nº. 6.302/2007.	Instituído o Programa Brasil Profissionalizado.
		É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.
		Para ampliar a oferta e o acesso a cursos técnicos de nível médio públicos e gratuitos é instituído o sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – E-TEC Brasil.
2008	Lei nº. 11.741, de 16 de julho de 2008.	Altera dispositivos da lei nº. 9394/96-LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar e institucionalizar a educação profissional técnica de nível médio, a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica.
	Lei nº. 11.784 de 22 de setembro de 2008.	Dispõe sobre a carreira e os cargos do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico.
	Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008.	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

Fonte: MEC/2010

O Quadro 3 destaca um período que inicia com a aprovação do Plano Nacional de Educação- PNE, momento em que a educação profissional é vista por uma nova perspectiva, e culmina com a lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais.

O PNE, aprovado pela Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001, como descrito no quadro acima, ao tratar das diretrizes para a educação profissional, apontava para a exigência de níveis de aprendizagem cada vez mais altos de educação básica para o trabalhador. A educação profissional não devia, portanto, ficar restrita apenas a algumas habilidades técnicas, mas sim, vir associada à promoção de maiores níveis de educação regular (MEC, 2001).

Não havia a intenção de terminar com os cursos de curta duração, a importância dos mesmos era reconhecida para o aperfeiçoamento do trabalhador, mas estava clara a preocupação em garantir que a formação técnica fosse para além disso.

No Decreto nº. 5.154/2004 essa intenção é reforçada quando prevê, no Art. 2º, que a educação profissional seja integrada aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

A partir de 2005, o ensino profissional no Brasil, começa a demonstrar crescimento, tanto na oferta de vagas, como na estrutura e nos investimentos, o que se reflete com o programa de expansão da rede que continua até o momento atual.

Em 2006, o Governo Federal, com o objetivo de profissionalizar os jovens e adultos que estavam fora do processo produtivo, institui o Programa Nacional de Integração de Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (MEC, 2009).

Esta iniciativa, apesar da importância que teve e têm para milhares de jovens e adultos, gerou polêmica dentro das instituições, uma vez que as mesmas não estavam preparadas para receber esse contingente, não só no aspecto pedagógico, mas também, no sentido de assegurar a sua permanência. No IFSul, através do acompanhamento de alunos das primeiras turmas de PROEJA, quando integrante da Coordenadoria de Apoio ao Estudante, foi possível observar as dificuldades desses alunos, tanto na sala de aula, no que se refere à assimilação dos conteúdos, como em lidar com os problemas inerentes à sua condição socioeconômica.

Em 2008, após uma série de discussões entre governo e instituições, é instituída a Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, com uma proposta de mudança, no foco da educação profissional, agora visando o social.

1.3 A Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia e os Institutos Federais

Pretende-se, nesta parte do trabalho, trazer o entendimento sobre o que é a Rede Federal, instituída pela Lei nº 11.892/2008, qual é o conceito utilizado para descrevê-la, quais seus objetivos, o que está proposto para as instituições que a compõem e o compromisso com a mudança social que a proposta envolve.

1.3.1 Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia

A denominação de Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica⁹ tem sido utilizada como referência a um conjunto de instituições federais, vinculadas ao MEC, voltadas para a educação profissional e tecnológica em nível médio e superior.

Esta denominação está relacionada a uma identidade estabelecida pelas instituições de ensino pelo fato de atuarem na oferta de educação profissional e tecnológica e estarem, igualmente, subordinadas a uma mesma secretaria do MEC, com a mesma fonte de financiamento e sob as mesmas normas de supervisão (SILVA, et al., 2009).

Na Lei nº 11.892/2008, o termo rede é compreendido, não somente como um agrupamento de instituições, mas como forma e estrutura de organização e funcionamento. Trata-se de uma rede, uma vez que congrega um conjunto de instituições que tem objetivos semelhantes, que devem atuar de forma colaborativa, visando às demandas de desenvolvimento socioeconômico e de inclusão social (SILVA et al., 2009).

As instituições que formam, hoje, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são originárias, grande parte, das 19 escolas de aprendizes artífices instituídas pelo decreto presidencial de 1909, assinado por Nilo Peçanha. De 1909 até hoje, muitas mudanças ocorreram com relação à educação profissional no Brasil, mas, pela primeira

⁹Na legislação vigente, o termo rede associado à educação profissional, até então, aparecia somente no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei no. 10.172/2001, no item 7, Educação Tecnológica e Formação Profissional, como: rede federal de escolas técnicas; rede de escolas federais de nível técnico e tecnológico; rede de educação técnica federal; rede de instituições de educação profissional; rede de educação profissional; e rede de escolas agrotécnicas. A Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que institui o sistema nacional de educação tecnológica não faz menção ao termo rede. O Decreto no. 5.840/2006, que institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), no §5º do artigo 1º, cita a rede de instituições federais de educação profissional. Mais dois decretos fazem referência a uma rede federal: o no. 6.095/2007, que estabelece as diretrizes para a constituição dos Institutos Federais, onde, na ementa, lê-se Rede Federal de Educação Tecnológica; e o no. 6.320/2007, que aprova a estrutura regimental do MEC, na denominação da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (SILVA, et al., 2009, p. 15).

vez, existem diretrizes que orientam as instituições federais para que assumam um compromisso com o desenvolvimento do território e com a sociedade à sua volta.

A Rede Federal vista como rede social, segundo Pacheco (2011), pretende ser tecida, a partir das relações sociais existentes, dando lugar à troca de ideias e à possibilidade de renovação constante:

O que se pretende dessas instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica é o compartilhamento real em uma rede multilateral, heterogênea e dinâmica, a partir de uma postura dialógica que objetive a reestruturação de laços humanos que, ao longo das últimas décadas, vêm se diluindo. Nesse caminho, estabelecer o vínculo entre a totalidade e as partes constitui premissa fundamental para apreender os objetos em seu contexto, em sua complexidade (PACHECO(org.), 2011, p. 22).

Essa rede precisa estar articulada nas suas ações; as instituições que a compõem devem se basear em diretrizes comuns, em referenciais que expressem sua missão nacional, mas também, devem respeitar suas particularidades e as necessidades do território onde estão instaladas.

O papel delineado para a Rede Federal para as instituições que a compõem é de intervenção na realidade, numa perspectiva de inclusão, com suas ações voltadas para o desenvolvimento local e da região onde está inserido. Nas suas diretrizes, está claro que devem assumir o compromisso com a formação integral de seus alunos e, por isso, precisam redirecionar seu fazer pedagógico que, até então, era movido pelo fator econômico, para a qualidade social.

Para que isso se efetive, as Instituições da Rede devem ampliar sua atuação, atendendo as demandas da sociedade e oferecendo projetos de tecnologia e de formação profissional, alinhados com as mesmas. A formação integral dos alunos precisa passar pelo desenvolvimento de projetos sociais que beneficiem o coletivo, para que possam compreender as forças existentes à sua volta e tenham condições de contribuir com mudanças sociais efetivas.

1.3.2 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

A criação dos Institutos Federais, segundo o Ministério da Educação (2010), foi uma estratégia do governo no sentido de implementar políticas que visavam à ampliação das oportunidades para jovens e adultos receberem educação pública e de qualidade:

Com os institutos federais, o governo brasileiro, através do Ministério da Educação, ousa criar uma institucionalidade absolutamente nova e inovadora capaz de revolucionar a educação profissional e tecnológica de nosso país. Entretanto, o futuro dos institutos está em aberto, dependendo de nossa ousadia, competência e compromisso político com um país soberano, democrático e justo socialmente (SILVA et al., 2009, p. 11).

No entanto, para que as instituições possam oferecer uma educação pública e de qualidade não basta investir numa estrutura física excelente, tecnologia de ponta e professores capacitados e valorizados, apesar destes serem fatores fundamentais e extremamente importantes. Os investimentos, nesse sentido, estão começando a acontecer, mas é preciso ir além. As instituições devem preparar seus alunos com igualdade, oferecendo mais àqueles que tiverem menos, garantindo a sua permanência, contextualizando o ensino oferecido, enfim, dando uma chance para a mudança social. Os alunos precisam aprender com a realidade em que vivem, para que possam entender qual o seu lugar dentro dela e para quem servirá o seu saber.

Se, analisadas as diretrizes que orientam a Rede, ver-se-á que elas apontam para um novo tipo de instituição que, segundo o Ministério da Educação, deve estar identificada e comprometida com o projeto de sociedade em curso no país e ter a intenção de superar a visão *althusseriana*, de instituição escolar, enquanto mero aparelho ideológico do Estado ao refletir em seu interior os interesses contraditórios de uma sociedade de classes (MEC, 2010).

Viu-se que, na proposta, a educação integral deve ser preocupação central para as novas instituições e ela inclui, não só o aprofundamento do ensino de ciências, humanidades e educação profissional em sala de aula, mas também a troca de saberes e o diálogo com a sociedade.

Para Silva et al. (2009, p. 23),

O objetivo primeiro dos Institutos Federais é a profissionalização e, por essa razão, sua proposta pedagógica tem sua organização fundada na compreensão do trabalho como atividade criativa fundamental da vida humana e em sua forma histórica, como forma de produção. Essa compreensão é válida para qualquer atividade de ensino, extensão ou pesquisa. O que está posto para os Institutos Federais é formação para o exercício profissional tanto para os trabalhadores que necessitam para a realização de suas atividades profissionais de formação em nível superior, como para os que precisam da formação em nível médio técnico, como para aqueles que atuam em qualificações profissionais mais especializadas, ao mesmo tempo, as atividades de pesquisa e extensão estão diretamente relacionadas ao Mundo do Trabalho.

Os autores, ao comentar a lei de criação dos Institutos, afirmam que o Art. 6º que trata das finalidades e características dos Institutos Federais esclarece a missão dessas instituições:

O inciso I, reafirma a abrangência de sua oferta educativa e traz também a questão da formação do cidadão, sujeito político de direitos e deveres, na perspectiva de uma atuação profissional qualificada; O inciso II traz a concepção da pesquisa enquanto princípio educativo, entendendo-a como o trabalho de produção do conhecimento, como atividade instigadora do educando no sentido de procurar respostas às questões postas pelo mundo que o cerca, como estímulo a criatividade; O inciso III, aborda, sob a ótica da otimização de recursos, a questão da integração curricular da educação básica com a profissional; O inciso IV, retoma a questão educação profissional e tecnológica e desenvolvimento do território; O inciso V, determina como uma das finalidades dos Institutos, o ensino de ciências, ressaltando que tais instituições ou os profissionais por ela formados ou em formação devem se ocupar particularmente com a aplicabilidade dos conhecimentos científicos; O inciso VI, determina como beneficiários desse apoio as instituições públicas de ensino, em geral, e indica algumas estratégias de assistência focalizando-as na formação de docentes; Os incisos de VII a IX devem ser interpretados conjuntamente. Eles nos indicam um modelo institucional visceralmente ligado às questões da inovação e transferência tecnológica sem deixar de lado a dimensão cultural e a busca do equilíbrio entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental (SILVA et al., 2009, p. 40).

Os Institutos Federais trazem consigo a proposta de um novo formato para a educação profissional, com competência para atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional, observando a condição essencial de colaborar com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador e colocando em prática os princípios fundamentais do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE):

Visão sistêmica da educação; enlace da educação com o ordenamento e o desenvolvimento territorial; aprofundamento do regime de cooperação entre os entes federados em busca da qualidade e da equidade. Em especial, esse arranjo educacional abre novas perspectivas para o ensino médio-técnico, por meio de uma combinação do ensino de ciências, humanidades e educação profissional e tecnológica (SILVA et al., 2009, p. 9).

Nas finalidades propostas para os institutos, percebe-se a clara necessidade de ser estabelecida uma nova relação das instituições com a sociedade no sentido de transformá-la, não só buscando o desenvolvimento tecnológico, mas também o social, onde as pessoas importam, onde o crescimento pessoal envolve o coletivo. As ações de extensão nesse contexto são instrumento articulador entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, promovendo o constante diálogo entre a instituição e a sociedade, no sentido de atender suas necessidades.

Segundo o MEC (2010, p.32), o fazer pedagógico dos Institutos, na nova proposta, passa, necessariamente, pelo tripé, ensino, pesquisa e extensão:

[...] ao trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada.

Para que ocorra o rompimento desse formato que prepara as pessoas para o trabalho determinado pelo mercado, as instituições precisam promover uma reforma interna. A discussão deve acontecer para que a mudança não fique apenas no plano teórico. Cada professor e cada aluno precisam conhecer o que está proposto e isso também tem que ser levado à comunidade externa. A sociedade só vai se beneficiar desse novo modelo, se puder conhecê-lo, se participar ativamente do processo de mudança, se levadas em conta suas necessidades.

1.3.3 O Instituto Federal Sul-rio-grandense

A trajetória histórica da instituição que, hoje, denomina-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, têm quase um século, sua história está disponibilizada no site oficial do IFSul e aqui será descrita de acordo com as informações encontradas, a fim de trazer a compreensão do perfil institucional do início de sua formação, as modificações ocorridas ao longo do tempo e como está sua institucionalidade no momento atual. No Quadro 4, destacam-se momentos importantes da história da instituição.

Quadro 4 - Histórico do IFSul

Período	Evento histórico
07 de julho de 1917 – Data do aniversário de Pelotas.	A Bibliotheca Pública Pelotense sediou a assembleia de fundação da Escola de Artes e Offícios. A escola se caracterizava por ser uma sociedade civil, cujo objetivo era oferecer educação profissional para meninos pobres. O prédio foi construído, com doações da comunidade, em terreno doado pela Intendência Municipal.
1930	O município assumiu a Escola de Artes e Offícios e instituiu a Escola Technico Profissional que, posteriormente, passou a denominar-se Instituto Profissional Técnico cujos cursos compreendiam grupos de ofícios divididos em seções: Madeira, Metal, Artes Construtivas e Decorativas, Trabalho de couro e Eletro-Chimica. O Instituto Profissional Técnico funcionou por uma década, sendo extinto em 25 de maio de 1940, e seu prédio demolido para a construção da Escola Técnica de Pelotas.
1942	Através do Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, subscrito pelo presidente Getúlio Vargas e pelo ministro da Educação Gustavo Capanena, foi criada a Escola Técnica de Pelotas – ETP primeira e única Instituição do gênero no estado do Rio Grande do Sul.
11 de outubro de 1943	A ETP é inaugurada com a presença do presidente Getúlio Vargas.
1945	A ETP começa suas atividades letivas, com cursos de curta duração (ciclos). Neste primeiro ciclo do ensino industrial, os cursos estabelecidos foram de

	Forja, Serralheria, Fundição, Mecânica de Automóveis, Máquinas e Instalações Elétricas, Aparelhos Elétricos, Telecomunicações, Carpintaria, Artes do Couro, Marcenaria, Alfaiataria, Tipografia e Encadernação.
1953	Foi oferecido o segundo ciclo da educação profissional, quando foi criado o primeiro curso técnico - Construção de Máquinas e Motores.
1959	A ETP é caracterizada como Autarquia Federal
1965	A ETP passa a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas, adotando a sigla ETFPEL. Com um papel social muito forte e reconhecidamente destacado na formação de técnicos industriais, a ETFPEL tornou-se uma Instituição especializada e referência na oferta de educação profissional de nível médio, formando grande número de alunos nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial.
26 de fevereiro de 1996	A primeira Unidade de Ensino Descentralizada – UNED, da ETFPEL é colocada em funcionamento na cidade de Sapucaia do Sul.
1998	A Escola Técnica Federal de Pelotas começa a efetivar sua atuação no nível superior de ensino, tendo obtido autorização ministerial, após parecer favorável do Conselho Nacional de Educação, para implantação de Programa Especial de Formação Pedagógica, destinado à habilitação de professores da educação profissional.
1999	Através de Decreto Presidencial, efetivou-se a transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS, o que possibilitou a oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos.
13 de outubro de 2006	Foi inaugurada a Unidade de Ensino de Charqueadas.
27 de novembro 2007	Foi inaugurada a Unidade de Ensino de Passo Fundo.
29 de dezembro de 2008	Foi criado, a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense- IFSul, com sede e foro na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei nº 11.892, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação.
2010	São inaugurados os campi de Camaquã, Venâncio Aires, Bagé e Santana do Livramento. O campus Pelotas - Visconde da Graça originado do Colégio Agrícola Visconde da Graça – CAVG, é incorporado ao IFSul.
2011	Dá-se início ao processo de implantação dos Campi Gravataí, Lajeado e Sapiranga.

Fonte: IFSul– 2012

Como se pode visualizar, no Quadro 4, no início do século XX, foi fundada a instituição que deu origem ao IFSul. A característica principal da Escola de Artes e Ofícios era oferecer para meninos pobres uma educação que os preparasse para o trabalho e era mantida com doações, sem responsabilidade direta do poder público, demonstrando, claramente, a quais interesses servia. Em 1930, passa a ser responsabilidade do município, mas ainda dependendo de doações, e, em 1940, seu prédio foi demolido para a construção da Escola Técnica de Pelotas- ETP que, em 1945, iniciou suas atividades letivas com cursos de curta duração, reforçando, mais uma vez, que o seu papel é o de formar jovens para o trabalho, sem a preocupação de oferecer-lhes uma educação integral.

A partir de 1959, a instituição passa a ser responsabilidade do governo federal e, em 1965, já como Escola Técnica Federal de Pelotas –ETFPEL – passa a oferecer educação profissional de nível médio em diversos cursos. Seu foco de preparar para o trabalho não havia mudado, mas o ensino oferecido já não era de curta duração, envolvia conhecimentos do ensino médio, dando, de alguma maneira, uma chance maior aos jovens pobres de seguir seus estudos.

Em 1999, através de Decreto Presidencial, a ETFPEL foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS, o que deu possibilidade da instituição criar seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, dando início ao processo de verticalização do ensino.

A partir de 2006, foram inauguradas mais duas unidades de ensino descentralizadas, até que, em 2008, foi transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense- IFSul, mudando, então, seu foco para o social como se constata abaixo.

O IFSul, atualmente, é formado por 12 *campi*, localizados em diferentes municípios como demonstrado no Quadro 4 caracteriza-se pela verticalização do ensino, ofertando educação profissional e tecnológica em diversos níveis e modalidades de ensino, além de cursos na modalidade de Educação a Distância.

As finalidades e características e os objetivos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense são os mesmos definidos para a Rede Federal pela Lei nº 11.982, de dezembro de 2008, e já foram abordados no tópico anterior.

O IFSul no seu Projeto Político- Pedagógico – PPP, coloca como premissa que,

[...] ao assumir como sua função social a formação do ser humano crítico, que valoriza a ética, a dignidade, as diferenças individuais e socioculturais, mediante educação humano-científico-tecnológica, ofertará, como alternativas educacionais: Educação profissional técnica de nível médio; Educação profissional de nível superior; Formação inicial e continuada de trabalhadores; Formação de professores e; Pós-graduação(IFSul,2012).

Analisando o PPP identificou-se a função social, a filosofia, a missão e os valores da instituição:

Função social: promover educação humano-científico-tecnológica para formar cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade, preparando-os para a inserção no mundo do trabalho, por meio da educação continuada de trabalhadores; da educação tecnológica de nível médio; da graduação e pós-graduação e da formação de professores. Tomando o trabalho como princípio educativo, visa desenvolver o senso ético e motivar a sensibilidade através da cultura, para que seus estudantes, como cidadãos críticos e solidários, capazes de usar o conhecimento, o

potencial da ciência e o método científico, comprometam-se politicamente com um projeto de sociedade mais justa.

Filosofia: Preparar para a vida, tendo o trabalho como princípio para construir aprendizagens significativas que aliem sabere fazer de forma crítica e contextualizada e estimulem a investigação, a criatividade, a participação e o diálogo, no respeito à pluralidade de visões e na busca de soluções coletivas baseadas na gestão democrática.

Missão: Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social.

Valores: Proporcionar uma formação orientada no desenvolvimento das noções de ética e democracia, indispensáveis na formação de indivíduos ativos, conscientes e responsáveis, que atuem como agentes comprometidos com a emancipação humana e com a construção da cidadania plena (IFSul, 2012).

O Instituto, através da sua função social, filosofia, missão e valores, firma o compromisso de oferecer uma educação que, além de preparar para o trabalho, prepara para a vida, formando cidadãos capazes de compreender a realidade que os cerca de maneira crítica e solidária, através de uma educação integral que alie o saber e o fazer de forma crítica e contextualizada com a realidade, estimulando a pesquisa, o diálogo e o respeito ao pensamento do outro. Para isso, entende-se como necessária a implementação de processos de ensino, pesquisa e extensão que favoreçam a inclusão e o desenvolvimento social e forme indivíduos comprometidos com a transformação da sociedade em um espaço de respeito aos direitos humanos e sociais.

Os educadores responsáveis pela elaboração do Projeto Político Pedagógico do IFSul, em análise colocada no próprio documento, referem-se a esse comprometimento da instituição,

[...] em formar um cidadão crítico, responsável, ciente de seus direitos e deveres e de seu papel histórico na sociedade; colaborar na construção de uma sociedade justa e democrática, com uma distribuição equilibrada dos bens materiais e culturais; compartilhar o conhecimento construído historicamente pelos homens, criando-o e recriando-o de modo a adequá-lo às novas realidades sociais e; utilizar o trabalho como princípio educativo, isto é, fazer com que as atividades que permitem ao ser humano manter-se e desenvolver-se como indivíduo e como membro de uma coletividade sejam norteadoras de sua formação educacional (IFSUL, 2012).

Acredita-se que esse é um compromisso de enorme magnitude, um compromisso que a instituição assume com a sociedade. Formar seres humanos com valores éticos e democráticos para que contribuam na construção de um mundo melhor, é tarefa de todos na instituição, não só dos gestores e dos definidores da nova institucionalidade, do contrário, serão apenas palavras escritas que não encontrarão eco nas ações desenvolvidas.

2A EXTENSÃO COMO IMPORTANTE INSTRUMENTO DE MUDANÇA SOCIAL

O presente capítulo pretende discutir a importância da extensão na educação brasileira e o papel que pode assumir como instrumento de mudança social. Para isso, foram revisados alguns conceitos de extensão, analisou-se seu processo histórico e o contexto atual no Brasil e, por último, abordou-se qual a filosofia extensionista proposta para a Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia.

2.1 Alguns conceitos de extensão ao longo da história

O conceito de extensão universitária possuiu, ao longo da existência das universidades, diversas diretrizes conceituais. Para Serrano (2012), nesse processo, é possível identificar a busca de um novo significado para a extensão, tanto nas suas relações com ensino e pesquisa, como com a comunidade onde está inserida: “[...] da extensão cursos, à extensão serviço, à extensão assistencial, à extensão “redentora da função social da Universidade”, à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã.” (SERRANO, 2012, p.1).

Para a autora, ao analisar historicamente a extensão universitária pode-se encontrar, no mínimo, quatro momentos importantes relativos à sua conceituação e prática:

[...]o modelo da transmissão vertical do conhecimento; o voluntarismo, a ação voluntária sócio-comunitária; a ação sócio-comunitária institucional; o acadêmico institucional. Tais momentos apresentam-se numa transitoriedade no interior de cada universidade em razão de sua história e de seu projeto pedagógico, assim podemos encontrar nas universidades brasileiras instituições em vários desses momentos conceituais (SERRANO, 2012, p.1).

Esses modelos representam o período histórico e político da época em que foram implantados. Apesar disso, muitas instituições no Brasil como reforça a autora, ainda fazem extensão por essas diferentes formas. Baseados nas considerações de Serrano (2012), se pode entender que o modelo de transmissão vertical refletia a superioridade daquele que oferecia o conhecimento e que, como detentor do saber absoluto, achava-se capaz de tirar o outro da

ignorância. O voluntarismo considerava o conhecimento do outro, respeitava a cultura local, mas, ainda assim, não fazia a reflexão necessária sobre a realidade encontrada. A extensão no modelo de ação sócio- comunitária institucional, objetivava a transmissão do conhecimento através de cursos, reproduzindo as ideias hegemônicas. O modelo acadêmico institucional, resultado de movimentos universitários, traz grandes avanços, apresentando uma extensão democrática que reproduz as ideias de Paulo Freire, baseada na troca de saberes e visando à transformação social.

Paulo Freire (1968), em *Extensão ou comunicação*, ao analisar algumas práticas de extensão, afirmou serem elas um processo que desconhece a capacidade cultural e o saber do povo, colocando a universidade como aquela que possui o conhecimento absoluto.

O autor coloca que as ações de extensão realizadas em diversos setores, envolvem “a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo” que consideram como inferior, para, à sua maneira, normalizá-la. Para fazê-la mais ou menos semelhante ao seu mundo”(FREIRE, 1968, p. 13).

Para Freire, o termo extensão, da forma como se apresenta, historicamente, está relacionado com “*transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação*”, entre outros, e significam ações que acabam por transformar o homem em algo parecido com uma coisa, negando sua capacidade de transformar o mundo, negando, também, a formação e a construção do conhecimento genuíno (FREIRE, 1968, p. 13).

Pelo que se compreende, no pensamento de Freire, extensão não é isso. Esse conceito de extensão não corresponde a uma prática educativa, a um fazer libertador, é, ao contrário, uma forma de manipulação e uma demonstração clara de pretensão.

No pensamento de Freire (1968, p. 15),

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar” com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.

Educar dessa forma, não é pensar que aqueles, a quem se vai ensinar, nada sabem. Quando a prática extensionista chega até uma comunidade, nem sempre o educador entende que seu conhecimento pode ser algo novo, avançado e importante, e que naquele local também existem pessoas que detêm o saber, apesar de, muitas vezes, eles próprios não

entenderem dessa forma. Uma tecnologia concebida a partir do diálogo com a comunidade pode trazer maiores resultados para o desenvolvimento e emancipação da mesma.

A partir dos anos 80, as ideias e práticas de Paulo Freire, que já eram objeto de discussões nos movimentos estudantis e dentro das universidades, passam a nortear as práticas da Extensão Universitária. Nesse período, foi criado o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão, que assumiu, oficialmente, o encargo de conduzir as discussões nessa área.

Segundo o FORPROEX (2010, p.15), como consequência de um amplo debate, no ano de 2010, é apresentado um novo conceito de extensão para nortear as ações das instituições: “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”.

Trata-se de uma prática extensionista que está em consonância com a ideia de transformação social, vista como um processo que transforma, não só a instituição acadêmica, mas a todos aqueles que participam do mesmo.

É importante destacar que o processo de transformação social, na visão marxista, está estreitamente relacionado com as contradições e com as lutas de classes que se desenvolvem na própria base material da sociedade.

Segundo Santos (2004, p. 2),

[...] trata-se de uma concepção que contempla uma relação dialética entre infraestrutura e superestrutura, entre ser e consciência, enfim, uma relação onde o homem é considerado como sujeito ativo no processo; um sujeito que, dentro de certas circunstâncias, influi na transformação social. Assim, pode-se dizer que, para Marx, a transformação social ocorre uma determinada consciência, fruto das contradições que se manifestam na base material da sociedade que leve aos homens conservar ou modificar a realidade social.

2.2O processo histórico da extensão na educação brasileira e os novos rumos na atualidade.

É importante identificar como aconteceram as primeiras discussões e práticas de extensão na América Latina e no Brasil, para que se possa compreender a extensão em seu momento atual.

Para Bemvenuti (2006), a Extensão Universitária, na América Latina, teve origem com o Manifesto de Córdoba, em 1918, escrito pelos estudantes que reivindicavam a abertura e a sensibilidade da universidade para os problemas sociais vividos pelo povo latino-americano. No Quadro 5, é possível visualizar as etapas desse processo no período de 1908 a 1972.

Quadro 5- Histórico da origem da extensão na América Latina

Data	País	Evento histórico
1908	Uruguai	Início do movimento pré- Córdoba
1918	Argentina	Movimento de Córdoba - referência histórica para a Universidade Latino-americana
1949	Guatemala	Primer Congreso de Latinoamerica na Universidad de San Carlos - Aprovou uma série de resoluções relacionadas ao conceito de função social: desde a ação social como difusão cultural. Nesse congresso, foi aprovada a célebre "Carta de lasUniversidad".
1957	Chile	"Primera Conferencia Latinoamericana de Extensión Universitária y Difusion"- organizada pela União das Universidades da AL – aprovou recomendações de grande importância sobre extensão.
1972	México	"Segunda Conferencia Latinoamericana de Extensión Universitária y Difusión Cultural: constituiu-se num momento de importância histórica por ocorrer imersa no processo social do povo latino-americano, considerando como parâmetros de discussão para as políticas extensionistas: a) situação da sociedade; b) a relação Universidade-sociedade.

Fonte: Bemvenuti-2006

Como se destacou, no Quadro 5, na América Latina, os movimentos que promoveram a discussão sobre a importância e a necessidade da Universidade voltar seu olhar para as questões da sociedade ao seu redor, remontam ao início do século XX. Inicialmente, as discussões ocorreram no Uruguai e, alguns anos após, na Argentina, com o Movimento de Córdoba – que se tornou referência histórica para a Universidade Latino-americana. Essas discussões ocorreram em países latino-americanos, por meio de Congressos e Conferências, sendo a do México considerada um marco histórico pela importância que teve, ao discutir a relação da Universidade com a sociedade num momento em que a situação social da América Latina se encontrava em grande ebulição.

No Brasil do século XIX, as fortes transformações políticas, econômicas e sociais, acabam atingindo o sistema educacional. Além do contexto de mudanças, o processo de transferência da cultura Europeia (alheio às necessidades locais) também influenciou a educação brasileira. No que diz respeito à extensão universitária, as primeiras experiências ocorreram quando, no país, ainda não existiam universidades (DUBEUX, 2004).

Segundo a autora, as primeiras experiências se basearam no modelo inglês e americano de University Extension e no modelo francês das Universités Populaires:

As experiências que se inspiravam no primeiro modelo eram organizadas a partir de normas institucionalizadas pela sociedade burguesa capitalista e integrada à ideologia de grupos hegemônicos da sociedade. Por outro lado, as que tomavam como referência a experiência francesa foram criadas e organizadas, em sua maioria, no meio operário e com uma perspectiva emancipatória, com a participação de intelectuais que, apesar de também terem uma origem social burguesa, estavam

vinculados, ao menos em termos do discurso, à classe trabalhadora (DUBEUX, 2004, p.5).

O contexto histórico da extensão, no Brasil, reflete o momento político, econômico e social que vivia o país no início do Século XX. No Quadro 6, destacam-se alguns dos principais eventos ocorridos e que determinaram o rumo da extensão no país.

Quadro 6- Histórico da extensão no Brasil

Data	Evento histórico
1911	Iniciaram as primeiras manifestações através de cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, sob a influência da Inglaterra.
Década de 1920	Ocorreram prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, por influência dos Estados Unidos.
Final da década de 1950 e início da de 1960	Universitários brasileiros, reunidos na União Nacional dos Estudantes (UNE), organizaram movimentos culturais e políticos fundamentais para a formação das lideranças de que carecia o País.
1965	Criação do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) no Rio Grande do Norte.
1966	Começa a ser desenvolvido o Projeto Rondon, que propiciou aos universitários brasileiros experiências importantes no meio rural.
1968	A promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68) instituiu a Extensão Universitária e estabeleceu que as universidades e as instituições de ensino superior deveriam levar atividades de ensino e resultados de pesquisas para a comunidade, na forma de cursos e serviços especiais.
Primeira metade da década de 1970	Surgiram novas iniciativas de extensão, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Interior criaram a Comissão Mista CRUTAC/MEC – Campus Avançado/MINTER, que tinha por atribuição propor novas medidas com o objetivo o fortalecimento e a institucionalização da Extensão Universitária.
Em novembro de 1987	Reconhecimento legal das atividades de extensão e criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX)
1988	A Constituição de 1988, no Art. 207, prevê a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Fonte: FORPROEX- 2010

As primeiras manifestações no Brasil, com relação à extensão universitária, ocorreram no início do século, praticamente ao mesmo tempo em que iniciaram os movimentos na América Latina. Em 1920, ocorreram as primeiras prestações de serviços à comunidade, seguindo o modelo americano que as organizava, a partir de normas instituídas pela sociedade burguesa capitalista.

No final da década de 50 e início da de 60, universitários brasileiros organizaram movimentos que, entre outras coisas, objetivava repensar a prática universitária, mesmo assim, a institucionalização da extensão universitária só ocorreu em 1987.

Para Dubeux (2004), o golpe de Estado ocorrido em 1964, trouxe consequências importantes para a política educacional brasileira. Uma delas foi a reforma universitária, representada pela Lei 5.540/1968, e que, segundo a autora, tinha como principal objetivo disciplinar as manifestações dos estudantes, um dos núcleos importantes de resistência ao novo regime e teve enorme influência dos acordos MEC/USAID, celebrados a partir de 1965. Dessa forma,

[...] a extensão universitária se integra ao projeto político dos militares e da USAID e tenta se apropriar e fazer as “adequações” à ideologia em vigor, do que os movimentos sociais chamavam, no período anterior ao golpe, de desenvolvimento comunitário que continha um espírito de participação e integração (DUBEUX, 2004, p.6).

Juntamente com a Reforma Universitária, o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e o Projeto Rondon foram três iniciativas importantes do período da ditadura militar.

Entre as propostas da Comissão Mista, CRUTAC/MEC, destaca-se a de criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), em 1974. Uma das primeiras produções da CODAE foi o Plano de Trabalho de Extensão Universitária quando, sob a influência do pensamento de Paulo Freire (1992), a Extensão foi definida como “[...] ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com um sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular” (FORPROEX, 2010, p. 7).

Ancorados no pensamento de Paulo Freire, essa forma de fazer extensão envolvia o respeito ao saber popular como algo a ser considerado, no momento da transmissão do saber acadêmico. A troca entre os saberes deveria acontecer no processo extensionista.

No final da década de 70 e início da de 80, começam a surgir inúmeros movimentos populares e associações civis, inclusive sindicais. No contexto de luta pela redemocratização e reconstrução das instituições políticas e sociais, a concepção de Universidade Pública começou a ser reelaborada, a visão assistencialista das ações de extensão passou a ser questionada (FORPROEX, 2010).

O que se esperava da extensão era mais do que ações assistenciais como era comum. A partir desse momento, ela passa a ser vista como um processo capaz de articular o Ensino e a Pesquisa e, também, a se relacionar com os novos movimentos sociais na busca da transformação social.

Em novembro de 1987, com o reconhecimento legal das atividades de extensão e a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), foi possível a redefinição da Extensão Universitária.

A extensão, a partir desse momento, é institucionalizada na universidade, mas ainda sem possuir as características que têm hoje, ou que pelo menos deveria ter, com uma visão de emancipação em relação à comunidade, essa ainda seria uma caminhada longa a ser percorrida.

No I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, o processo de mudança iniciou quando foi pactuado um novo conceito de extensão:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 2010, p. 8).

A Constituição de 1988, no Artigo 207e, em decorrência de todo o processo de discussão que ocorria, coloca como preceito a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” e estabelece, no Artigo 213, § 2º, que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (C.F., 1988).

Com o reconhecimento constitucional da extensão, o Ministério da Educação estabeleceu a criação do Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), em 1993. As principais contribuições do programa referem-se ao financiamento da Extensão Universitária e à definição das diretrizes e dos objetivos da Extensão Universitária, dos tipos de ações a serem desenvolvidas e da metodologia a ser adotada em sua implementação (FORPROEX, 2010).

Quase 80 anos depois das primeiras iniciativas extensionistas surgirem no Brasil, a extensão obteve reconhecimento constitucional. Com isso, vem a possibilidade de financiamento do fundo público para as ações e projetos, além de regulamentar e definir as diretrizes a serem seguidas.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394), afinada ao mandamento constitucional de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, estabelece a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade (Artigo 43) e institui a possibilidade de apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo (Artigos 44, 52, 53 e 77)(FORPROEX, 2010).

Com relação a essa indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, expressa no artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, Magnani (2002) caracteriza a política educacional brasileira, como “lenta, gradual e segura”¹⁰.

Para a autora, os sucessivos Decretos que regulamentaram a LDB de 1996, relativos ao ensino superior, exemplificam essa característica:

No Decreto de nº3.860, de 09 de julho de 2001, a questão da *indissociabilidade* das universidades desapareceu da legislação educacional, conforme a redação dada ao artigo 8º desse Decreto: “As universidades caracterizam-se pela *oferta regular de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão...*” (grifo da autora). Já os dois Decretos anteriores, o de nº2.207/97 e o de nº2.306/97 afirmam que “as universidades, na forma do disposto no artigo 207 da Constituição Federal, caracterizam-se pela *indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão...*” (grifo da autora)(MAGNANI, 2002, p.1).

Ao analisar o Plano Nacional de Educação, PNE de 2001, tem-se o entendimento de que o Sistema de Educação Superior deve contar com um conjunto diversificado de instituições que atendam a diferentes demandas e funções, sendo competência das universidades, compor um núcleo estratégico desse sistema, exercendo as funções que lhe foram conferidas pela Constituição: ensino, pesquisa e extensão.

¹⁰ Segundo a autora, essa expressão foi utilizada pela ditadura militar brasileira, em 1964, para configurar a transição da ditadura para a “suposta” democracia. A referida transição, iniciada em 1974, sob a direção do General Ernesto Geisel se instala com a política da “distensão lenta, gradual e segura”(MAGNANI, 2002, p.1).

Segundo o Plano Nacional de Educação (2001):

No mundo contemporâneo, as rápidas transformações destinam às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de *relevância*, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, qualidade e cooperação internacional. As universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. Nessas instituições apropria-se o patrimônio do saber humano que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do País e da sociedade brasileira. A universidade é, simultaneamente, depositária e criadora de conhecimentos.

À universidade cabe, não somente ensinar no seu espaço interno, mas também a missão de colaborar para o desenvolvimento do País e, principalmente, do território onde está inserida. É, ainda, corresponsável pela redução dos desequilíbrios regionais e pelo desenvolvimento social numa perspectiva de emancipação e de mudanças estruturais.

Apesar da responsabilidade atribuída às universidades, no PNE/2001a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão não fica explícita, demonstrando que, mais uma vez, essa questão foi deixada de lado.

Com relação à importância da Extensão, referente ao Ensino e Pesquisa, Castro (2004), ao fazer um levantamento histórico da extensão nas universidades, verificou que esta sempre esteve num patamar de menor valor em relação ao ensino e à pesquisa e suas atividades foram, muitas vezes, substitutivas do Estado. Apesar disso, coloca que, ao analisar projetos referentes ao período estudado, percebeu que esse perfil vem mudando. Existe, segundo ela, uma preocupação cada vez maior de se tornar a extensão universitária parte do processo de formação dos alunos, técnicos e professores e com capacidade de interferência na transformação da sociedade existente, em sua zona de influência.

Para Castro (2004, p. 13), a extensão nas universidades:

[...] se coloca como um espaço estratégico para promover práticas integradas entre as várias áreas do conhecimento. Para isso é necessário criar mecanismos que favoreçam a aproximação de diferentes sujeitos, favorecendo a multidisciplinaridade; potencializa, através do contato de vários indivíduos, o desenvolvimento de uma consciência cidadã e humana, e assim a formação de sujeitos de mudança, capazes de se colocar no mundo com uma postura mais ativa e crítica. A extensão trabalha no sentido de transformação social.

Também em Oliveira (2004), encontra-se a ideia de que a extensão universitária, nos últimos anos, tem caminhado no sentido de consolidar-se como espaço de aprendizagem. São inúmeros os fatores que têm contribuído para isso, entre eles estão: a busca de superação da concepção assistencialista da extensão; a construção permanente do tripé, extensão, ensino e

pesquisa; a percepção do quanto é necessária a interdisciplinaridade para uma ação mais abrangente e/ou qualificada; a relevância social como foco das ações de extensão, além do direcionamento da política de extensão para projetos comprometidos com o social, realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Dessa forma, entende-se ser relevante conhecer qual o papel do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) e quais são as suas atribuições, para que se possa entender a concepção de extensão contida na política nacional.

O FORPROEX é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometido com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia (FORPROEX, 2010).

São membros natos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, com direito a voz e voto, os Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior, Públicas Brasileiras. O Fórum tem por objetivos:

- Propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior, Públicas Brasileiras;
- Manter articulação permanente com representações dos Dirigentes de Instituições de Educação Superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras;
- Manter articulação permanente com os demais Fóruns de Pró-reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica;
- Manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas;
- Incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2010, p. 1)

O FORPROEX apresentou às Universidades Públicas e à sociedade brasileira, em maio de 2012, a Política Nacional de Extensão Universitária. Com essa iniciativa, pretende dar materialidade ao compromisso das Universidades signatárias, estabelecido por meio de seus Pró-Reitores de Extensão, com a transformação da Universidade Pública¹¹, de forma a

¹¹ No documento, ao se mencionar o termo Universidade Pública, inclui-se toda a diversidade de instituições públicas de educação superior (IPES), como universidades, centros de ensino e faculdades federais, estaduais e municipais, bem como os institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia (FORPROEX, 2010).

O Fórum representa, não só as universidades públicas, mas também os anseios de parcelas da sociedade brasileira de ver transformada uma realidade que assombra o país há muitos anos: a miséria e a injustiça social. A luta que deve ser empreendida é árdua, porque vai encontrar interesses diversos que nem sempre compactuam com a ideia de que o conhecimento e a tecnologia devem ser colocados a serviço da mudança social.

As diretrizes pactuadas no FORPROEX, que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária, são: *Interação Dialógica, Interdisciplinariedade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e, finalmente, Impacto e Transformação Social.*

A diretriz *Interação Dialógica,*

[...] orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática (FORPROEX, 2010, p.17).

A ideia de que a Universidade deve levar o conhecimento até a sociedade como se ele fosse único, reproduzindo o discurso da superioridade acadêmica, deve ser ultrapassada. É indispensável que o processo de extensão ocorra numa via de mão dupla, que ambos os atores, sociedade e universidade possam dialogar na busca de um novo conhecimento que será determinante para o desenvolvimento e a transformação social.

A diretriz de *Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade* busca superar a dicotomia existente,

[...] combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações. O suposto dessa diretriz é que a combinação de especialização e visão holista pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. Dessa maneira, espera-se imprimir às ações de Extensão Universitária a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende (FORPROEX, 2010, p.18).

A diretriz *Indissociabilidade Ensino – Pesquisa - Extensão* busca reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico. A hipótese é que as ações de extensão serão mais efetivas, se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa):

No que se refere à relação Extensão e Ensino, a diretriz de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica - processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional - e de sua formação cidadã – processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social. O eixo pedagógico clássico ‘estudante - professor’ é substituído pelo eixo ‘estudante – professor - comunidade’. O estudante, assim como a comunidade com a qual se desenvolve a ação de Extensão, deixa de ser mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante do processo. Assim, no âmbito da relação entre Pesquisa e Ensino, a diretriz *Indissociabilidade Ensino – Pesquisa - Extensão* inaugura possibilidades importantes na trajetória acadêmica do estudante e do professor. Na relação entre Extensão e Pesquisa, abrem-se múltiplas possibilidades de articulação entre a Universidade e a sociedade. Visando à produção de conhecimento, a Extensão Universitária sustenta-se principalmente em metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo (FORPROEX, 2010, p.19).

A indissociabilidade entre extensão e ensino permite ao estudante identificar-se como alguém responsável pela transformação social. O estudante e a comunidade participam do processo e não apenas assimilam o conhecimento transmitido pelo professor. A relação entre pesquisa e ensino possibilita avanços importantes para professores e alunos e a relação extensão e pesquisa amplia a articulação entre a sociedade e a academia, possibilitando a criação e o desenvolvimento de projetos contextualizados.

Para o FORPROEX, apenas as ações extensionistas que tenham esses formatos permitem que os atores participantes das mesmas apreendam os saberes e práticas, ainda não sistematizados, e se aproximem de princípios e valores que orientam as comunidades.

Com relação à tríade, ensino-pesquisa-extensão, a Universidade tem sido objeto de inúmeras discussões, como se observa em Moita e Andrade:

[...] seconsiderados apenas em relações duais a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. (...) se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade (MOITA E ANDRADE, 2009, p.1).

O que os autores pretendem destacar é que, mesmo reconhecendo a importância dessas articulações duais, é necessário defender um princípio que, se colocado em ação, impediria os reducionismos presentes na prática universitária: ou se prioriza a produção de novos saberes, ou a intervenção na comunidade, ou a transmissão de conhecimentos na formação para o trabalho.

Para o FORPROEX, com relação à Diretriz *Impacto na Formação do Estudante*:

As atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira (FORPROEX, 2010, p.20).

A possibilidade de um estudante participar de ações de extensão coloca-o de frente com a realidade social do território onde vive e no centro de discussões importantes para sua formação como cidadão. Oportunizando essa experiência, as instituições de ensino cumprem um papel importantíssimo na construção de uma sociedade menos desigual.

A diretriz, *Impacto e Transformação Social*, reafirma a Extensão Universitária como:

[...] o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. A expectativa é de que, com essa diretriz, a Extensão Universitária contribua para o processo de (re) construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re) construção da *polis*, a comunidade política. Nesse sentido, a diretriz *Impacto e Transformação Sociais* imprime à Extensão Universitária um caráter essencialmente político (FORPROEX, 2010, p.21).

Para que isso, efetivamente, ocorra, é necessário que os interesses da maioria da população sejam, realmente, respeitados e, para isso, volta-se à questão do diálogo, sem ele e sem o conhecimento da realidade social, as políticas públicas não são definidas e implementadas, adequadamente.

O FORPROEX também prevê que a articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas esteja orientada “[...] pelo compromisso com o enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade sociais e combate a todas as formas de desigualdade e discriminação” (FORPROEX, 2010, p.25).

No entanto, as instituições que pretendem ser extensionistas, devem promover a discussão sobre quais são os seus objetivos ao promover ações de extensão: servir para melhorar o seu interior acadêmico ou ser agente de transformação social?

Na sua interação com a realidade, a extensão tem a possibilidade de construir um conhecimento técnico e científico voltado para a solução das questões sociais, mas será que isso ocorre de fato? Com o sentido dados às ações desenvolvidas, podemos dizer que elas irão contribuir para a transformação social? Isto não pode estar está assegurado apenas no discurso, é preciso superar antigos modelos de práticas assistencialistas através de ações que objetivem a emancipação dos sujeitos envolvidos.

As instituições da Rede Federal de EPCT são parte desse processo e, em algumas delas, a extensão ainda está na incubadora e, por esse motivo, necessitam se valer da experiência e das discussões acumuladas pelas instituições de ensino superior para desenvolver suas ações.

2.3A filosofia extensionista proposta para a Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia

Os Institutos Federais, no que se refere à função extensionista, estão equiparados às Universidades Federais, fazendo parte do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, ou seja, comprometido com uma política nacional para o desenvolvimento das suas ações de extensão. Essa é uma condição histórica que oportuniza a cada instituição da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia, levar o conhecimento e a tecnologia às comunidades de seu entorno paracolaborar com seu desenvolvimento. As atividades de extensão que antes eram prerrogativa legal apenas das Universidades, hoje, também são uma possibilidade para o ensino profissional.

A política de educação profissional delineada para os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia pretende ser mais do que uma política pública, já que foi concebida para ser uma política de transformação social, portanto, suas ações de extensão devem estar intimamente associadas ao ensino e à pesquisa para, efetivamente, contribuir com a formação do cidadão e colaborar com o desenvolvimento local (MEC, 2010).

De acordo com as diretrizes de sua concepção, os Institutos Federais, a fim de cumprir sua missão, devem atuar nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão, considerando as suas diferenças e, também, as interligações que as tornam indissociáveis. Assim como as atividades de extensão devem ser concebidas de forma a se constituírem um diálogo

permanente com a sociedade, as pesquisas desenvolvidas devem produzir conhecimentos que favoreçam os processos locais (MEC, 2010).

Para Pacheco (2011, p. 52),

[...] a extensão pode possibilitar a segmentos e setores – que tradicionalmente estão excluídos das atividades desenvolvidas nessas instituições – o acesso ao conhecimento científico e tecnológico a fim de criar condições favoráveis à inserção e permanência no trabalho, de geração de trabalho e renda e exercício da cidadania, ao mesmo tempo que aprende o conhecimento construído pela sociedade enriquecendo os currículos de ensino e áreas de pesquisa. Assim, os Institutos Federais tornam-se espaço privilegiado para a democratização do conhecimento científico e tecnológico e valorização do conhecimento popular.

Os Institutos Federais têm uma tarefa difícil pela frente, a sua história extensionista é recente, portanto, precisam construir um espaço para o desenvolvimento de ações que estejam afinadas com as diretrizes propostas para as Universidades Públicas e para a Rede. Não tem como democratizar o conhecimento científico e tecnológico sem sair de dentro dos muros da instituição e as ações de extensão têm papel fundamental nesse processo, fazendo aligação entre as demandas da sociedade, o ensino e a pesquisa.

Dessa forma, essas ações não devem ficar restritas à pós-graduação, têm que ser desenvolvidas em todos os níveis de ensino para que, efetivamente, seja estabelecida uma relação transformadora entre instituição e sociedade. Também é importante que o ensino, a pesquisa e a extensão ocupem o mesmo nível hierárquico na instituição, o que, historicamente, não ocorre.

A articulação da extensão ao ensino e à pesquisa é importante, porque possibilita aos alunos e professores o desenvolvimento de projetos contextualizados, fruto das necessidades da sociedade onde vivem. Isso faz com que se sintam parte de um projeto maior, da construção de algo que não é apenas para si, mas que fará diferença para a sociedade ao seu redor, colaborando para a mudança da realidade existente e, quem sabe um dia, da estrutura social.

3PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Este estudo é de natureza qualitativa e exploratória utilizando a abordagem Estudo de Caso o que nos permite descrever e analisar a política de extensão no IFSul, assim como compreender as contradições existentes no contexto institucional.

Segundo Minayo (2006,p. 164), sob o ponto de vista metodológico,

[...] estudos de caso evidenciam ligações causais entre intervenções e situações da vida real; o contexto em que uma ação ou intervenção ocorreu ou ocorre; o rumo de um processo em curso e maneiras de interpretá-lo; o sentido e a relevância de algumas situações – chave nos resultados de uma intervenção.

Utilizou-se o método dialético de investigação que possibilita ao pesquisador descrever o particular à luz do contexto econômico, social, político e cultural. Essa relação do particular com a totalidade não significa chegar a verdades absolutas, é um método de interpretação dinâmica que para Minayo (2006), de uma perspectiva histórica, procura compreender as mediações e correlações que cercam o objeto de estudo.

Para a autora, “A lógica da dialética introduz na compreensão da realidade o princípio do conflito e da contradição como algo permanente e que explica o inacabado, o imperfeito e a transformação.” (MINAYO, 2006, p.111)

O estudo das categorias Políticas Sociais, Trabalho, Educação Profissional e Extensão, forneceu o suporte teórico necessário para a análise da política de extensão no IFSul.

Os documentos institucionais objeto de análise foram: Projeto Político Pedagógico-PPP; Plano de Desenvolvimento Institucional com vigência de 2009 a 2014- PDI; Plano de Ação 2012; Relatório de Gestão da PROEX 2012; Normatizações da Extensão; Registros de projetos e convênios desenvolvidos no ano de 2012.

Foi realizada entrevista com o Pró-reitor de Extensão do IFSul,¹² responsável pela implementação da política de extensão na instituição. O roteiro utilizado para

¹² A intenção inicial era a de entrevistar todos os dirigentes da extensão, por decisão da Pró-Reitoria de Extensão, somente o Pró-reitor foi entrevistado.

entrevistasemiestruturada abordou questões pertinentes ao conhecimento que o mesmo possui, em relação às diretrizes propostas, para a extensão na Rede Federal e qual a sua concepção de extensão; como vê o contexto institucional da extensão, a estrutura existente e quais são os obstáculos para o desenvolvimento das ações e projetos, como também, se existe ou não a participação da comunidade na gestão da ação extensionista, no sentido de transformações recíprocas.

Como referência para a pesquisa,foi utilizado umquadro onde estão descritas as dimensões a serem pesquisadas, assim como as categorias e indicadores determinados. O quadro foi elaborado com base numa proposta organizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - GT-Avaliação da Extensão Universitária¹³ e leva em consideração a realidade institucional doIFSul.A opção pelo uso dessa metodologia deu-se pelo fato de que a mesma foi elaborada por especialistas no assunto, possuindo a validade necessária para ser utilizada.

A análise da política de extensão foi realizada numa perspectiva interna,sem considerar o resultado dessas ações na comunidade, devendo contribuir para futuras discussõesinstitucionais.Para descrever o contexto, os objetivos e as atividades da extensão no IFSul, foram consideradas as seguintes dimensões:

Política de Gestão -contida nas finalidades, objetivos, fomento e atribuições da extensão, bem como seus instrumentos de ação denunciam se a missão do IFSul, incorpora a função extensionista.

Relação instituição–sociedade -revela o modo como as atividades desenvolvidas pela extensão estão presentes na sociedade, quais seus pressupostos e finalidades e como a instituição interage com a sociedade, no sentido de transformações recíprocas.

¹³O GT, a partir das diretrizespara a extensão das universidades públicas, propostas no Plano Nacional de Extensão, identificou categorias de análise que permitem apreciar as várias vertentes da ação extensionista. Com base nessas categorias foram selecionados os indicadores, ou seja, unidades que permitirão “medir” o alcance de uma meta definida para a extensão e, por conseguinte, auxiliar na elaboração da análise.

QUADROS DE DIMENSÕES, COM CATEGORIAS, INDICADORES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

Quadro 7-Dimensão I: Política de gestão

Categorias	Indicadores	Procedimentos Metodológicos e Técnicos	Fontes de Informações
1) Política de extensão na instituição.	Caracterização da extensão; Presença do conceito, especificação de metas, linhas e formas de atuação no Plano de Ação 2012.	Análise documental.	Pró-Reitoria de extensão, Plano de ação 2012 e dirigentes da mesma.
2) Concepção de extensão.	Presença da extensão na explicitação da missão.	Análise documental; Entrevista.	Projeto político pedagógico; Documentos normativos da extensão e outras formas de registro; Dirigente da Pró-Reitoria.
3) Órgãos colegiados de extensão.	Identificação de órgãos definidores de políticas de extensão; Processo de aprovação, acompanhamento e avaliação, distribuição de recursos e bolsas.	Análise da estrutura normativa da instituição.	Bases normativas da extensão e unidades acadêmicas; Documentos.
4) Resoluções e Normas.	Existência de resoluções e normas que definam e regulamentem programas, projetos, cursos, prestação de serviços, eventos, produção, publicação e políticas de fomento.	Análise documental.	Documentos normativos.
5) Integração entre as ações da extensão, ensino, pesquisa.	Existência de metas e ações que integrem extensão, ensino e pesquisa.	Análise documental.	Plano de Ação 2012; Dirigentes da Pró-Reitoria.
6) Informatização dos dados e dos processos de operacionalização da extensão.	Existência de banco de dados referente às ações da extensão.	Análise documental; Observação; Verificação da existência de banco de dados de extensão em funcionamento.	Tipos de registro da ação extensionista; Banco de dados e documentos cadastrais.
7) Sistema de acompanhamento e avaliação.	Existência de sistema de acompanhamento e avaliação.	Análise documental.	Plano de acompanhamento e avaliação.

Quadro 8-Dimensão II: Relação entre Instituto e Sociedade

Categorias	Indicadores	Procedimentos Metodológicos e Técnicos	Fontes de Informações
1) Parcerias institucionais relativas à extensão.	Tipos e formas de parcerias existentes (interinstitucionais com órgãos públicos e privados e com movimentos sociais organizados).	Análise dos convênios e banco de dados da extensão.	Banco de dados da Pró-Reitoria.
2) Clientela diretamente atendida pelas ações de extensão.	Tipos de clientela diretamente atendidas pela extensão.	Análise de projetos de extensão e respectivos relatórios.	Programas, projetos, Cursos, eventos, prestação de serviços etc. Relatórios de projetos de extensão e documentos.
3) Participação da comunidade na gestão da ação extensionista.	Formas de participação da comunidade externa na gestão da extensão nas fases de concepção, desenvolvimento e avaliação.	Entrevista.	Pró-Reitoria.

Os resultados obtidos serão disponibilizados à instituição pesquisada, através de seus dirigentes, para que sejam discutidos no âmbito escolar e administrativo e, a partir dos mesmos, possam ser evidenciadas necessidades de mudança ou correção de rumo no desenvolvimento da política de extensão e para a determinação de critérios¹⁴ para medir a sua eficácia¹⁵ e o seu impacto¹⁶.

¹⁴Se a avaliação é uma forma de mensurar o desempenho de programas, é necessário definir medidas para a aferição do resultado obtido. Elas são denominadas de *critérios de avaliação*.

¹⁵ Medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas.

¹⁶ Indica se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais.

4A EXTENSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIOGRANDENSE

Neste capítulo, será apresentado o resultado da pesquisa, realizado no Instituto Federal Sul-rio-grandense, cujo objetivo principal foi analisar a política de extensão desenvolvida na instituição, no ano de 2012, a fim de compreender a concepção de extensão que a norteou, como se deu seu desenvolvimento e qual a sua sintonia com a política nacional de extensão.

Inicialmente, serão descritos, a partir da análise documental, o contexto, objetivos, metas e ações da extensão no IFSul, utilizando como parâmetro as dimensões, categorias e indicadores descritos na metodologia.

Com a dimensão *Política de gestão*, procurou-se identificar qual a política contida nas finalidades, objetivos, fomento e atribuições da extensão e, também, se a missão do IFSul, incorpora a função extensionista. As categorias consideradas foram: *Política de extensão na instituição, Concepção de extensão, Órgãos colegiados de extensão, Resoluções e normas, Integração entre as ações de extensão, ensino e pesquisa, Informatização dos dados e dos processos de operacionalização da extensão, Sistema de acompanhamento e avaliação*.

- Categoria *Política de extensão na instituição* - Indicadores: *Caracterização da extensão; Presença do conceito, especificação de metas, linhas e formas de atuação descritas no Plano de Ação 2012.*

Para que se possa caracterizar a extensão no IFSul, entende-se ser necessário destacar que a instituição, ao assumir os preceitos definidos na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, (Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), que estabelece, nos incisos IV e V do artigo 7º, a extensão como atividade fim de suas instituições, definiu como seus os seguintes objetivos:

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional(IFSul, 2012)

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é uma das principais responsáveis pelo cumprimento desses objetivos, já que é o órgão executivo do IFSulque, em nível sistêmico, “[...] planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.” (IFSul, 2012).

A PROEX conta com a seguinte estrutura de gestão: Pró-Reitor de Extensão, Pró-Reitor Adjunto de Extensão, Coordenador Administrativo, Coordenador de ações de Extensão e Coordenador de interação com a sociedade.

São competências daPró-reitoria de Extensão:

Apoiar o desenvolvimento de ações de integração entre o IFSul- empresa-sociedade, nas áreas relacionadas à extensão; Propor o planejamento estratégico e operacional do IFSul com vistas à definição das prioridades na área de extensão em conjunto com os *Campi*; Articular acordos de cooperação com outras instituições regionais, nacionais e internacionais para o desenvolvimento de programas e projetos comuns; Incentivar e sensibilizar a comunidade acadêmica sobre o papel e a importância da extensão(IFSul,2012).

A Pró-Reitoriatem a tarefa de apoiar ações de integração, definir ações prioritárias em conjunto com os *Campi*, articular acordos de cooperação e incentivar e sensibilizar a comunidade para a importância da extensão, ou seja, é sua a responsabilidade de divulgar o conceito de extensão a ser adotado nos *Campi* e as diretrizes e princípios a serem seguidos.

Também são competências:

Assessorar, acompanhar e avaliar as ações de extensão desenvolvidas nos *Campi* do IFSul; Registrar e divulgar, junto às comunidades interna e externa, os resultados relativos às atividades de extensão;Promover políticas de aproximação dos servidores e discentes com a realidade do mundo do trabalho e dos arranjos e necessidades produtivas, sociais e culturais da comunidade regional; Viabilizar mecanismos de acesso da sociedade às atividades desenvolvidas pelo IFSul; Representar o IFSul em fóruns de discussão e promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, interagindo com as instituições promotoras de políticas públicas neste sentido, sempre que indicado pelo Reitor;Zelar pela efetiva articulação da extensão com o desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa (IFSul,2012).

A competência de dar suporte técnico, acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas, registrar e divulgar os resultados, promover políticas de aproximação com a realidade do mundo do trabalho e das necessidades produtivas, além de zelar pela articulação da extensão com o ensino e a pesquisa dá à Pró-reitoria de Extensão a possibilidade de promover a discussão com os Campi sobre o foco de suas ações, favorecendo possíveis correções no rumo que a política de extensão possa tomar.

Competências de apoio e busca de fomento:

Estabelecer parcerias com órgãos de fomento, com vistas à captação de recursos para apoio às atividades de extensão; Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas; Cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos colegiados superiores; Propor, anualmente, a matriz orçamentária necessária para a implementação das políticas da Pró-reitoria; Incentivar a promoção de eventos científicos, artístico-culturais, sociais e desportivos, envolvendo os *Campi* do IFSul (IFSul,2012).

As competências da Pró-Reitoria são inúmeras, e todas buscam a implementação e o fortalecimento de uma extensão que se propõe estar comprometida com o desenvolvimento e a transformação social. Para compreender de que forma isso se efetiva, verificou-se qual o conceito de extensão a instituição adota e como ele está presente no Plano de Ação de 2012, nas metas e ações propostas.

Conforme consta nos documentos institucionais pesquisados, no IFSul, a extensão é compreendida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições e os diversos setores da sociedade com vistas à sua sustentabilidade.

O conceito adotado pelo IFSul, reproduz o que foi definido pelo FORPROEX, demonstrando o comprometimento no plano discursivo, da instituição com o Fórum:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2010, p.15).

Analisando o Plano de Ação 2012, identificaram-se objetivos e metas relacionados à extensão e que são objeto de quadro como apêndice deste trabalho. Algumas delas serão destacadas pela importância em discuti-las.

Objetivo nº 02-Realizar ações de extensão e relações comunitárias:

Meta 2.1 Integrar *campi*/Comunidade/Mundo do Trabalho

As ações para esta meta foram propostas pelos diversos *Campi* do IFSul, e foram referentes, principalmente, à: Criação e consolidação de cursos de extensão; Divulgação do processo de estágio; Realização de parcerias para a realização de estágios interinstitucionais; Reuniões com estagiários; Visitas às empresas concedentes de estágio; Homologação de contratos de estágio; Encaminhamento de alunos ao mercado de trabalho; Consolidação de parceria entre Prefeituras Municipais e *Campi* para a realização de trabalhos de extensão, junto à comunidade; Organização de palestras para empresas e comunidades; Cursos de extensão para alunos e servidores; Prospecção profissional; Projeto de integração digital para comunidades de baixa renda; Cursos de línguas para comunidade externa e interna; Realização de seminários, mostra técnica, feiras e palestras.

Percebe-se que a ênfase principal está nas questões relacionadas a estágio, oferecimento de cursos, seminários e palestras. A proposta de consolidação de parcerias com Prefeituras demonstra o interesse em levar a extensão para fora dos muros da instituição, trazendo avanços para o processo.

Meta 2.2 Realizar visitas técnicas

Nesta meta, também foram verificadas ações propostas pela maioria dos *Campi*, prevendo a visita a empresas e órgãos públicos, relacionados às áreas dos cursos oferecidos pelos mesmos. Novamente, aparece a preocupação em aproximar os discentes do mercado de trabalho e de novas tecnologias, uma vez que as visitas ocorrem, principalmente, em empresas concedentes de estágio.

Meta 2.3 Prestar consultorias técnicas

Nesta meta, as ações firmadas foram: Prestar consultorias tecnológicas; Promover a criação de projetos acadêmicos com vistas à prestação de consultoria técnica para empresas locais; Reativar as ações de Consultoria junto à Coordenação de Produção Agroindustrial (Centro de Treinamento e transferência de tecnologia em fruticultura de clima temperado e agroindústria); Desenvolver política de “*Campus Aberto*” a toda comunidade; Ceder espaço para realização de reuniões comunitárias, assembleias do Orçamento Participativo e outros

eventos da comunidade; Realizar nova edição da Feira das Profissões de Pelotas. Realizar dois dias de campo no *Campus* com atividades extensionistas ligadas ao setor primário.

Esta meta prevê ações importantes no sentido de levar o conhecimento técnico até a comunidade, mas aqui fica a dúvida: Existe o diálogo nesse processo? Essa transferência de saber leva em conta as necessidades reais da comunidade e o conhecimento que esta possui? Como já colocado anteriormente, não se trata mais de apenas levar o conhecimento, mas de construí-lo juntos, instituição e comunidade.

Meta 2.4 Desenvolver política de “*Campus Aberto*” a toda comunidade do *Campus Bagé* e do *Campus Camaquã*.

As ações referentes a essa meta foram de divulgação e oferecimento de espaço para a realização de reuniões comunitárias e assembleias do orçamento participativo. Com isso, pretende-se divulgar a instituição e aproximar a comunidade de seu espaço, mas se entende que, também, é necessário o movimento inverso, a instituição conhecer a comunidade com suas características e necessidades.

Meta 2.5 Participar em feiras e eventos

As ações foram propostas pelos diversos *Campi* do IFSul para a participação de alunos e servidores em eventos culturais e esportivos, feiras e eventos em áreas tecnológicas afins.

A participação em eventos técnicos é importante para a formação do estudante, mas é igualmente importante que os projetos desenvolvidos e as soluções apresentadas nesses espaços, estejam contextualizados com a realidade local. Dessa forma, a instituição, professores e alunos poderão assumir um compromisso ético de colaborar com a transformação social.

Meta 2.8 Incrementar o intercâmbio de professores com o setor produtivo.

As ações propostas no Plano foram no sentido de: Manter grupo de trabalho para efetivar intercâmbio com setor produtivo; Promover a efetivação de parcerias com entidades públicas e privadas e organizar um ciclo de visitas técnicas docentes a empresas, além de incrementar a participação de docentes em órgãos classistas e conselhos empresariais da Região.

A intenção de realizar intercâmbios e parcerias nas áreas em que a instituição oferece cursos é fundamental para a manutenção e a atualização dos mesmos. No entanto, o

mundoprodutivo possui características diversas que reproduzem as desigualdades do sistema em que se vive e discutir, no âmbito da instituição, essas contradições, oportuniza a reflexão crítica sobre a validade das ações promovidas e a quem elas servirão.

Meta 2.12 Criar o Núcleo Interdisciplinar em Economia Solidária e Autogestão no Campus Pelotas.

A ação propõe a criação do núcleo.

Meta 2.13 Estabelecer um programa de extensão para apoiar a formação e o desenvolvimento de empreendimentos solidários em comunidades com vulnerabilidade social e econômica.

As ações propostas foram no sentido de ofertar cursos sobre degradação ambiental para melhorar a qualidade de vida dessas populações, curso interdisciplinar de Criação e Gestão de Cooperativas em, pelo menos, cinco municípios da Região e executar o programa Mulheres Mil.

Observa-se que as ações propostas, inicialmente, restringem-se ao oferecimento de cursos, mas com a intenção futura de concorrer para a formação e o desenvolvimento de empreendimentos solidários em comunidades da região que apresentam problemas de ordem social e econômica.

Meta 2.15 Instituir bolsas de extensão para discentes com recursos orçamentários do IFSul.

A Pró-Reitoria de Extensão propôs o lançamento do Programa Institucional de Incentivo à Extensão do IFSul, nos *Campi* o interesse foi em fomentar ações de extensão e implantar o programa de bolsas.

O lançamento do programa possibilita o desenvolvimento de projetos de extensão através do fomento, além de normatizar o processo.

Meta 2.17 Implementar projetos de extensão que visem à inclusão de pessoas que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

A Pró-Reitoria de Extensão propôs, como ação, incentivar os *campi* a submeter projetos de extensão no Programa do MEC Mulheres Mil. Nos *Campi* as ações foram: realizar e manter cursos e projetos para atender comunidades com vulnerabilidade social e econômica.

A inclusão de comunidades que se encontram em situação vulnerável no Programa Mulheres Mil é uma iniciativa importante. No entanto, é necessário que a instituição realize estudos prévios, analisando as necessidades da população alvo em conjunto com a mesma.

Meta 2.18 Implementar mecanismos para fomentar e desenvolver a cultura da extensão.

A Pró-Reitoria de Extensão propôs, como ação, elaborar edital com recursos oriundos da matriz CONIF –Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica –, para financiamento de atividades de extensão e realizar consulta aos representantes de extensão dos *campi*. As ações propostas pelos campi foram, principalmente: Organizar oficinas de capacitação em extensão; Incentivar a comunidade a participar das atividades de extensão do Instituto; Integrar-se com a comunidade através da implantação de projetos de extensão.

A preocupação em fomentar e desenvolver a cultura da extensão está presente, mas permanece a tendência em trazer a comunidade até a instituição, através de atividades e de projetos pré- definidos.

Meta 2.19 Organizar atividades enfocando os objetivos e necessidades do “mundo do trabalho”.

Foram propostas ações como: Realizar palestras e discussões relacionadas ao tema; Criar espaços curriculares e extracurriculares para trazer para a escola especialista, que já atuam no mundo do trabalho, e levar os docentes e discentes, para que tenham contato com a realidade na qual estão envolvidos.

Essas ações trazem a possibilidade de aproximar a comunidade docente e discente das necessidades atuais do mundo do trabalho. Que necessidades são essas, em termos de tecnologia e de formação, são respostas que a instituição deve buscar, mas a forma como deve ser encaminhada essa discussão deve ser preocupação de todos, pois, a função social dos Institutos não permite o mero fornecimento de mão de obra para o mercado, como foi em outros tempos.

Meta 2.25 Implantar projetos que incentivem o empreendedorismo e a economia solidária nos *Campi*.

Algumas ações propostas: Estudar a viabilidade do desenvolvimento de uma incubadora tecnológica; Manter e incentivar grupos de projetos de empreendedorismo; Realização de oficinas de empreendedorismo e sobre economia solidária. Criar no programa Mulheres Mil este foco de trabalho.

A Pró-Reitoria, seguindo as diretrizes propostas para a Rede, dá início ao processo de discussão para a implantação de projetos que estimulem o empreendedorismo e a economia solidária. As ações propostas confirmam essa intenção.

Meta 2.29 Implantar e consolidar os Programas de extensão no *Campus* Pelotas-Visconde da Graça.

As ações propostas foram: Realizar reuniões trimestrais sobre extensão no *Campus* e implantar o Departamento de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação no *Campus*.

O campus Pelotas-Visconde da Graça devido à sua vinculação anterior com a Universidade Federal de Pelotas parece contar com maior experiência em ações de extensão voltadas para a comunidade. No entanto, a caminhada em direção a um novo formato de extensão, baseado no diálogo e na troca, onde as ações priorizam a comunidade e o desenvolvimento, é nova para todos os *Campi*.

Objetivo 7 – **Integrar ensino, pesquisa e extensão.**

A diretriz *Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão* definida pelo FORPROEX tem a intenção de reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico. Para que se possa compreender como esse processo ocorre no IFSul é preciso identificar quais são as metas propostas nesse objetivo.

Meta 7.2 Realizar a FEPROTEC no Campus Pelotas.

Ações para elaborar regulamento da feira, divulgá-la e executá-la.

Meta 7.3 Consolidar na instituição/*Campus* espaços de fomento e incentivo à pesquisa.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação propôs a realização do evento anual de iniciação científica e tecnológica. As ações propostas pelos Campi foram, na sua maioria, relacionadas à realização de eventos, incentivo à formação de grupos de pesquisa e criação de espaços de intercâmbio entre pesquisa e extensão.

A integração entre a pesquisa, o ensino e a extensão, aparece nas propostas, oriundas dos Campi, no formato de eventos e com o estímulo à criação de espaços de intercâmbio entre pesquisa e extensão. Ainda não se verifica a presença de metodologias participativas que permitam aos estudantes conhecer a realidade e interagir com ela na base do diálogo, colaborando para minimizar as questões sociais.

Meta 7.4 Fomentar a participação discente em eventos técnicos, científicos, culturais e esportivos.

Foi proposta pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação uma ação, visando proporcionar aos alunos bolsistas de Iniciação Científica a participação em pelo menos um evento científico anual. As ações propostas pelos Campi foram, principalmente, no sentido de: Fomentar a participação em eventos relacionados às áreas dos cursos regulares de discentes e servidores; Proporcionar condições para que os alunos possam participar dos eventos técnicos, científicos, culturais e esportivos, promovidos pelo IFSul.

Como já foi referido, anteriormente, o conhecimento adquirido em eventos científicos é de extrema importância para o ensino, mas a participação de estudantes e professores nesses eventos, como produtores de pesquisa, deve vir junto com a preocupação de que estas estejam contextualizadas com a realidade local.

Meta 7.5 Promover projetos que contemplem a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Encontra-se uma ação, proposta pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, prevendo a realização de reuniões para articulação e elaboração de projetos conjuntos. Nos *Campi*, as ações previstas foram de promoção de reuniões e eventos de integração das áreas de ensino, pesquisa e extensão e criação de regimento para a efetivação das ações conjuntas.

Percebe-se a preocupação em integrar o ensino, a pesquisa e a extensão; a instituição demonstra isso através das propostas de elaboração de projetos e eventos conjuntos.

Meta 7.7 Criar e consolidar o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CEPE.

As Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e a de Extensão colocaram como ações para essa meta, criar grupo de discussão sobre o CEPE, discutir a criação e regulamentação do mesmo com a comunidade acadêmica e elaborar regulamento e submetê-lo ao Conselho Superior.

Objetivo 15 – Aprimorar os processos de gestão.

Algumas metas deste objetivo, relacionadas à extensão, tiveram propostas de ações em 2012 e se referem, principalmente, à regulamentação de estágios, visitas técnicas e eventos, criação de procedimentos de tramitação e registro de projetos de extensão, definição do regulamento das ações de Extensão e elaboração de editais para fomento das atividades.

De acordo com a Pró-Reitoria de Extensão, as ações de extensões são desenvolvidas pelos diversos setores dos *campi* do IFSul, por meio de programas, projetos, cursos, eventos, etc., em todas as suas áreas de atuação.

- **Categoria *Concepção de extensão***- Indicador: *Presença da extensão na explicitação da missão.*

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSul, identificou-se a Missão da instituição: “Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social.” (IFSul, 2012).

Como se pode constatar, a missão institucional do IFSul contempla a presença da extensão, juntamente com o ensino e a pesquisa, a fim de possibilitar a formação integral ao estudante. A ideia é de que, apesar das suas diferentes características, as mesmas precisem estar, constantemente, interligadas através de projetos conjuntos e de órgãos colegiados. Na missão institucional, não parece haver distinção entre a extensão, o ensino e a pesquisa, parecem estar colocados no mesmo patamar de importância, mas, na realidade, sabe-se que a extensão nas instituições da Rede, há pouco tempo, vem adquirindo a importância e o fomento necessários para o desenvolvimento de suas ações.

- Categoria **Órgãos colegiados de extensão**- Indicadores: *Identificação de órgãos definidores de políticas de extensão; Processo de aprovação, acompanhamento e avaliação, distribuição de recursos e bolsas.*

É competência da Pró-Reitoria de extensão o planejamento estratégico e operacional do IFSul para definição das prioridades na área de extensão em conjunto com os *Campi*. As propostas para o desenvolvimento de ações de extensão, em qualquer nível, são encaminhadas por iniciativa individual ou coletiva, por qualquer setor do IFSul ou por solicitação de um segmento da sociedade civil organizada, em qualquer época do ano, em formulário próprio fornecido pela Pró-Reitoria de Extensão. A distribuição de recursos é feita através de editais.

- Categoria **Resoluções e normas** - Indicadores: *Existência de resoluções e normas que definam e regulamentem programas, projetos, cursos, prestação de serviços, eventos, produção, publicação e políticas de fomento.*

Segundo informações da Pró-Reitoria de extensão, no dia 26 de junho de 2012 foi lançado o edital do Programa Institucional de Incentivo à Extensão (PIIEX) e os resultados finais publicados no dia 13 de julho de 2012. Além disso, foram divulgados editais para distribuição de recursos, conforme quadro disponível como apêndice deste trabalho.

- Categoria **Integração entre as ações de extensão, ensino e pesquisa**- Indicador: *Existência de projetos que integrem ações de extensão, ensino e pesquisa.*

Uma das metas propostas para 2012, pela Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Extensão, foi criar e consolidar um Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE. A ação prevista de criar um grupo de discussão para a criação e regulamentação do CEPE com a comunidade acadêmica, não teve êxito, o grupo não foi criado, sendo decidido que a consolidação das câmaras de ensino e pesquisa e a criação da câmara de extensão, são ações que fundamentarão uma futura discussão sobre a criação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

De acordo com o Relatório de Gestão 2012, entre os dias 02 e 03 de agosto de 2012, foi realizada a I Mostra de Extensão do IFSul, em conjunto com a V Jornada de Iniciação Científica do IFSul, consolidando, segundo a gestão, o IFSul como uma Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Mesmo considerando a importância de ações nesse sentido, é importante trazer a análise de que a integração que está proposta pelo Fórum é de que as ações de extensão são mais efetivas se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas e de geração de

conhecimento. Com isso, os estudantes poderão apreender com as comunidades, novos saberes e práticas e compreender melhor os princípios e valores que as orientam.

- Categoria ***Informatização dos dados e dos processos de operacionalização da extensão***- Indicador:*Existência de banco de dados referente às ações da extensão.*

É possível encontrar no site da instituição, banco de dados onde consta a relação de projetos e ações desenvolvidas pelos campi do IFSul.

- Categoria ***Sistema de acompanhamento e avaliação***- Indicador:*Existência de sistema de acompanhamento e avaliação.*

De acordo com informações da Pró-reitoria de Extensão a avaliação e seleção dos projetos em 2012, foi realizada por uma Comissão de Avaliação formada por representantes da extensão de cada um dos *campi* do IFSul.

Com relação à segunda dimensão de análise, ***Relação entre Instituto e Sociedade***, esta revela, como as atividades de extensão estão presentes na sociedade, quais seus pressupostos e finalidades e como a instituição interage com a sociedade no sentido de transformações recíprocas. As categorias utilizadas são: ***Parcerias institucionais relativas à extensão, Clientela diretamente atendida pelas ações de extensão e Participação da comunidade na gestão da ação extensionista.***

- Categoria ***Parcerias institucionais relativas à extensão*** - Indicador: *Tipos e formas de parcerias existentes (interinstitucionais com órgãos públicos e privados e com movimentos sociais organizados).*

Segundo o relatório de gestão da PROEX, durante o ano de 2012, foram realizadas parcerias com concedentes de estágio e agentes de integração, uma vez que a mesma considera o cumprimento de período de estágio uma forma de facilitar a inserção dos egressos no mercado de trabalho. A instituição mantém parceria com a Petrobrás, por meio do PROMINP - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, considerada de grande importância para a instituição, atuando em conjunto com a Fundação de Apoio ao Instituto Federal de Educação e Tecnologia Sul-rio-grandense - FUNCEFET, como executora de diversos cursos de Formação Inicial e Continuada, destinado a pessoas com o Ensino Médio e Técnico, dentro do PNQP - Plano Nacional de Qualificação Profissional (IFSul, 2012).

Juntamente com a Assessoria de Assuntos Internacionais, a Pró-reitoria de Extensão também atua, no âmbito do Comitê Gestor de Cursos Binacionais, junto à

Universidad del Trabajo de Uruguay, com a intenção de colaborar para a viabilidade e aprimoramento dos cursos que hoje são oferecidos na fronteira Brasil/Uruguai (IFSul, 2012).

Não identificamos parcerias realizadas com movimentos sociais organizados.

- Categoria ***Clientela diretamente atendida pelas ações de extensão***- Indicadores: *Tipos de clientela diretamente atendida pela extensão.*

Conforme dados de projetos desenvolvidos no ano de 2012, disponíveis em quadro no apêndice neste estudo, as ações de extensão nos Campi do IFSul, tiveram como público alvo estudantes da instituição, professores do IFSul e de outras instituições de ensino, comunidades carentes, instituições filantrópicas, comunidades rurais, comunidade em geral.

Categoria ***Participação da comunidade na gestão da ação extensionista*** -Indicadores: *Formas de participação da comunidade externa na gestão da extensão nas fases de concepção, desenvolvimento e avaliação.*

Segundo informações da Pró-Reitoria, não existe a participação da comunidade externa na gestão da extensão.

A partir da análise documental, identificou-se a concepção de extensão adotada pelo IFSul, os objetivos, metas e ações, desenvolvidas no ano de 2012. Num segundo momento, é fundamental compreender de que forma a política de extensão da instituição está sintonizada com a política nacional e, para isso, foram retomadas as diretrizes nacionais que norteiam as ações de extensão e que devem ser consideradas pela extensão do IFSul, já discutidas em capítulo anterior: *Interação Dialógica, Interdisciplinariedade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante* e, por último, *Impacto e Transformação Social*.

A diretriz *Interação Dialógica* orienta para que as relações entre as instituições e a sociedade sejam caracterizadas pelo diálogo e pela troca, abandonando o discurso de superioridade e colocando no seu lugar a parceria com os setores e as organizações sociais.

O IFSul, quando adota a concepção de extensão definida pelo FORPROEX, assume o compromisso de caminhar na direção do diálogo e da formação de parcerias com os seguimentos sociais à sua volta. Pode-se perceber nas metas propostas para a extensão, em 2012, que essa caminhada começou, mas por outro lado, nas ações verifica-se predominância no oferecimento de cursos e palestras e não na ida de alunos e professores a campo.

Para o FORPROEX (2010), sem a interação dialógica que as ações de extensão permitem, as instituições públicas correm o risco de ficar isoladas das questões sociais e

incapazes de cumprir sua missão de oferecer à sociedade o conhecimento, os profissionais e as inovações tecnológicas necessárias ao desenvolvimento.

Com relação à diretriz de *Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade* entende-se que, através das propostas existentes de criar grupos de discussão sobre a extensão, seja possível estabelecer as alianças necessárias, para que a mesma adquira a base teórica e operacional necessária para cumprir sua função social.

A diretriz *Indissociabilidade Ensino – Pesquisa - Extensão* busca reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico. Ao realizar a análise documental, percebe-se que a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão está prevista na missão, finalidades e objetivos instituição. Quando se verificam os projetos desenvolvidos pelos campi não se consegue perceber avanços significativos nesse sentido, a não ser na promoção de eventos científicos conjuntos.

Com relação à Diretriz, *Impacto na Formação do Estudante*, a proposta é que, através da extensão, os estudantes ampliem seu universo de referência por meio do contato direto com as questões sociais, enriquecendo seu aporte teórico e metodológico. É necessário que os projetos acadêmicos sejam desenvolvidos a partir das necessidades locais e, não aleatoriamente, como muitas vezes acontece, para que a tecnologia produzida seja realmente aproveitada. O aluno deve ser despertado para a necessidade de elaborar projetos contextualizados já que seu papel não pode ser de mero espectador e, sim, de participante do processo de transformação social.

Percebe-se em Paulo Freire (1974, p. 43) que,

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em termos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas.

A escola, ao dar a oportunidade aos estudantes de integrar-se criticamente ao contexto social onde vivem através das ações de extensão, devolve aos mesmos seu lugar de direito, o de agente de transformação.

Com a diretriz, *Impacto e Transformação Social*, o objetivo é reafirmar a Extensão Universitária como instrumento de interligação entre instituição e sociedade, visando uma

atuação transformadora que priorize os interesses da maioria e colabore para o desenvolvimento social e para a implantação de políticas públicas, realmente eficazes, atribuindo à extensão um caráter político.

A Pró-reitoria de extensão no IFSul, possui entre as suas competências: Apoiar o desenvolvimento de ações de integração entre o IFSul- empresa-sociedade, nas áreas relacionadas à extensão; Incentivar e sensibilizar a comunidade acadêmica sobre o papel e a importância da extensão; Promover políticas de aproximação dos servidores e discentes com a realidade do mundo do trabalho e dos arranjos e necessidades produtivas, sociais e culturais da comunidade regional. Como se pode constatar, existe a preocupação de que a instituição apoie ações voltadas para as questões sociais, aproximando seus docentes e discentes da realidade e das necessidades locais e regionais e sensibilizando a comunidade interna para a importância de ações extensionistas contextualizadas. Mas nas ações isso ainda aparece timidamente.

Como parte da proposta metodológica, foi realizada entrevista com o Pró-reitor de extensão do IFSul. O conteúdo da mesma agrega ao nosso estudo a análise da extensão, sob o olhar do dirigente responsável pela implantação da mesma. As questões que fizeram parte do roteiro elaborado para a realização da entrevista foram: Qual seu conhecimento em relação às diretrizes propostas para a extensão na Rede Federal e qual a sua concepção de extensão? Qual o contexto institucional da extensão e quais são os obstáculos existentes para o desenvolvimento das ações e projetos? Como vê a integração das ações propostas pelas Pró-Reitorias de Extensão, Ensino e Pesquisa no IFSul? Como caracteriza a estrutura existente para o desenvolvimento dos projetos e ações? Qual é a participação da comunidade na gestão da ação extensionista no sentido de transformações recíprocas?

O Pró-reitor de extensão afirma ter conhecimento pleno das diretrizes, através de documentos institucionais e também da participação no Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal onde as mesmas são discutidas. A extensão para ele é a forma mais rápida de interagir com a sociedade e de contribuir para a qualificação do cidadão, além de trazer modificações significativas para a sociedade. Reafirma o conceito de que *“a extensão é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre o IFSul e os diversos setores da sociedade com vistas à sua sustentabilidade.”*

Dentre os principais obstáculos enfrentados pela extensão, destaca a carga horária elevada de atividades dos docentes e técnico-administrativos o que dificulta o

desenvolvimento das ações, a falta de estrutura física e de pessoal em muitos dos campi e o fato da cultura de extensão ainda ser incipiente na instituição, o que atribui à sua recente transformação em instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão carecendo, portanto, de consolidação da extensão como uma das suas atividades fins.

Para o dirigente, extensão, pesquisa e ensino são diferentes dimensões da ação do servidor, e ao mesmo tempo dimensões fundamentais para a formação dos estudantes e para a sociedade em geral. Coloca que a integração entre as Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão na instituição ainda é incipiente, mas afirma que o ano de 2012 foi extremamente importante para o início desta integração que ocorreu através de eventos e editais conjuntos e da utilização de procedimentos padrões entre as Pró-Reitorias. No entanto, avalia que o caminho para que essa integração se torne perceptível para a comunidade ainda é longo.

Com relação à estrutura, considera que seja reduzida, mas, apesar disso, estão conseguindo desenvolver os projetos atuais. Para ele, muitas das dimensões da extensão ainda não são atendidas em sua plenitude e, para o ano de 2013, quando novas ações serão desenvolvidas, será necessária uma reestruturação.

Por fim, coloca que não existe a participação da comunidade na gestão das ações de extensão, mas afirma que, através do desenvolvimento de ações de extensão voltadas para a comunidade, com a participação da mesma, surgem contribuições e transformações recíprocas durante o processo.

As diretrizes do FORPROEX propõem uma extensão que precisa ser construída. Entende-se que a extensão nesse formato foi resultado de uma discussão de anos, onde só recentemente os institutos foram incluídos. Dessa forma, a partir da organização, do incentivo e, principalmente, de discussões internas em torno das propostas da política nacional é que a extensão poderá se consolidar na instituição.

Os dados propiciam o entendimento de que o IFSul incorporou a função extensionista, ela está presente na sua missão, nas finalidades e características, no esforço de regulamentação, na busca de fomento e nos objetivos e metas propostos no Plano de ação 2012. As metas na sua maioria estão sintonizadas com a política nacional, apesar disso, as ações desenvolvidas pelos Campi ainda são incipientes nesse sentido. As ações propostas são, principalmente, relacionadas a estágios, oferecimento de cursos, seminários e palestras, e algumas que mostram o interesse em discutir, formar e desenvolver empreendimentos solidários em comunidades que apresentam situação de vulnerabilidade social.

No ano de 2012, a estrutura para o desenvolvimento das ações esteve aquém das necessidades, segundo a gestão, inviabilizando novas propostas. A integração entre a pesquisa, o ensino e a extensão, propostas nas ações dos Campi, se restringem à realização de eventos e estímulo à criação de espaços de intercâmbio entre pesquisa e extensão. Também não foram identificadas parcerias realizadas com movimentos sociais organizados e a utilização de métodos participativos, que permitam aos estudantes interagir com a realidade social. Conclui-se que a extensão no IFSul tem muitos desafios a enfrentar para a sua consolidação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até bem pouco tempo, a instituição, hoje chamada de IFSul, tinha o orgulho de oferecer aos estudantes uma sólida formação técnica, que lhes permitia produzir e gerenciar processos de produção, dentro da concepção chamada taylorista-fordista. No momento atual, essas referências já não são aceitas, principalmente em função das transformações ocorridas no processo produtivo, com o mercado global e as novas tecnologias que requerem outras competências do trabalhador. O espaço escolar, nesta perspectiva, precisa ser um local onde sejam formados indivíduos que possam interferir como sujeitos da história. Para isso, a instituição precisa incentivar as práticas pedagógicas que promovam a reflexão crítica da história e da cultura e a participação no desenvolvimento social.

A função social, assumida pelo IFSul, já discutida ao analisar a instituição em capítulo anterior, é de promover uma educação humano-científica-tecnológica que possibilite a formação de cidadãos competentes em realizar uma análise crítica da sociedade em que vivem e comprometidos com a transformação da mesma. Mas a instituição, para ter êxito, precisa basear essa oferta no diálogo e na troca de saberes.

Ao procurar atingir o objetivo principal de analisar a política de extensão, desenvolvida no IFSul, no ano de 2012, e responder as questões que nortearam esse estudo, deparou-se com uma realidade em construção, uma proposta de extensão que pretende seguir uma concepção inovadora, adotada nacionalmente, e algumas ações de extensão desenvolvidas com base em modelos antigos.

Compreendem-se as dificuldades enfrentadas pelo IFSul para concretizar uma política de extensão baseada em concepções e diretrizes construídas pelas Universidades e tão recentes para as instituições da Rede Federal. Entende-se que, para implementá-la, é necessário que os gestores e educadores compreendam e assumam os princípios norteadores das atividades de extensão e que foram pactuados no Fórum.

Esses princípios deixam claro, entre outras coisas, que as ações devem estar alicerçadas nas prioridades do local, da região e do país, que as instituições não podem acreditar serem

proprietárias do saber pronto e acabado, mas devem ser sensíveis às questões sociais, participando dos movimentos organizados, dando prioridade àquelas ações que buscam a solução para as questões sociais e para a transformação da estrutura social vigente.

Pelo que se viu, o fortalecimento da extensão está diretamente vinculado à compreensão de que a instituição deve ter dessa prática acadêmica e da sua vinculação com o Ensino e a Pesquisa.

Cabe trazer como reflexão o entendimento do FORPROEX com relação à importância da articulação da extensão com as políticas públicas. Essa não se esgota na contribuição indireta das atividades de extensão, na produção do conhecimento e na formação de profissionais qualificados para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; também está na contribuição direta dos atores que desenvolvem as ações de extensão, na formulação, implementação e avaliação dessas políticas, especialmente, as sociais, fortalecendo-as com relação a financiamento, cobertura, eficiência e efetividade. Dessa forma, é colaborativa na superação da fragmentação, setorialização, desarticulação e superposição de programas e projetos sociais, bem como do caráter, muitas vezes residual e temporário, de seu fomento (FORPROEX, 2010).

Este trabalho de pesquisa trouxe a compreensão do significado da extensão para as Universidades Públicas, para as Instituições da Rede Federal que começam a assumir a função extensionista e para a sociedade. Acredita-se que os resultados alcançados servirão para futuras análises que possam ser realizadas pela gestão, no sentido de aproximar cada vez mais as ações desenvolvidas do que está proposto como política nacional.

São inúmeros os desafios a serem enfrentados pelas instituições da Rede, no que diz respeito à consolidação da extensão e no IFSul não será diferente, mas pelo que se constatou a caminhada já começou.

Como proposta para futuros estudos, sugere-se uma avaliação do impacto da política de extensão desenvolvida no IFSul, na formação do estudante e na transformação social.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Lois. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. 3. ed. Lisboa: Martins Fontes: Presença, 1980. 120 p.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 ed. São Paulo/SP: Ed.Boitempo Editorial, 1999.

BEMVENUTI, Vera Lucia Schneider. Extensão Universitária: Momentos históricos de sua institucionalização. **Vivências** – Revista eletrônica de Extensão da URI. Área temática 1- Comunicação. V.1, Ano 1, nº 2. P. 8-17. Erechim, 2006. Disponível em: <http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero%20002/artigos/area_comunicacao/area_comunicacao_01.htm> Acesso em 04/10/2012.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27, Caxambu, 2004. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt11/t1111.pdf>>. Acesso em 16/10/2012.

DUBEUX, Ana. O papel das universidades na construção da economia solidária no Brasil. **Revista Trimestral de Debate da FASE**. 2004. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_anadubeux.pdf> Acesso em 16/10/2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 8 ed. Paz e Terra. Obra do acervo Digital da UFPB. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Disponível em: <http://www.bonato.kit.net/Extensao_ou_Comunicacao.pdf>. Acesso em 27/11/2011.

FREIRE, Paulo. **Educação com Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. Disponível em: <http://www.paulofreire.org.br/pdf/comunicacoes_orais/ODIALO3.pdf>. Acesso em 18/12/2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no governo Lula**: um percurso histórico controvertido- 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/esv26n92v26n92a17.pdf>>. Acesso em 04/08/2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **A formação do cidadão produtivo**- A cultura de mercado no Ensino Médio Técnico. Brasília/DF: INEP, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007 -Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>>. Acesso em 06/07/2011.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Maio de 2012. Disponível em: <<http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2012/legislacao/Politica%20Nacional%20de%20Extensao%20Universitaria%20maio2012.pdf>> Acesso em 16/10/2012.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4 ed. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

MAGNANI, Ivetti. Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25, Caxambu, 2002. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/tp25.htm>> Acesso em 16/10/2012.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MEC. Ensino médio integrado à educação profissional – Salto para o Futuro. **Boletim nº 07**. Brasília, maio e junho de 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto07.pdf .> Acesso em 04/10/2012.

MEC. Linha do Tempo. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf>> Acesso em 04/10/2012.

MEC. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf > Acesso em 17/10/2012.

MEC. DECRETO Nº 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf.> Acesso em 17/10/2012.

MEC. Lei n 10.172 de 09/01/2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em 30/04/2012.

MEC. **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras Grupo de Trabalho (GT) Avaliação da Extensão Universitária Avaliação Nacional da Extensão Universitária** - Pressupostos, Indicadores e Aspectos Metodológicos . Dezembro/2000. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/extensao/files/file/colecao_extensao_univeristaria/colecao_extensao_universitaria_3_avaliacao.pdf.> Acesso em 09/01/2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 9ed. São Paulo/SP: Ed. HUCITEC, 2006.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação **Revista Brasileira de Educação**. vol.14 nº. 41 Rio de Janeiro May/Aug. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000200006> Acesso em 16/10/2012.

MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo – Desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre/RS:Ed. Artmed, 2010.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração.** Holos, Ano 23, Vol. 2. 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT09-3317--Int.pdf>. > Acesso em 26/04/2012.

OLIVEIRA, Claudia Hochheim. Qual é o Papel da Extensão Universitária? Algumas reflexões da relação entre Universidade, Políticas Públicas e Sociedade - **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.** Disponível em: <<http://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao15.pdf>.> Acesso em 26/04/2012.

PARECER CNE/CEB Nº 16/99 Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer1699.pdf.> Acesso em 28/10/2012.

PACHECO, Eliezer. (org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** São Paulo: Editora Moderna Ltda., 2011. Disponível em: <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf> Acesso em 28/10/2012.

SANTOS, Sonia Regina Mendes dos. **A concepção de transformação social e de emancipação na extensão universitária: em busca de novos rumos.** 2004. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/proext/images/documentos/univsociedade/concepcao.pdf>>. Acesso em 23/04/2013.

SAVIANI, Dermeval. **O choque teórico da politécnica. Trabalho, Educação e Saúde.** 1(1): 131-152, 2003. Disponível em: <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r41.pdf>.> Acesso em 09/02/2012.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire.** 2008. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em 27/04/2012.

SETEC - **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica – Concepção e Diretrizes- SETEC/MEC, 2010** – Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4196&catid=209&Itemid=841> Acesso em 30/01/2012.

SILVA, Caetana Juracy Resende. Org. Institutos Federais. Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões – Natal: IFRN. 2009. 70 p. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3753&Itemid= Acesso em 01/10/2010.

VASCONCELOS, Ricardo Afonso Ferreira de; LIMA FILHO, Domingos Leite. **Do modelo Keynesiano-Fordista ao Sistema de Acumulação Flexível: Mudanças no Perfil do Trabalho e na Qualificação.** Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/quarta_tema3/QuartaTema3Artigo4.pdf>. Acesso em 30/01/2012.

APÊNDICES

7- APÊNDICES

A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente consentimento livre e esclarecido, eu....., declaro que fui informado de forma clara e detalhada, sobre a pesquisa “Análise da política de extensão no Instituto Federal Sul-rio-grandense”, que tem por objetivo geral analisar a política de extensão do Instituto Federal Sul-rio-grandense a fim de compreender a concepção de extensão que a norteia, como se dá seu desenvolvimento e qual a sua sintonia com a proposta de extensão para os Institutos Federais.

Fui igualmente informado (a) sobre:

- a garantia de requerer respostas a qualquer pergunta ou dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados ao trabalho;
- a liberdade total de retirar o meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto acarrete algum prejuízo a minha pessoa;
- a segurança de que não irei ser identificado e que se manterá o caráter confidencial das informações relacionadas a minha privacidade;
- o compromisso de acesso às informações com o responsável pelo trabalho e seu orientador, em todas as etapas do trabalho e/ou no momento que solicitar, bem como os resultados.

Ciente das informações citadas anteriormente, eu autorizo a aplicação do instrumento de coleta de dados, gravação das entrevistas e a utilização do mesmo em trabalhos científicos a serem realizados.

Em caso de esclarecimentos e dúvidas, entrar em contato com: **Pesquisadora responsável:** Ana Lucia Ribeiro Mendes. **Telefone:** 53-33091759; **e-mail:** analucimendes@hotmail.com e/ou **Orientadora:** Cristine Jaques Ribeiro **e-mail:** cristinejr2008@hotmail.com

Assinatura do pesquisado

Assinatura da pesquisadora

B- ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

I. Dados de Identificação:

Nome:

Idade:

Cargo ou Função na Instituição:

II. Questões:

1. Qual seu conhecimento em relação às diretrizes propostas para a extensão na Rede Federal e qual a sua concepção de extensão?
2. Qual o contexto institucional da extensão e quais são os obstáculos existentes para o desenvolvimento das ações e projetos?
3. Como vê a integração das ações propostas pelas Pró-Reitorias de Extensão, Ensino e Pesquisa no IFSul?
4. Como caracteriza a estrutura existente para o desenvolvimento dos projetos e ações?
5. Qual é a participação da comunidade na gestão da ação extensionista no sentido de transformações recíprocas?

C- QUADRO DE PORTARIAS, PARECERES E RESOLUÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

LEGISLAÇÃO BÁSICA - REDE FEDERAL

Portarias de 7 de janeiro de 2009. Portarias que nomearam os Reitores pro-tempore das instituições.

Portaria normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006. Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, § 1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006.
Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006. Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
Portaria nº 1.027, de 15 de maio de 2006. Dispõe sobre banco de avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA, e dá outras providências.
Portaria nº 156, de 19 de julho de 2005. Estabelece os procedimentos para a realização, in loco, dos trabalhos de supervisão das atividades desenvolvidas pelas Escolas Agrotécnicas Federais, Escola Técnica Federal e Centros Federais de Educação Tecnológica.
Portaria nº 4.362, de 29 de dezembro de 2004. Institui banco único de avaliadores da educação superior.
Portaria nº 107, de 22 de julho de 2004. SINAES e ENADE – disposições diversas.
Parecer CES 277/2006. Na forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.
Parecer CNE/CEB nº 40/2004. Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB).
Parecer CNE/CEB nº 39/2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.
Parecer CNE/CEB nº 14/2004. Autoriza as escolas agrotécnicas federais a ofertarem cursos superiores de tecnologia, em caráter experimental.
Parecer CNE/CP nº 29/2002. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo.
Parecer CNE/CES nº 436/2001. Trata de Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos.
Parecer CNE/CEB nº 16/99. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.
Parecer CNE/CEB nº 17/97. Estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional.
Parecer CNE/CEB nº 02/97. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.
Resolução CNE/CEB nº 1, de 27 de março de 2008. Define os profissionais do magistério, para efeito da aplicação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.
Resolução nº 1, de 3 de Fevereiro de 2005. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

<u>Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002.</u> Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
<u>Resolução CNE/CEB n.º 04/99.</u> Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.
<u>Resolução nº 02, de 26 de junho de 1997.</u> Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.
LEGISLAÇÃO BÁSICA - GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA
<u>Portaria Normativa nº 3, de 1º de abril de 2008.</u> Determina as áreas e os cursos superiores de tecnologia que serão avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) no ano de 2008 e dá outras providências.
<u>Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro 2007.</u> Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.
<u>Portaria Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2007.</u> Calendário do Ciclo Avaliativo do SINAES, triênio 2007/2009.
<u>Portaria nº 282, de 29 de dezembro de 2006.</u> Inclusões no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
<u>Portaria Normativa nº 12, de 14 de agosto de 2006.</u> Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, §1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006.
<u>Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006.</u> Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
<u>Portaria nº 1.027, de 15 de maio de 2006.</u> Dispõe sobre banco de avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA, e dá outras providências.
<u>Portaria nº 4.362, de 29 de dezembro de 2004.</u> Institui banco único de avaliadores da educação superior.
<u>Portaria nº 107 de 22 de julho de 2004.</u> SINAES e ENADE – disposições diversas.
<u>Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004.</u> Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.
<u>Parecer CNE/CES nº 277, de 07 de dezembro de 2006.</u> Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.
<u>Parecer CNE/CES nº 261/2006.</u> Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.
<u>Parecer CNE/CP Nº 29/2002.</u> Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo.
<u>Parecer CNE/CES Nº 436/2001.</u> Trata de Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogos.
<u>Parecer CNE Nº 776/97.</u> Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.

<p><u>Parecer CNE/CEB nº 02/97.</u>Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.</p>
<p><u>Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro 2002.</u>Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.</p>
<p>LEGISLAÇÃO BÁSICA - TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO. Regimento Interno da Comissão Executiva Nacional de Avaliação do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CONAC</p>
<p><u>Parecer CNE/CEB nº 11/2008, aprovado em 12 de junho de 2008.</u> Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.</p>
<p><u>Parecer CNE/CES nº 277/2006, aprovado em 7 de dezembro de 2006.</u> Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.</p>
<p><u>Parecer CNE/CEB nº 40/2004.</u>Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB).</p>
<p><u>Parecer CNE/CEB nº 39/2004.</u>Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.</p>
<p><u>Parecer CNE/CEB nº 16/99.</u>Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.</p>
<p><u>Parecer CNE/CEB nº 17/97.</u>Estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional.</p>
<p><u>Parecer CNE/CEB nº 02/97.</u>Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.</p>
<p><u>Resolução CNE/CEB nº 3, de 9 de julho de 2008.</u> Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio</p>
<p><u>Resolução CNE/CEB nº 1, de 27 de março de 2008.</u> Define os profissionais do magistério, para efeito da aplicação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.</p>
<p><u>Resolução CNE/CEB nº 4, de 16 de agosto de 2006.</u> Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.</p>
<p><u>Resolução CNE/CEB nº 4, de 27 de outubro de 2005.</u> Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.</p>
<p><u>Resolução nº 2, de 4 de abril de 2005.</u>Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.</p>
<p><u>Resolução nº 1, de 3 de fevereiro de 2005.</u>Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.</p>
<p><u>Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004.</u>Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.</p>

Resolução CNE/CEB nº 04/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

Resolução nº 02, de 26 de junho de 1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.

Fonte: MEC/SETEC-2012

D– QUADRO DE OBJETIVOS, METAS E AÇÕES RELATIVAS À EXTENSÃO DO PLANO DE AÇÃO 2013.

Objetivo 2 - Realizar ações de extensão e relações comunitárias
Meta 2.1. Integrar <i>Campi/Comunidade/Mundo do Trabalho</i> .
Ação 2.1.1. Organizar simpósio de práticas pedagógicas para instituições de ensino da região; <i>Campus Camaquã</i>
Ação 2.1.2. Convidar empresas regionais para apresentar estimativas de mercado referentes aos cursos oferecidos pelo <i>Campus; Campus Camaquã</i>
Ação 2.1.3. Implantar um pré-vestibular “comunitário” com professores e acadêmicos da região; <i>Campus Camaquã</i>
Ação 2.1.4. Discutir na organização didática dos cursos a possibilidade de integrar trabalhos com projetos com o tema transversal sujeito, comunidade e o mundo do trabalho; <i>Campus Camaquã</i>
Ação 2.1.5. Integrar e realizar parceria com empresas e prefeituras; <i>Campus Passo Fundo</i>
Ação 2.1.6. Criar e consolidar cursos de extensão para a comunidade interna e externa; <i>Campus Passo Fundo</i>
Ação 2.1.7. Encaminhar os alunos ao mercado de trabalho; <i>Campus Passo Fundo</i>
Ação 2.1.8. Criar mostra das profissões/cursos; <i>Campus Passo Fundo</i>
Ação 2.1.9. Realizar reuniões com organizações pertencentes às áreas dos cursos regulares do <i>Campus</i> para abertura de estágios e/ou empregos de alunos; <i>Campus Sapucaia do Sul</i>
Ação 2.1.10. Realizar, no mínimo, uma palestra por ano cujo tema propicie a integração <i>Campi/Comunidade/Mundo do Trabalho</i> ; <i>Campus Santana do Livramento</i>
Ação 2.1.11. Consolidar parceria entre Prefeitura Municipal de Bagé e a Direção do <i>Campus</i> Bagé para a realização de trabalhos de extensão junto à comunidade; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.1.12. Buscar parcerias com instituições de ensino do município de Bagé para realização de estágios interinstitucionais; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.1.13. Divulgar as ações do <i>Campus</i> no sítio do IFSul; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.1.14. Organizar palestras para alunos e professores; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.1.15. Ministras palestras, pelos servidores, que atendam a necessidade de desconhecimento de determinada comunidade; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.1.16. Criar cursos de extensão para a comunidade interna e externa; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.1.17. Realizar visitas regulares às escolas para divulgar o processo seletivo e cursos oferecidos; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.1.18. Incentivar o projeto Cinema e Educação; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.1.19. Realizar seminários de formação relativos ao projeto Arte na Escola; <i>Campus Bagé</i>

Ação 2.1.20. Implantar o escritório modelo vinculado à Coordenadoria de Design, com professores orientadores e alunos bolsistas que possam atender a comunidade; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.21. Promover a visita de gestores da área de recursos humanos de empresas, agentes de integração e outras instituições ao <i>Campus Pelotas</i> , a fim de realizar palestra e seleção de estagiários e técnicos; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.22. Divulgar, no mínimo, 2 mil vagas para estágio e/ou emprego aos alunos egressos e matriculados nos cursos ofertados nesta Instituição de Ensino; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.23. Firmar 800 contratos de estágio de alunos matriculados neste <i>Campus</i> com empresas locais, regionais ou nacionais; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.24. Disponibilizar espaço físico e mobiliário para atividades de estudo, pesquisa e extensão; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.25. Oferecer curso básico de Espanhol para a comunidade externa ao <i>Campus</i> (parceria COLINC e UFPel); <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.26. Buscar parceria com o Município de Pelotas para realizar trabalhos de extensão junto à comunidade; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.27. Realizar projeto de integração digital para comunidade de baixa renda; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.28. Oferecer curso básico de Espanhol para a comunidade interna do <i>Campus</i> (parceria COLINC e UFPel); <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.29. Oferecer curso de libras para a comunidade interna do <i>Campus</i> ; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.30. Oferecer curso de inglês para a comunidade interna do <i>Campus</i> (parceria COLINC e UFPel); <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.31. Oferecer curso de francês para a comunidade interna do <i>Campus</i> (parceria UFPel); <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.32. Oferecer curso de alemão para a comunidade interna do <i>Campus</i> (parceria UFPel); <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.33. Divulgar a DirPEX no sítio do <i>Campus</i> ; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.34. Promover cursos de NR-10 para discentes, egressos, docentes e técnico-administrativos, envolvidos em cursos e/ou áreas elétricas; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.35. Oferecer curso de português para a comunidade interna do <i>Campus</i> (parceria COLINC e UFPel); <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.36. Criar e consolidar cursos de extensão para a comunidade interna e externa; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.37. Gerenciar a execução dos Cursos do PROMINP; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.38. Efetivar o PRONATEC; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.1.39. Realizar visitas técnicas a Empresas da Região, integrando docentes, discentes, administração do <i>Campus</i> com as empresas da região; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.1.40. Realizar Seminário de Integração da Comunidade e Empresas da Região com o <i>Campus</i> ; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.1.41. Realizar seminários, palestras, encontros e visitas com aos setores produtivos, culturais e sociais, políticos da região; <i>Campus Venâncio Aires, Campus Charqueadas</i>
Ação 2.1.42. Dar suporte aos <i>campi</i> através da Coordenadoria de Interação com a Sociedade. Pró-reitoria de Extensão
Meta 2.2. Realizar visitas técnicas.

Ação 2.2.1. Mapear as empresas da região e acordar visitas conforme disponibilidade; <i>Campus Camaquã</i>
Ação 2.2.2. Acompanhar processos industriais e de gestão nas empresas catalogadas; <i>Campus Camaquã</i>
Ação 2.2.3. Realizar visitas técnicas; <i>Campus Passo Fundo</i>
Ação 2.2.4. Realizar visitas a empresas e instituições das áreas de atuação dos cursos regulares do <i>Campus</i> ; <i>Campus Sapucaia do Sul</i>
Ação 2.2.5. Visitar empresas da região, com objetivo de divulgar o IFSUL e abrir possibilidades para visitas e estágios de alunos; <i>Campus Santana do Livramento</i>
Ação 2.2.6. Realizar visitas técnicas a empresas da região e/ou fora de Sant'Ana do Livramento; <i>Campus Santana do Livramento</i>
Ação 2.2.7. Realizar visitas técnicas nas áreas dos cursos que o <i>Campus</i> oferece; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.2.8. Garantir transporte para as visitas técnicas de alunos; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.2.9. Organizar visitas a empresas que atuam em diferentes áreas do design; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.2.10. Organizar visitas a feiras e exposições como FIMA, MOVELSUL, CasaCor, Bienal de Arte e etc; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.2.11. Realizar 70 visitas em Pelotas e Região e 180 visitas em outras localidades; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.2.12. Realizar pelo menos duas visitas técnicas por curso por ano; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.2.13. Implementar nos Projetos Pedagógicos dos Cursos do <i>Campus</i> , programas de visitas técnicas e/ou microestágios contando créditos para os alunos; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.2.14. Realizar visitas com os alunos dos cursos técnicos nas empresas da região; <i>Campus Venâncio Aires</i>
Ação 2.2.15. Realizar visitas com os alunos nas empresas da região. <i>Campus Charqueadas</i>
Meta 2.3. Prestar consultorias técnicas.
Ação 2.3.1. Prestar consultorias tecnológicas; <i>Campus Passo Fundo</i>
Ação 2.3.2. Fomentar a criação de projetos acadêmicos com vistas à prestação de consultoria técnica para empresas locais; <i>Campus Santana do Livramento</i>
Ação 2.3.3. Discutir formas de prestar consultorias à comunidade da região; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.3.4. Participar da SEBRAETEC; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.3.5. Reativar as ações de Consultoria junto à Coordenação de Produção Agroindustrial (Centro de Treinamento e transferência de tecnologia em fruticultura de clima temperado e agroindústria); <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.3.6. Iniciar os contatos com o Ministério Público visando implantar no <i>Campus</i> um Escritório de Perícias Ambientais. <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Meta 2.4. Desenvolver política de “ <i>Campus Aberto</i> ” a toda comunidade.
Ação 2.4.1. Manter e ampliar a abrangência do projeto Escola Aberta. <i>Campus Camaquã</i>
Ação 2.4.2. Convidar e receber alunos de escolas municipais e estaduais localizadas em Sapucaia do Sul e cidades vizinhas; <i>Campus Sapucaia do Sul</i>
Ação 2.4.3. Criar o projeto “IFSUL – FRONTEIRA SEM BARREIRAS”, com objetivo de abrir o <i>Campus</i> para comunidade binacional; <i>Campus Santana do Livramento</i>

Ação 2.4.4. Divulgar o <i>Campus</i> em eventos regionais e na mídia local; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.4.5. Ceder espaço para realização de reuniões comunitárias, assembleias do Orçamento Participativo e outros eventos da comunidade; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.4.6. Criar e desenvolver o projeto “IF portas abertas”; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.4.7. Acolher no <i>Campus</i> a exposição Bagé 200 anos; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.4.8. Divulgar o <i>Campus</i> Pelotas em eventos regionais e na mídia local; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.4.9. Realizar nova edição da Feira das Profissões de Pelotas ou Mostra de Cursos do <i>Campus</i> Pelotas; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.4.10. Ampliar as ações do Programa Visite o CaVG, recebendo pelo menos 30 Instituições visitantes; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.4.11. Realizar dois dias de campo no <i>Campus</i> com atividades extensionistas ligadas ao setor primário. <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Meta 2.5. Participar em feiras e eventos.
Ação 2.5.1. Participar da coordenação durante todo o ano, para organização do 11º Encontro sobre o Poder Escolar; Pró-reitoria de Ensino
Ação 2.5.2. Participar da Comissão Organizadora do II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica; Pró-reitoria de Ensino
Ação 2.5.3. Participar em feiras e eventos no município e fora dele; <i>Campus Camaquã</i>
Ação 2.5.4. Participar de eventos culturais e esportivos; <i>Campus Passo Fundo</i>
Ação 2.5.5. Fortalecer a participação em feiras e eventos na área tecnológica; <i>Campus Passo Fundo</i>
Ação 2.5.6. Participar em eventos relacionados às atividades dos servidores; <i>Campus Sapucaia do Sul, Campus Charqueadas</i>
Ação 2.5.7. Fomentar a participação de técnico-administrativos, docentes e alunos na organização e execução do III Fórum Binacional de Educação Técnica na Fronteira; <i>Campus Santana do Livramento</i>
Ação 2.5.8. Possibilitar a participação de servidores em feiras ou eventos na sua área de atuação; <i>Campus Santana do Livramento</i>
Ação 2.5.9. Promover a participação de alunos e servidores em eventos, congressos, simpósios ou seminários dirigidos a sua área; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.5.10. Preparar material de divulgação do <i>Campus</i> para apresentação em eventos e feiras; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.5.11. Incentivar a produção científica do <i>Campus</i> para publicação em eventos; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.5.12. Organizar calendário de eventos e feiras da região e definir participação; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.5.13. Fomentar a participação de servidores em eventos dirigidos a sua área; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.5.14. Participar da FENADOCE (vide meta 7.4 – específica); <i>Campus Pelotas, Pró-reitoria de Extensão</i>
Ação 2.5.15. Participar da Feira do Livro de Pelotas e outras regionais; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.5.16. Participar do Fórum Mundial de Educação Profissional Técnica e Tecnológica; <i>Campus Pelotas</i>

Ação 2.5.17. Participar da OBMEP, Rodeios Artísticos e mostras artístico-culturais; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.5.18. Participar da Comissão organizadora do 2º Encontro Mundial de Escolas de Gastronomia; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.5.19. Participar de pelo menos 5 feiras e congressos no ano, na condição de expositor e/ou organizador; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.5.20. Participar da Comissão Organizadora do 23º Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.5.21. Participar do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.5.22. Fomentar a participação dos docentes e discentes nas feiras e eventos como FENACHIM, FEBRACE, MOSTRATEC, feiras dos Campi e outras técnico/científicas existentes no país. <i>Campus Venâncio Aires</i>
Meta 2.6. Implantar Empresas Júnior nos <i>Campi</i> de Pelotas, Sapucaia do Sul, Passo Fundo, Venâncio Aires e Santana do Livramento.
Ação 2.6.1. Incentivar a criação de Empresas Júnior; <i>Campus Passo Fundo</i>
Ação 2.6.2. Analisar junto aos cursos a possibilidade de criação de ao menos uma Empresa Júnior no <i>Campus</i> . <i>Campus Pelotas</i>
Meta 2.7. Criar escritório de arquitetura e engenharia no <i>Campus Pelotas</i> .
Não há ações previstas para 2012.
Meta 2.8. Incrementar o intercâmbio de servidores com o setor produtivo.
Ação 2.8.1. Manter grupo de trabalho para efetivar e ampliar intercâmbio com setor produtivo; <i>Campus Camaquã</i>
Ação 2.8.2. Participar em eventos externos e convidar o setor produtivo para eventos realizados no <i>Campus</i> , relacionados aos cursos regulares; <i>Campus Sapucaia do Sul</i>
Ação 2.8.3. Elaborar o projeto “Minha terra” com o intuito de realizar um grupo de estudos (formado por servidores e comunidade) para estudos sobre a realidade do setor produtivo local; <i>Campus Santana do Livramento</i>
Ação 2.8.4. Aproximar empresas locais do <i>Campus Santana do Livramento</i> ; <i>Campus Santana do Livramento</i>
Ação 2.8.5. Buscar parcerias com entidades públicas e privadas do setor agropecuário; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.8.6. Buscar parcerias com entidades públicas e privadas da área de Informática; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.8.7. Desenvolver ações de intercâmbio entre o setor produtivo e servidores do <i>Campus</i> ; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.8.8. Incentivar a participação dos servidores em órgãos classistas e Conselhos; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.8.9. Realizar seminários, palestras, encontros e visitas com aos setores produtivos, culturais e sociais, políticos da região; <i>Campus Venâncio Aires</i>
Ação 2.8.10. Promover visitas técnicas e troca de informações com empresas e entidades da região que trabalhem com cursos de formação básica, qualificação, requalificação e treinamentos no sentido de acumular conhecimentos e colher subsídios que permita aumentar a qualificação das ofertas da COFIC; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.8.11. Realizar um projeto novo por semestre através do NIT; <i>Campus Pelotas</i>

Ação 2.8.12. Implementar um projeto de visitas técnicas dos coordenadores de curso aempresas da região; <i>Campus</i> Pelotas-Visconde da Graça
Ação 2.8.13. Fomentar a participação dos servidores do <i>Campus</i> nos Conselhos profissionais; <i>Campus</i> Pelotas-Visconde da Graça
Ação 2.8.14. Realizar visitas técnicas a empresas com tecnologias correlatas aos cursosdo <i>Campus</i> ; <i>Campus</i> Passo Fundo
Ação 2.8.15. Participar de visitas técnicas e eventos. <i>Campus</i> Charqueadas
Meta 2.9. Promover eventos.
Ação 2.9.1. Manter e ampliar a Feira de Tecnologias e Mostra de Ciências Exatas; <i>Campus</i> Camaquã
Ação 2.9.2. Realizar os Jogos Interturmas; <i>Campus</i> Camaquã
Ação 2.9.3. Organizar Festa Junina no <i>Campus</i> ; <i>Campus</i> Camaquã
Ação 2.9.4. Promover Sessões de Cinema e Literatura; <i>Campus</i> Camaquã
Ação 2.9.5. Realizar a III Gincana IFSul Rio-forte; <i>Campus</i> Camaquã
Ação 2.9.6. Participar e promover eventos culturais; <i>Campus</i> Passo Fundo
Ação 2.9.7. Realizar semanas da engenharia, Proeja, Gestão Cultural, Informáticavinculadas aos cursos regulares; <i>Campus</i> Sapucaia do Sul
Ação 2.9.8. Realizar o III Fórum Binacional de Educação Técnica na Fronteira; <i>Campus</i> Santana do Livramento
Ação 2.9.9. Promover eventos nas áreas dos cursos; <i>Campus</i> Bagé
Ação 2.9.10. Realizar Curso Prático voltado a atender a demanda do setor agropecuário; <i>Campus</i> Bagé
Ação 2.9.11. Realizar Seminário de Valorização dos Recursos Humanos do <i>Campus</i> ; <i>Campus</i> Bagé
Ação 2.9.12. Promover Olimpíada Esportiva; <i>Campus</i> Bagé
Ação 2.9.13. Realizar evento em Comemoração ao Aniversário do <i>Campus</i> ; <i>Campus</i> Bagé
Ação 2.9.14. Realizar Evento de conscientização da Coleta Seletiva no <i>Campus</i> ; <i>Campus</i> Bagé
Ação 2.9.15. Organizar a Semana + Design: Palestras, oficinas e exposições de design(bienal); <i>Campus</i> Pelotas
Ação 2.9.16. Organizar um Seminário acadêmico na entrada de novas turmas (anual); <i>Campus</i> Pelotas
Ação 2.9.17. Promover o apoio da Coordenação de Eventos aos proponentes de eventosdo <i>Campus</i> ; <i>Campus</i> Pelotas
Ação 2.9.18. Promover a OBMEP no âmbito Interno do <i>Campus</i> Pelotas; <i>Campus</i> Pelotas
Ação 2.9.19. Promover apresentações de teatro (peças e esquetes) e de música; <i>Campus</i> Pelotas
Ação 2.9.20. Promover a V Edição do Circuito de Xadrez do IFSul; <i>Campus</i> Pelotas
Ação 2.9.21. Promover os jogos escolares de Pelotas e os Jogos Escolares do RS (Fasesmunicipal e regional) no Xadrez; <i>Campus</i> Pelotas
Ação 2.9.22. Promover Rodeio Artístico; <i>Campus</i> Pelotas
Ação 2.9.23. Realizar um seminário para integrar IFSul e <i>Campus</i> Pelotas com comunidade local e regional; <i>Campus</i> Pelotas

Ação 2.9.24. Participar da Comissão organizadora do 2º Encontro Mundial de Escolas de Gastronomia; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.9.25. Participar da Comissão Organizadora do 23º Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.9.26. Organizar e promover a Semana Tecnológica do CaVG, durante as Comemorações do Aniversário do <i>Campus</i> ; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.9.27. Promover a MOVACI, Seminários técnico-científicos com a comunidade local e a Inauguração oficial do <i>Campus</i> ; <i>Campus Venâncio Aires</i>
Ação 2.9.28. Realizar a MOCITEC, as Aulas Públicas e Seminário Desvelando Saberes Docentes. <i>Campus Charqueadas</i>
Meta 2.10. Formar profissionais para trabalharem na conservação e restauro do patrimônio arquitetônico.
Ação 2.10.1. Continuar o Curso de PROEJA; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.10.2. Realizar a formação de professores através do convênio da ABC entre Uruguai, Campus Pelotas e Instituto Federal de Ouro Preto. <i>Campus Pelotas</i>
Meta 2.11. Ampliar o leque de ensaios oferecidos pelo Curso de Edificações no <i>Campus Pelotas</i> .
Ação 2.11.1. Avaliar junto ao curso as possibilidades de atendimento de ofertas de novos ensaios; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.11.2. Realizar a instalação da prensa adquirida. <i>Campus Pelotas</i>
Meta 2.12. Criar o Núcleo Interdisciplinar em Economia Solidária e Autogestão no <i>Campus Pelotas</i> .
Ação 2.12.1. Criar o Núcleo. <i>Campus Pelotas</i>
Meta 2.13. Estabelecer um programa de extensão para apoiar a formação e o desenvolvimento de empreendimentos solidários em comunidades com vulnerabilidade social e econômica.
Ação 2.13.1. Ofertar cursos sobre degradação ambiental para melhorar a qualidade de vida dessas populações; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.13.2. Reofertar o Curso interdisciplinar de Criação e Gestão de Cooperativas em pelo menos 5 municípios da Região; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.13.3. Executar o programa Mulheres Mil no <i>Campus</i> . <i>Campus Venâncio Aires</i>
Meta 2.14. Realizar pesquisa de acompanhamento de alunos egressos.
Ação 2.14.1. Realizar pesquisas com os egressos de todos os cursos, níveis e modalidades; <i>Campus Passo Fundo</i>
Ação 2.14.2. Expandir a pesquisa de alunos egressos para todos os cursos regulares; <i>Campus Sapucaia do Sul</i>
Ação 2.14.3. Preparar-se/Estruturar-se para o acompanhamento de alunos egressos; <i>Campus Santana do Livramento</i> .
Ação 2.14.4. Lotar servidor na DirPEX para realização desta atividade; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.14.5. Criar uma página para acompanhamento de egressos junto à página do <i>Campus</i> ; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.14.6. Contatar e recadastrar os egressos dos anos de 2007 a 2011; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.14.7. Estruturar a forma de acompanhamento dos alunos egressos. <i>Campus Charqueadas</i>

Meta 2.15. Instituir bolsas de extensão para discentes com recursos orçamentários do IFSul.
Ação 2.15.1. Lançar edital Programa Institucional de Incentivo à Extensão (PIIEX) em 2012; Pró-reitoria de Extensão
Ação 2.15.2. Fomentar ações de extensão; <i>Campus</i> Passo Fundo
Ação 2.15.3. Fomentar ações de extensão; <i>Campus</i> Bagé
Ação 2.15.4. Estudar a possibilidade de oferta de bolsas para os alunos que trabalharão no Escritório Modelo da Coordenadoria de Design; <i>Campus</i> Pelotas
Ação 2.15.5. Reofertar no <i>Campus</i> o Programa de bolsas de extensão. <i>Campus</i> Pelotas-Visconde da Graça
Meta 2.16. Firmar Termo de Cooperação com o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, com o objetivo de apoiar projetos e ações de inclusão socioproductiva.
Não há ações previstas para 2012.
Meta 2.17. Implementar projetos de extensão que visem à inclusão de pessoas que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.
Ação 2.17.1. Incentivar os <i>campi</i> a submeter projetos de extensão no Programa do MEC Mulheres Mil; Pró-reitoria de Extensão
Ação 2.17.2. Manter o curso de Inclusão Digital e Cidadania; <i>Campus</i> Camaquã
Ação 2.17.3. Manter o projeto Ações Educativas a Favor da Vida: Sexualidade Saudável não Combina com Gravidez Precoce e Aids; <i>Campus</i> Camaquã
Ação 2.17.4. Propor a ampliação do projeto Escola Aberta a fim de atender comunidades com vulnerabilidade social e econômica; <i>Campus</i> Camaquã
Ação 2.17.5. Realizar projeto de extensão com objetivo de atender pessoas em situações de vulnerabilidade social; <i>Campus</i> Santana do Livramento
Ação 2.17.6. Buscar possibilidades de promover ações de extensão que visem à inclusão de pessoas em situação vulnerável; <i>Campus</i> Bagé
Ação 2.17.7. Aumentar a clientela das Casas de Acolhimento e oportunizar que outras entidades sejam atendidas pela DirPEX; <i>Campus</i> Pelotas
Ação 2.17.8. Realizar o “Programa Casas de Acolhimento” com menores em situação de vulnerabilidade social; <i>Campus</i> Pelotas
Ação 2.17.9. Realizar atendimento ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) com menores em situação de vulnerabilidade social e outras instituições afins; <i>Campus</i> Pelotas
Ação 2.17.10. Realizar cursos de extensão (informática, idiomas, música, artes cênicas, ciências, ...) para atendimento a esta parcela da sociedade; <i>Campus</i> Pelotas
Ação 2.17.11. Contatar o Ministério Público para realizar uma Ronda da Cidadania no <i>Campus</i> ; <i>Campus</i> Pelotas-Visconde da Graça
Ação 2.17.12. Participar no edital do Mulheres Mil neste ano de 2012; <i>Campus</i> Venâncio Aires
Ação 2.17.13. Dar continuidade ao projeto Mulheres Charqueadenses. <i>Campus</i> Charqueadas
Meta 2.18. Implementar mecanismos para fomentar e desenvolver a cultura da extensão.
Ação 2.18.1. Elaborar edital com recursos oriundos da matriz CONIF para financiamento de atividades de extensão em janeiro e fevereiro de 2012 e realizar consulta aos representantes de extensão dos <i>campi</i> ; Pró-reitoria de Extensão

Ação 2.18.2. Ajustar, publicar, divulgar e receber propostas para o edital com recursos oriundos da matriz CONIF, para financiamento de atividades de extensão em fevereiro e março de 2012; Pró-reitoria de Extensão
Ação 2.18.3. Divulgar resultados e fomentar as atividades de extensão selecionadas com recursos oriundos da matriz CONIF; Pró-reitoria de Extensão
Ação 2.18.4. Organizar oficinas de capacitação em extensão; <i>Campus Camaquã</i>
Ação 2.18.5. Incentivar a comunidade a participar das atividades de extensão do Instituto; <i>Campus Camaquã, Campus Santana do Livramento</i>
Ação 2.18.6. Integrar-se com a comunidade através da implantação de projetos de extensão; <i>Campus Passo Fundo</i>
Ação 2.18.7. Promover ações em parceria com a PROEX; <i>Campus Passo Fundo, Campus Bagé, Campus Venâncio Aires, Campus Charqueadas, Campus Santana do Livramento</i>
Ação 2.18.8. Divulgar (palestras, seminário,...) os projetos de extensão junto aos professores e TAEs do <i>Campus Pelotas</i> , convidando-os a participarem principalmente dos projetos de inclusão e de qualificação. <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.18.9. Realizar a integração com a comunidade através da implantação de projetos de extensão; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.18.10. Planejar ações em parceria com a PROEX para fomentar a cultura da extensão; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.18.12. Realizar duas apresentações musicais e/ou de Corais no <i>Campus</i> ; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.18.13. Criar um boletim eletrônico sobre Extensão e Cultura de circulação trimestral no <i>Campus</i> ; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.18.14. Realizar reuniões trimestrais sobre extensão no <i>Campus</i> . <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Meta 2.19. Organizar atividades enfocando os objetivos e necessidades do “mundo do trabalho”.
Ação 2.19.1. Realizar palestras e discussões relacionadas ao tema; <i>Campus Camaquã, Campus Charqueadas</i>
Ação 2.19.2. Promover palestras de pessoas do setor produtivo nas semanas temáticas dos cursos regulares; <i>Campus Sapucaia do Sul</i>
Ação 2.19.3. Criar um projeto de extensão sobre Educação Fiscal, em parceria com a Receita Federal; <i>Campus Santana do Livramento</i>
Ação 2.19.4. Organizar palestras; <i>Campus Bagé</i>
Ação 2.19.5. Organizar palestras para estudantes concluintes com orientações sobre o “mundo do trabalho”; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.19.6. Realizar palestras com lideranças empresariais no <i>Campus</i> , pelo menos duas palestras por ano; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.19.7. Criar espaços curriculares e extracurriculares para trazer para a escola especialistas que já atuam no mundo do trabalho e levar os docentes e discentes para que tenham contato com a realidade que estão envolvidos; <i>Campus Venâncio Aires</i>
Ação 2.19.8. Realizar palestras com pessoas do setor produtivo. <i>Campus Passo Fundo</i>
Meta 2.20. Integrar <i>Campus Santana do Livramento / Comunidade Brasileira e Uruguaia.</i>
Ação 2.20.1. Realizar o Fórum Binacional de Educação Técnica na Fronteira; <i>Campus Santana do Livramento</i>

Ação 2.20.2. Dar suporte à elaboração do Fórum Binacional de Educação Técnica na Fronteira. Assessoria de Assuntos Internacionais
Meta 2.21. Consolidar a Incubadora Tecnológica de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (ITCPES) no <i>Campus Pelotas – Visconde da Graça</i> .
Não há ações previstas para 2012.
Meta 2.22. Criar o Núcleo de Economia Solidária no <i>Campus Pelotas – Visconde da Graça</i> .
Não há ações previstas para 2012.
Meta 2.23. Implementar projeto de extensão que vise à inclusão de apenados no <i>Campus Pelotas – Visconde da Graça</i> .
Não há ações previstas para 2012.
Meta 2.24. Implantar um acervo histórico no <i>Campus Pelotas – Visconde da Graça</i> .
Ação 2.24.1. Elaborar projeto de Captação de recursos para viabilizar a implantação do Acervo histórico no CaVG; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.24.2. Iniciar as obras de recuperação da casa que abrigará o acervo. <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Meta 2.25. Implantar projetos que incentivem o empreendedorismo e a economia solidária nos <i>Campi</i> .
Ação 2.25.1. Estudar viabilidade do desenvolvimento de uma incubadora tecnológica; <i>Campus Camaquã</i>
Ação 2.25.2. Manter e incentivar grupos de projetos de empreendedorismo; <i>Campus Sapucaia do Sul</i>
Ação 2.25.3. Utilizar-se da disciplina de empreendedorismo para fomentar a execução de projetos visando o empreendedorismo e a economia solidária local; <i>Campus Santana do Livramento</i>
Ação 2.25.4. Incentivar docentes e alunos a elaborar projetos abordando o empreendedorismo no município de Sant’Ana do Livramento; <i>Campus Santana do Livramento</i>
Ação 2.25.5. Desenvolver projeto de pesquisa sobre Educação Empreendedora; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 2.25.6. Viabilizar a participação de alunos no Curso de Empreendedorismo promovido pela União Europeia junto ao IPB-Portugal; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.25.7. Realizar duas oficinas de empreendedorismo e sobre economia solidária no <i>Campus</i> ; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.25.8. Consolidar a implantação do Núcleo Interdisciplinar em Economia Solidária e Autogestão; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.25.9. Criar no programa Mulheres Mil este foco de trabalho. <i>Campus Venâncio Aires</i>
Meta 2.26. Consolidar a Implantação do Programa NUPEA no <i>Campus Pelotas Visconde da Graça</i> .
Ação 2.26.1. Propor a criação do NUPEA no <i>Campus</i> ; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.26.2. Realizar através do Núcleo pelo menos 3 visitas técnicas e duas palestras no ano. <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Meta 2.27. Consolidar a Institucionalização do Programa NECIM no <i>Campus Visconde da Graça</i> .
Ação 2.27.1. Realizar através do Núcleo pelo menos três visitas técnicas e duas palestras no ano; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.27.2. Realizar nova Edição do Projeto Promusit; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>

Ação 2.27.3. Realizar nova Edição do Prêmio Professores do Brasil; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.27.4. Realizar nova Edição do Projeto Feira Regional de Ciências; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.27.5. Elaborar o projeto para Construção da Sede do NECIM no <i>Campus. Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Meta 2.28. Implantar uma pré-incubadora de empresas no <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i> .
Ação 2.28.1. Constituir Comissão encarregada da elaboração do projeto e da implantação da pré-incubadora no <i>Campus. Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Meta 2.29. Implantar e consolidar os Programas de extensão no <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i> .
Ação 2.29.1. Realizar reuniões trimestrais sobre extensão no <i>Campus; Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.29.2. Implantar o Departamento de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação no <i>Campus. Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Meta 2.30. Implantar e Consolidar o NUGAI nos <i>Campi</i> .
Ação 2.30.1. Designar equipe para compor o núcleo; <i>Campus Camaquã</i>
Ação 2.30.2. Criar equipe de implantação do NUGAI no <i>Campus; Campus Santana do Livramento</i>
Ação 2.30.3. Participar da Elaboração Regulamento Próprio do Núcleo; <i>Campus Bagé, Campus Pelotas, Campus Pelotas-Visconde da Graça, Campus Venâncio Aires, Campus Camaquã, Campus Charqueadas, Campus Sapucaia do Sul</i>
Ação 2.30.4. Realizar reuniões mensais do Núcleo; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 2.30.5. Fomentar com o Núcleo, junto aos núcleos sociais das pessoas que compõem a comunidade escolar, ações educativas com relação aos resíduos produzidos, seus impactos ambientais e cuidados; <i>Campus Venâncio Aires</i>
Ação 2.30.6. Promover Seminário da Coleta Seletiva Solidária; Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional
Ação 2.30.7. Dar suporte à elaboração do Regulamento Próprio do NUGAI; Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional
Objetivo 7 - Integrar ensino, pesquisa e extensão
Meta 7.1. Assinar convênios marco com a finalidade de integrar pesquisa, ensino, extensão e inovação tecnológica no <i>Campus Bagé</i> .
Não há ações previstas para 2012.
Meta 7.2. Realizar a FEPROTEC no <i>Campus Pelotas</i> .
Ação 7.2.1. Elaborar o regulamento da feira, divulgá-la à comunidade do <i>Campus</i> e executá-la. <i>Campus Pelotas</i>
Meta 7.3. Consolidar na instituição/ <i>Campus</i> espaços de fomento e incentivo à pesquisa.
Ação 7.3.1. Realizar o evento anual de iniciação científica e tecnológica; Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação
Ação 7.3.2. Incentivar a formação de grupos de pesquisa; <i>Campus Camaquã</i>
Ação 7.3.3. Realizar a II Feira de Tecnologia e III Mostra de Ciências Exatas e Suas Interfaces; <i>Campus Camaquã</i>

Ação 7.3.4. Realizar mostra de trabalhos dos cursos técnicos binacionais; <i>Campus Santana do Livramento</i>
Ação 7.3.5. Incentivar a formação de grupos de pesquisa e grupos PET; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.3.6. Disponibilizar salas, bolsistas, equipamentos e previsão de carga horária aos docentes comprometidos com a pesquisa na instituição; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.3.7. Realizar reuniões da DirPEX com os coordenadores de curso e líderes de grupos de pesquisa; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.3.8. Realizar na Semana Tecnológica do <i>Campus</i> com uma mostra interna de iniciação científica; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 7.3.9. Criar um espaço de intercâmbio permanente de pesquisa e extensão no <i>Campus</i> ; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 7.3.10. Implantar o Departamento de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação no <i>Campus</i> ; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 7.3.11. Fomentar a participação de servidores e discentes do <i>Campus</i> no 23º CBCTA. <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Meta 7.4. Fomentar a participação discente em eventos técnicos, científicos, culturais e esportivos.
Ação 7.4.1. Proporcionar aos alunos bolsistas de Iniciação Científica a participação em pelo menos um evento científico anual; Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação
Ação 7.4.2. Motivar e inscrever os alunos nas Olimpíadas de Matemática, Olimpíadas de Astronomia, Torneio de Xadrez, MOCITEC, Jogos do IFSul, no projeto Cinema e Literatura, bem como realizar a 3º Gincana Rio Forte no <i>Campus</i> e promover oficinas de preparação para II Feira de Tecnologia e III Mostra de Ciências Exatas e Suas Interfaces; <i>Campus Camaquã</i>
Ação 7.4.3. Estimular os alunos e dar condições de participação nesses eventos, vinculados a possibilidade de recursos humanos e orçamentários; <i>Campus Passo Fundo</i>
Ação 7.4.4. Fomentar a participação em eventos relacionados às áreas dos cursos regulares de discentes e servidores; <i>Campus Sapucaia do Sul</i>
Ação 7.4.5. Incentivar que docentes desenvolvam projetos para acompanhar e incentivar os alunos a participação em eventos técnicos, científicos, culturais e esportivos; <i>Campus Santana do Livramento</i>
Ação 7.4.6. Proporcionar condições para que os alunos possam participar dos eventos técnicos, científicos, culturais e esportivos promovidos pelo IFSul; <i>Campus Santana do Livramento</i>
Ação 7.4.7. Disponibilizar suporte financeiro para a inscrição, deslocamento e apresentação de trabalhos de alunos em eventos; <i>Campus Bagé</i>
Ação 7.4.8. Participar da FEBRACE; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.4.9. Participar da MOCITEC; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.4.10. Participar da MOSTRATEC; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.4.11. Participar da Jornada de Produção Científica da Educação Profissional e Tecnológica da Região Sul; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.4.12. JIC – Participar da Jornada de Iniciação Científica do IFSul; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.4.13. Participar dos demais eventos de iniciação científica; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.4.14. Proporcionar a participação em eventos artísticos, culturais e esportivos, subsidiados pelo <i>Campus</i> ; <i>Campus Pelotas</i>

Ação 7.4.15. Apoiar a participação discente em eventos, através de ações de fomento, pelo menos três eventos no ano (áreas de Ciência e tecnologia de alimentos, Meio ambiente e Agrária); <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 7.4.16. Buscar recursos da Assistência estudantil, bem como proporcionar condições de infraestrutura e educacionais para que os alunos possam preparar-se e participar dos seguintes eventos: MOCITEC, Feira do <i>Campus Camaquã</i> , FECITEP, MOSTRATEC (Novo Hamburgo). Nas Olimpíadas de Química, Matemática, História e Algoritmos nacional e Local, etapas do JERGS e nas etapas internas e regionais dos Jogos dos Institutos Federais. <i>Campus Venâncio Aires</i>
Meta 7.5. Promover projetos que contemplem a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
Ação 7.5.1. Realizar reuniões para articulação e elaboração de projetos conjuntos; Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação
Ação 7.5.2. Promover oficinas de preparação para II Feira de Tecnologia e III Mostra de Ciências Exatas e Suas Interfaces; <i>Campus Camaquã</i>
Ação 7.5.3. Propor a formação de um grupo de pesquisa (aberto para alunos, técnicos administrativos e professores) para promover a sustentabilidade ambiental no <i>Campus Camaquã</i> ; <i>Campus Camaquã</i>
Ação 7.5.4. Promover e participar de projetos de integração das áreas de ensino, pesquisa e extensão; <i>Campus Passo Fundo</i>
Ação 7.5.5. Realizar atividades durante as semanas temáticas dos cursos regulares envolvendo a integração do ensino, pesquisa e extensão; <i>Campus Sapucaia do Sul</i>
Ação 7.5.6. Proporcionar condições para que servidores e alunos desenvolvam projeto que contemple a integração entre ensino, pesquisa e extensão; <i>Campus Santana do Livramento</i>
Ação 7.5.7. Promover eventos de integração das áreas de ensino, pesquisa e extensão; <i>Campus Bagé</i>
Ação 7.5.8. Promover e participar de projetos de integração das áreas de ensino, pesquisa e extensão; <i>Campus Bagé</i>
Ação 7.5.9. Criar regulamento para efetivação das ações conjuntas entre instituições; <i>Campus Bagé</i>
Ação 7.5.10. Incentivar a criação de projetos; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.5.11. Realizar dois workshops de integração ensino, pesquisa e extensão no <i>Campus</i> ; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 7.5.12. Incentivar a comunidade escolar a participar nos editais de pesquisa e extensão, bem como criar o espaço MOVACI e realizar a MOVACI no <i>Campus</i> , incentivando que o trabalho cotidiano dos docentes siga linhas metodológicas com estes princípios. <i>Campus Venâncio Aires</i>
Meta 7.6. Organizar jornadas de Iniciação Científica.
Ação 7.6.1. Divulgar o evento; Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação
Ação 7.6.2. Realizar o evento anual de iniciação científica e tecnológica; Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação
Ação 7.6.3. Realizar a II Feira de Tecnologia e III Mostra de Ciências Exatas e Suas Interfaces; <i>Campus Camaquã</i>
Ação 7.6.4. Incentivar a organização da “Semana Acadêmica Científica” junto à semana acadêmica do curso de Bacharelado em Design (anual). <i>Campus Pelotas</i>
Meta 7.7. Criar e consolidar o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Ação 7.7.1. Criar grupo de discussão sobre o CEPE, e discutir a criação e regulamentação do mesmo com a comunidade acadêmica; Pró-reitoria de Ensino; Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação; Pró-reitoria de Extensão
Ação 7.7.2. Elaborar regulamento do CEPE e submetê-lo ao Conselho Superior; Pró-reitoria de Ensino; Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação; Pró-reitoria de Extensão
Ação 7.7.3. Solicitar ao CONSUP a inclusão do CEPE no Regimento Geral. Pró-reitoria de Ensino; Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação; Pró-reitoria de Extensão
Meta 7.8. Implantar o laboratório modelo de comunicação visual no <i>Campus Pelotas</i> .
Ação 7.8.1. Verificar a disponibilidade de área física para a implantação do Laboratório Modelo de Design; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.8.2. Adquirir equipamentos e mobiliário para o Laboratório Modelo de Design; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.8.3. Alocar seis bolsistas/estagiários; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.8.4. Disponibilizar carga horária para 3 (três) professores orientadores. <i>Campus Pelotas</i>
Meta 7.9. Implantar o projeto de extensão do curso de Design de Móveis no <i>Campus Pelotas</i> .
Ação 7.9.1. Documentar os projetos em andamento; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.9.2. Cadastrar projetos junto a DirPEX; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.9.3. Dar suporte à execução do projeto de extensão do curso de Design de Móveis no <i>Campus Pelotas</i> . <i>Campus Pelotas</i>
Meta 7.10. Criar coordenadoria de pesquisa e extensão no <i>Campus Venâncio Aires</i>
Não há ações previstas para 2012.
Meta 7.11. Realizar feira de ciências e tecnologia no <i>Campus Venâncio Aires</i> que integre os estudantes da região (MOVACE).
Ação 7.11.1. Realizar a feira. <i>Campus Venâncio Aires</i>
Meta 7.12. Criar mecanismos para que transitem concomitantemente nos currículos dos cursos do <i>Campus</i> de Venâncio Aires as dimensões ensino, pesquisa e extensão.
Ação 7.12.1. Fomentar estes espaços nos currículos dos cursos. <i>Campus Venâncio Aires</i>
Meta 7.13. Consolidar a participação do <i>Campus Pelotas – Visconde da Graça</i> na Rede Nacional de Formação Continuada.
Ação 7.13.1. Apresentar projeto sobre a consolidação da Rede nacional de Formação Continuada no <i>Campus</i> ; <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 7.13.2. Implantar uma coordenação de formação inicial e continuada no <i>Campus</i> . <i>Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Meta 7.14. Realizar mostra de trabalhos binacionais no <i>Campus Avançado Santana do Livramento</i> .
Ação 7.14.1. Nomear comissão da equipe organizadora da mostra de trabalhos binacionais no <i>Campus Santana do Livramento</i> ; <i>Campus Santana do Livramento</i>
Ação 7.14.2. Realizar mostra de trabalhos binacionais no <i>Campus Santana do Livramento</i> . <i>Campus Santana do Livramento</i>
Meta 7.15. Regulamentar a atividade docente.
Ação 7.15.1. Reativar o grupo de discussão sobre a regulamentação das atividades docentes; Pró-reitoria de Ensino; Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação; Pró-reitoria de Extensão

Ação 7.15.2. Encaminhar minuta de regulamento das atividades docentes e submetê-la à apreciação dos <i>Campi</i> ; Pró-reitoria de Ensino; Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação; Pró-reitoria de Extensão
Ação 7.15.3. Submeter regulamento das atividades docentes ao Conselho Superior; Pró-reitoria de Ensino; Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação; Pró-reitoria de Extensão
Ação 7.15.4. Solicitar junto à reitoria a contabilização da carga horária docente dedicada à pesquisa e à extensão – projetos, coordenações e orientações. <i>Campus Pelotas</i>
Meta 7.16. Assinar convênios específicos com a finalidade de integrar pesquisa, ensino, extensão e inovação tecnológica no <i>Campus Bagé</i>
Ação 7.16.1. Assinar convênio com a FEPAGRO para desenvolvimento de atividades; <i>Campus Bagé</i>
Ação 7.16.2. Assinar convênio com a UNIPAMPA para desenvolvimento de atividades; <i>Campus Bagé</i>
Ação 7.16.3. Estabelecer convênio com a EMBRAPA para desenvolvimento de atividades; <i>Campus Bagé</i>
Ação 7.16.4. Estabelecer convênio com a URCAMP para desenvolvimento de atividades. <i>Campus Bagé</i>
Meta 7.17. Realizar a Feira de Tecnologia e a Mostra de Ciências Exatas e suas Interfaces no <i>Campus Camaquã</i>
Ação 7.17.1. Designar comissão para a organização dos eventos; <i>Campus Camaquã</i>
Ação 7.17.2. Realizar projeto para a captação de recursos do MEC. <i>Campus Camaquã</i>
Meta 7.18. Organizar Seminário de Extensão no IFSul
Ação 7.18.1. Organizar e realizar I Mostra de Extensão do IFSul. Pró-reitoria de Extensão
Meta 7.19. Realizar Mostra de Ciência e Tecnologia (MOCITEC) <i>Campus Charqueadas</i> .
Ação 7.19.1. Criar comissão para atender o planejamento e realização da feira. <i>Campus Charqueadas</i>
Meta 7.20. Realizar Aulas Públicas no <i>Campus Charqueadas</i> .
Ação 7.20.1. Realizar o conjunto durante a última terça-feira de março e as demais do mês de abril. <i>Campus Charqueadas</i>
Meta 7.21. Realizar Seminário Desvelando Saberes Docentes no <i>Campus Charqueadas</i> .
Ação 7.21.1. Instituir comissão para planejar e executar o Seminário. <i>Campus Charqueadas</i>
Meta 7.22. Criar Coordenadoria de Pesquisa no <i>Campus Charqueadas</i> .
Ação 7.22.1. Implantar a Coordenadoria a partir de 1º de abril, conforme estipulado pelo Regimento Interno do <i>Campus</i> , abrangendo também a pós-graduação. <i>Campus Charqueadas</i>
Meta 7.23. Criar Coordenadoria de Extensão no <i>Campus Charqueadas</i> .
Ação 7.23.1. Implantar a Coordenadoria a partir de 1º de abril, conforme estipulado pelo Regimento Interno do <i>Campus</i> . <i>Campus Charqueadas</i>
Meta 7.24. Implantar projetos de pesquisa e de extensão na Área de Design no <i>Campus Pelotas</i> .
Ação 7.24.1. Verificar a disponibilidade de área física para a implantação dos projetos de extensão da Área Design; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.24.2. Disponibilizar carga horária de 15 professores orientadores; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.24.3. Alocação de seis bolsistas; <i>Campus Pelotas</i>

Ação 7.24.4. Adquirir equipamentos e mobiliário para os projetos de pesquisa e extensão da Área de Design; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.24.5. Dar suporte aos docentes na criação/implantação de ao menos um projeto. <i>Campus Pelotas</i>
Meta 7.25. Propor ações de integração de ensino, pesquisa e extensão no <i>Campus Pelotas - Visconde da Graça</i> .
Ação 7.25.1. Realizar dois workshops de integração ensino, pesquisa e extensão no <i>Campus. Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Meta 7.26. Regulamentar e implementar Câmaras de Ensino, Pesquisa e Extensão no <i>Campus Pelotas - Visconde da Graça</i> .
Ação 7.26.1. Fornecer subsídios ao <i>Campus</i> para a implementação da Câmara de Pesquisa; Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação
Ação 7.26.2. Criar Comissão encarregada de propor a regulamentação das câmaras no <i>Campus. Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 7.26.3. Promover a constituição e sua atuação no <i>Campus. Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Meta 7.27. Promover um Seminário de Integração do ensino, pesquisa e extensão no <i>Campus Pelotas - Visconde da Graça</i> .
Ação 7.27.1. Participar do Seminário organizado pelo <i>Campus. Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação</i>
Ação 7.27.2. Realizar o seminário de integração durante a semana tecnológica do <i>Campus. Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Ação 7.27.3. Realizar dois workshops de integração ensino, pesquisa e extensão no <i>Campus. Campus Pelotas-Visconde da Graça</i>
Meta 7.28. Regulamentar e implementar: Câmara de Ensino; Câmara de Pesquisa e Extensão; e Câmara de Administração no <i>Campus Pelotas</i> .
Ação 7.28.1. Fornecer subsídios ao <i>Campus</i> para a implementação da Câmara de Pesquisa; Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação
Ação 7.28.2. Elaborar regulamentação; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.28.3. Aprovar Regulamentação; <i>Campus Pelotas</i>
Ação 7.28.4. Constituir Câmara de Ensino; Câmara de Pesquisa e Extensão; e Câmara de Administração no <i>Campus Pelotas. Campus Pelotas</i>
Objetivo 15 - Aprimorar os processos de gestão
Meta 15.48. Regulamentar a concessão de bolsas de extensão para discentes com recursos orçamentários do IFSul.
Não há ações previstas para 2012.
Meta 15.49. Definir o novo regulamento de estágio.
Não há ações previstas para 2012.
Meta 15.50. Definir o regulamento para a prestação de serviços pelo IFSul.
Ação 15.50.1. Elaborar minuta de regulamento; Pró-reitoria de Extensão
Ação 15.50.2. Apresentar ao CODIR o regulamento para discussão. Pró-reitoria de Extensão
Meta 15.51. Readequar e atualizar o regulamento para a realização de visitas técnicas.
Ação 15.51.1. Nomear uma comissão para criar o regulamento específico do <i>Campus Pelotas. Campus Pelotas</i>
Meta 15.52. Definir o regulamento para a realização de eventos.

Ação 15.52.1. Apresentar ao CODIR o regulamento para discussão; Pró-reitoria de Extensão
Ação 15.52.2. Nomear uma comissão para criar o regulamento específico do <i>Campus Pelotas</i>
Meta 15.53. Criar grupo de estudos para implantação de um Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Ação 15.53.1. Criar o grupo de estudos em colaboração com a PROEN e a PROPESP. Pró-reitoria de Extensão
Meta 15.54. Elaborar e aprovar o regulamento para a participação de servidores em atividades remuneradas em parcerias envolvendo a Fundação de Apoio.
Ação 15.54.1. Apresentar ao CODIR o regulamento para discussão; Pró-reitoria de Extensão
Ação 15.54.2. Contribuir na elaboração e acompanhar o cumprimento do regulamento. Auditoria Interna
Meta 15.55. Criar procedimento de tramitação e registro de projetos de extensão.
Ação 15.55.1. Articular junto à DTIC a criação do Sistema; Pró-reitoria de Extensão
Meta 15.68. Definir o Regulamento das Ações de Extensão
Ação 15.68.1. Elaborar o Regulamento e discutir com os representantes de extensão dos <i>campi</i> ; Pró-reitoria de Extensão
Ação 15.68.2. Submeter o Regulamento para apreciação do CODIR; Pró-reitoria de Extensão
Ação 15.68.3. Submeter o Regulamento ao CONSUP. Pró-reitoria de Extensão
Meta 15.69. Definir o Regulamento da Certificação das Ações de Extensão
Ação 15.69.1. Elaborar o Regulamento e discutir com os representantes de extensão dos <i>campi</i> ;
Pró-reitoria de Extensão
Ação 15.69.2. Submeter o Regulamento para apreciação do CODIR; Pró-reitoria de Extensão
Ação 15.69.3. Submeter o Regulamento ao CONSUP. Pró-reitoria de Extensão
Meta 15.70. Propor a criação de uma comissão para discutir empreendedorismo e economia solidária
Ação 15.70.1. Encaminhar a demanda ao CODIR para análise e discussão Pró-reitoria de Extensão
Meta 15.71. Fomentar atividades de extensão por meio de recursos da matriz orçamentária do CONIF
Ação 15.71.1. Elaborar edital com recursos oriundos da matriz CONIF para financiamento de atividades de extensão em janeiro e fevereiro de 2012 e realizar consulta aos representantes de extensão dos <i>campi</i> ; Pró-reitoria de Extensão
Ação 15.71.2. Ajustar, publicar, divulgar e receber propostas para o edital com recursos oriundos da matriz CONIF para financiamento de atividades de extensão em fevereiro e março de 2012; Pró-reitoria de Extensão
Ação 15.71.3. Divulgar resultados e fomentar as atividades de extensão selecionadas com recursos oriundos da matriz CONIF. Pró-reitoria de Extensão

Fonte: IFSul, 2012

E-RELAÇÃO DE CONVÊNIOS FIRMADOS PELO IFSUL – PRÓ- REITORIA DE EXTENSÃO

ABRE	25/06/2012 a 24/06/2017
ACIC - Assoc. Com. E Ind. De Camaquã	17/08/2011 a 16/08/2016
ADESC - Assoc. de Desenv. Social, Econômica e Cultural	18/05/2012 a 17/06/2017
Adm2 Estratégias Empresariais	07/03/2012 a 06/03/2017
AMBEV	Indeterminada
Anhanguera Educacional	09/09/2010 a 08/09/2015
Banestágio	Indeterminada
Bender&Avila	10/05/2012 a 09/05/2017
Berg RH	Indeterminada
CEEE	01/08/2011 a 31/07/2012
Ceemesse Engenharia	10/11/2011 a 09/11/2016
CEFOP	Indeterminada
Central de Estágios	Indeterminada
CHIP7	02/03/2011 a 01/03/2016
Cia. Riograndense de Mineração (CRM)	Indeterminada
CIEE/PE	Indeterminada
CIEE/PR	Indeterminada
CIEE/RS	Indeterminada
CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL LTDA.	31/08/2010 a 30/08/2015
CIM-TEAM Informática	Indeterminada
Comercial Hidrosul	30/03/2012 a 29/03/2017
COMIL	Indeterminada
Comp. De Informática de Pelotas	01/09/2011 a 31/08/2016
Conrad Caine	07/03/2012 a 06/03/2017
Construtora Triunfo AS	13/03/2012 a 12/03/2017
Contronic	01/07/2011 a 30/06/2016
Coop. de Peq. Agricultores da Região Sul	09/11/2011 a 08/11/2016
CREA Pelotas	23/05/2011 a 22/05/2016
Doces Crochemore	21/09/2011 a 20/09/2016
DresserRand do Brasil	25/01/2012 a 24/01/2017
EACCI	Indeterminada
EMBRAPA	09/04/2008 - 09/04/2013
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	03/01/2011 a 03/01/2013
Ericsson do Brasil	Indeterminada
Escola Osvaldo Cruz	25/04/2011 a 24/04/2016
Estagiar	Indeterminada
ESTAGIAR INTEGRADOR EMP-ESCOLA	14/01/2010 a 14/01/2015
FDRH	06/01/2011 a 05/01/2013
FEPAM	03/05/2012 a 02/05/2017
FOCO RH	Indeterminada
Fundação ACCIE	01/04/2011 a 31/03/2016
Fundação Carlos Joffre do Amaral	08/09/2011 a 07/09/2016
FEPPS - Fund. Estadual de Prod. e Pesq. Em Saúde	13/04/2012 a 12/04/2017
Fundação ULBRA	04/03/2011 a 03/03/2016
FUNDATEC	Indeterminada
FUTURA INTEG EMPRESA-ESCOLA LTDA	20/01/2010 a 20/01/2015
Gelre	Indeterminada
Gerasul	Indeterminada
Guete Atelier de Costura	20/03/2012 a 19/03/2017
GVT	Indeterminada

ICEA	Indeterminada
Icotron	Indeterminada
Inovação Talentos Humanos	28/11/2011 a 27/11/2016
Inovarh	16/06/2011 a 15/06/2016
Instituto Assis Chateaubriand	25/04/2011 a 24/04/2016
Instituto EuvaldoLodi (IEL)	21/07/2011 a 20/07/2016
Instituto Nacional América (ECCOS)	03/06/2009 a 03/06/2014
Instituto PROE	31/05/2007 a 31/05/2012
Intellistemas	12/07/2011 a 11/07/2016
Ipiranga	Indeterminada
Irmãos Krummenauer	03/05/2011 a 02/05/2016
ITAIPU	Indeterminada
ITAIPU BINACIONAL	Indeterminada
LF & FF Consultoria Empresarial	22/06/2011 a 21/06/2016
Link (ABRH)	04/08/2011 a 04/08/2012
Metávila	15/07/2011 a 14/07/2016
Metta	18/06/2012 a 17/06/2017
MILLENIUM	Indeterminada
Modulus Escritório de Arquitetura	10/01/2012 a 09/01/2017
Município do Rio Grande	14/01/2011 a 13/01/2016
Notabili	25/06/2012 a 24/06/2017
OEMTEL	Indeterminada
OFICINA DE IDEIAS	21/10/2009 - 21/10/2014
Personne	Indeterminada
PETROBRAS	10/07/2012 a 10/07/2017
Petroflex	Indeterminada
Plus Engenharia	10/05/2012 a 09/05/2017
Porine Serviços de Informática	12/11/2010 a 11/11/2015
Promatec	29/10/2010 a 28/10/2015
PRO-SERVI	Indeterminada
QualittaRH	20/04/2012 a 19/04/2017
Refinaria de Petróleo Riograndense S/A	18/10/2010 a 17/10/2015
RH Internacional	Indeterminada
SADIA	Indeterminada
SANEP	Indeterminada
SENAC/RS	01/09/2010 a 31/08/2015
SIGA	Indeterminada
Soulan	Indeterminada
STAG	Indeterminada
Suprema	Indeterminada
SUPRG	15/07/2008 a 14/07/2013
Tractebel Energia	11/03/2009 a 11/03/2012
Transpetro	03/01/2012 a 03/01/2017
UCPEL (concedente)	10/02/2012 a 09/02/2017
UCPEL (Inst. Ensino)	10/09/2010 a 09/09/2015
ULBRA	25/06/2012 a 24/06/2017
UFSM	11/11/2011 a 10/11/2016
Unipampa	29/09/2011 a 29/09/2016
Unitel Fontes e Transformadores	21/09/2011 a 20/09/2016
UNISC	09/04/2012 A 08/04/2017
UNOPAR	21/02/2011 a 20/02/2016
UPF	14/11/2011 a 13/11/2016

Usina de Talentos	12/03/2012 a 11/03/2017
WEG	29/08/2008 a 29/08/2013

F- EDITAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E AÇÕES DE EXTENSÃO 2012.

Edital PROEX Nº 01/2012	Objetivo de atender possíveis demandas dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) das regiões de abrangência dos <i>campi</i> .
Edital PROEX Nº 02/2012	Edital interno para selecionar atividades de extensão para participação no Edital Nº 02 PROEXT 2013 – MEC/SESu do Programa de Extensão Universitária (PROEXT).
Edital PROEX Nº 03/2012	Relacionado ao Programa Institucional de Incentivo a Extensão (PIIEX), que tem como objetivo despertar a vocação extensionista, estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação, mediante participação em projetos de extensão.
Edital PRONATEC – Apoio Sistemico – 01/2012	Seleção de bolsista de apoio à coordenação sistêmica do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).
Edital Nº 02/2012 MEC/SETEC	Proporcionar apoio a Pesquisa Aplicada na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Foram contemplados os Termos de Cooperação: Jogos Intercampi do IFSul e Editais para atualização tecnológica e mobilidade acadêmica de servidores do IFSul.
Edital PROEX Nº 04/2012	O objetivo foi despertar e estimular o desenvolvimento social, o espírito crítico, a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação, mediante participação em atividades de extensão que, apoiadas financeiramente, visem contribuir para o desenvolvimento da extensão.
Chamada Pública MEC/SETEC – 01/2012	adesão ao Programa Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável – instituído pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, do Ministério da Educação

G- PROJETOS REGISTRADOS NA PROEX

	<i>Campus</i>	Título do Projeto	Público alvo	Valor Financiado	Fomento
1	Bagé	Oficina de Francês	Alunos	1.680,20	PROEX
2	Bagé	Vivenciando o Xadrez no IFSul - campus Bagé	Alunos, professores, servidores e familiares	-	-
3	Bagé	DIVULGAIF:Divulgando o IFSul-Campus Bagé	Escolas, empresas e comunidade	8.240,00	PROEX
4	Bagé	Cine Matinal: a escola no cinema	Alunos e comunidade externa	500,00	Campus Bagé
5	Bagé	Cinema e Cultura Indígena	Divulgação da cultura indígena na comunidade externa	708,00	Campus Bagé
6	Bagé	Introdução a língua e cultura Yorubá		2.014,50	Campus Bagé
7	Camaquã	Educação Ambiental para Coleta Seletiva	Comunidade externa	9.600,00	PROEX
8	Camaquã	Sementes e Sistemas do Desenvolvimento Rural	Agricultores, familiares, pequenos e médios produtores e empreendedores rurais	11.494,80	PROEX
9	Camaquã	Clube de Conversação em Língua Inglesa	Alunos	300,00	PROEX
10	Camaquã	Inclusão digital sem fronteiras	Comunidades em situação de risco social	7.050,00	PROEX
11	Camaquã	Ciências Exatas e Suas Interfaces	Alunos	1.871,11	PROEX
12	Camaquã	Diálogos entre docentes	Professores das séries finais do Ensino Fundamental e Ensino médio	12.000,00	PROEX
13	Camaquã	Curso de extensão em Matemática Financeira		4.671,00	PROEX
14	Camaquã	Redação de Notícias-Jornal na Escola	Alunos	2.160,00	PIIEX
15	Camaquã	Inclusão Digital e Cidadania	Comunidade externa	2.160,00	PIIEX
16	Camaquã	Sexualidade Saudável	Jovens e seus responsáveis	2.160,00	PIIEX
17	Camaquã	RpboltIF:Motivando o aprendizado através da	Alunos	2.160,00	PIIEX

		robótica			
18	Camaquã	Céus do Sul	-	2.160,00	PIIEX
19	Camaquã	Projeto de extensão continuada para a Formação de leitores- Cinema e Literatura:Diálogos	Comunidade interna e externa	2.160,00	PIIEX
20	Camaquã	Ciências Exatas e Suas Interfaces	alunos	2.160,00	PIIEX
21	Camaquã	Feira de Ciência e Tecnologia Camaquã	Alunos e comunidade	2.160,00	PIIEX
22	Camaquã	Projeto Punhobol:doIFSul-Camaquã para todos	Alunos, crianças e adolescentes da comunidade	4.320,00	PIIEX
23	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Ensino de Espanhol, Francês e Inglês com Língua Estrangeira no IFSul, Campus Pelotas - Visconde da Graça	Alunos, servidores e comunidade adjacente	-	-
24	Campus Pelotas - Visconde da Graça	4º Curso de Monitores e 12º Cursos de Doma Racional e Linguagem Corporal	Comunidade	11.639,00	PROEX
25	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Curso de Capacitação em Qualidade do Leite	Comunidade	5.740,00	PROEX
26	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Os múltiplos vieses da Língua Francesa como instrumento na apropriação técnico-científica em Viticultura e Enologia	Alunos e produtores	10.080,00	PROEX
27	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Levantamento Epidemiológico de Mastite Clínica e Subclínica em Rebanhos Leiteiros na Região Sul do Rio Grande do Sul	Comunidade rural	10.940,00	PROEX
28	Campus Pelotas - Visconde da Graça	"Visitando" projetos ao Campus Pelotas - Visconde da Graça	Alunos de instituições de ensino de Pelotas	9.797,50	PROEX
29	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Abastecimento e Qualidade da Água para Consumo Humano e Animal de Unidades de Produção - Ups - Capacitação & Vivência em Extensão Rural - FASE	Comunidades rurais	11.600,00	PROEX
30	Campus Pelotas -	Metodologia do Ensino de Ciências e	Professores	5.700,00	PROEX

	Visconde da Graça	Matemática: uma abordagem interdisciplinar			
31	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Suporte tecnológico para inovação de produtos em indústrias de frutas e hortaliças da Região de Pelotas		11.930,00	PROEX
32	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Estudos e Musicalização - Formação de Grupos Musicais através da Prática de Instrumental de Percussão, Flauta Doce e Violão	Alunos e moradores do bairro Arco-íris	11.240,00	PROEX
33	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Desenvolvimento de Sistemas de Irrigação e Manejo dos Solos em Propriedades Rurais no Município de Pelotas - RS	Comunidade	11.936,79	PROEX
34	Campus Pelotas - Visconde da Graça	NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas	Comunidade, alunos, professores e outras instituições de ensino	4.893,20	PROEX
35	Campus Pelotas - Visconde da Graça	"Eu odeio Química" Por que a disciplina carrega este estigma? Estudo de Caso em Escolas da Rede Pública	Alunos do ensino médio de escolas públicas	8.720,00	PROEX
36	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Integrações Socioculturais no MERCOSUL - Uruguai	Estudantes de diversos países	12.000,00	PROEX
37	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Concurso cultural para os uniformes das equipes esportivas do Campus Pelotas-Visconde da Graça	Alunos, professores e técnicos administrativos	9.880,00	PROEX
38	Campus Pelotas - Visconde da Graça	A atividade física no combate a obesidade na adolescência	Alunos	-	-
39	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Inserção, promoção e aplicação da produção hortícola orgânica na comunidade Três Vendas: conscientização e tecnologia ao alcance do pequeno produtor;	Comunidade	2.160,00	PIEX
40	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Dia de Campo: Pastagens de Inverno	Alunos	2.160,00	PIEX

41	Campus Pelotas - Visconde da Graça	A Educação e o Processo Criativo em Moda:gerando alternativas sustentáveis	Participação de alunos em evento	2.160,00	PIIEX
42	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Época e intensidade de poda de goiabeira e seus reflexos no desenvolvimento vegetativo e na produção	Comunidade	2.160,00	CaVG
43	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Visitando: projeto de visitas ao campus Pelotas-Visconde da Graça	Instituições de ensino de Pelotas e região do Campus	2.160,00	CaVG
44	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Feira de Ciências e Matemática do Campus Pelotas Visconde da Graça - FECIMAVIG		1.000,00	CaVG
45	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Curso de Inseminação Artificial de Bovinos		-	-
46	Campus Pelotas - Visconde da Graça	2º FECIMES- - Feira de Ciências e Matemática da Metade Sul do Rio Grande do Sul	Alunos do ensino básico, professores e futuros professores	214.717,27	CNPq
47	Charqueadas	LIBRAS - Uma voz que se vê	Professores da região carbonífera	10.449,00	PROEX
48	Charqueadas	"Projeto Levanta Jacui"	Comunidade	3.240,00	PROEX
49	Charqueadas	Inclusão Digital:do campus à comunidade	Alunos, servidores e comunidade da escola municipal infantil Tia Filó	7.240,00	PROEX
50	Charqueadas	Estratégia de Gestão e Liderança Institucional	Profissionais que trabalham na gestão escolar	5.960,00	PROEX
51	Charqueadas	Voleibol 2012	Alunos	-	-
52	Charqueadas	Feira Nordestina de Ciências e Tecnologias	Participação de alunos em feira	5.932,00	Campus Charqueadas
53	Charqueadas	Inclusão Digital da Comunidade da Região Carbonífera do RS através do Reaproveitamento de lixo eletrônico	Comunidade	3.000,00	Campus Charqueadas
54	Passo Fundo	Formação continuada de professores da rede	Professores da rede pública de	6.480,00	PROEX

		pública de Passo Fundo em informática educativa	ensino do município		
55	Passo Fundo	Promovendo a Inclusão Digital no IFSul - Campus Passo Fundo	Alunos das séries finais de escolas públicas municipais	10.079,92	PROEX
56	Passo Fundo	Qualificação de Professores Indígenas na Área de Informática: Uma Ação Inclusiva	Comunidade indígena	9.849,00	PROEX
57	Passo Fundo	IFSul-Campus Passo Fundo de Portas Abertas à Comunidade	Alunos concluintes do Ensino Médio, da rede pública de ensino	10.715,40	PROEX
58	Passo Fundo	Oportunizando o acesso às ferramentas de CAD	Alunos e trabalhadores na área de engenharia e arquitetura	2.160,00	PIEX
59	Passo Fundo	IFSul-Campus Passo Fundo e Escola Aberta de Passo Fundo: uma parceria para promover a inclusão Digital	Crianças e adolescentes, entre nove e dezoito anos de idade, oriundos de classes menos favorecidas	2.160,00	PIEX
60	Pelotas	Literatura no Corpo Surdo	Alunos da escola especial Alfredo Dub	-	-
61	Pelotas	Re-acreditar no Futuro	Jovens, adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica	12.180,00	PROEX
62	Pelotas	Desenvolvendo habilidades por meio da educomunicação	Sem informação	8.680,00	PROEX
63	Pelotas	Portal de Jogos Destinado a Aprendizagem de Alunos com Necessidades	Crianças portadoras de necessidades especiais	8.942,00	PROEX
64	Pelotas	A prática do design social no IFSul	Entidades filantrópicas	11.028,00	PROEX
65	Pelotas	Curso de Libras Nível I	servidores técnico-administrativos, docentes do campus	-	-

			Pelotas e membros do colegiado do NAPNE		
66	Pelotas	Curso de Libras Nível II	servidores técnico-administrativos, docentes do campus Pelotas e membros do colegiado do NAPNE	-	-
67	Pelotas	Curso de NR-10	Alunos	-	-
68	Pelotas	Cursos de Áreas Classificadas	Alunos	-	-
69	Pelotas	Curso de NR10 - Curso Básico	Alunos	-	-
70	Pelotas	Astronomia ao Alcance de Todos	Comunidade	1.296,50	Campus Pelotas
71	Pelotas	Curso de Língua Francesa (módulo II)	Professores, alunos e técnico-administrativos do IFSul campus Pelotas	-	-
72	Pelotas	Curso de Língua Francesa (módulo I)	Professores, alunos e técnico-administrativos do IFSul campus Pelotas	-	-
73	Pelotas	FreeConversation		-	-
74	Pelotas	Curso de Automação Residencial		-	-
75	Pelotas	Oficina de Geometria Descritiva		-	-
76	Pelotas	Cinema no IFSul		-	-
77	Reitoria/DGP	1º Seminário Regional sobre Políticas e Tecnologias Sociais para a Cadeia Produtiva de Resíduos Sólidos		11.545,00	PROEX
78	Reitoria/Dtic	Processo de Triagem para Reciclagem de Lixo Eletrônico		9.683,70	PROEX
79	Santana do Livramento	Campanha Natal Solidário		-	-
80	Santana do Livramento	Compartilhando Letras via on-line	Alunos brasileiros e uruguaios do curso	2.880,00	PROEX

			binacional		
81	Santana do Livramento	Nossa Terra-descrevendo a Fronteira em Arte	Comunidade	2.160,00	PIIEX
82	Santana do Livramento	Desenvolvimento de Website-Multi-idioma	Alunos	2.160,00	PIIEX
83	Santana do Livramento	Pesquisas escolares através do uso responsável da internet		2.160,00	PIIEX
84	Santana do Livramento	Ações de Comunicação do Mulheres Mil Binacional	Comunidade	2.160,00	PIIEX
85	Santana do Livramento	Curso Básico de Inglês para Crianças e Adolescentes do Lar de Meninas de Santana do Livramento	Comunidade	-	-
86	Santana do Livramento	Aprendendo e Ensinando com projeto Tchê		-	-
87	Sapucaia do Sul	Ampliando os muros da biblioteca: um convite à comunidade para apreciação da literatura		5.148,00	PROEX
88	Sapucaia do Sul	Divulgação do campus Sapucaia do Sul: uma iniciativa de envolvimento com a comunidade	Comunidade	-	-
89	Sapucaia do Sul	MOSTRATEC - Apresentação de Trabalho do IFSul	Alunos e professores	800,00	Campus Sapucaia do Sul
90	Sapucaia do Sul	Apoio pedagógico:A monitoria como instrumento para a melhoria do ensino técnico de nível médio	Alunos	-	-
91	Sapucaia do Sul	Aproximando a juventude, quebrando fronteiras: arte, cultura e cidadania		1.080,00	Campus Sapucaia do Sul
92	Venâncio Aires	Língua Alemã: construindo pontes	Alunos	12.000,00	PROEX
93	Venâncio Aires	Vivendo a Leitura	Comunidade interna e externa	12.000,00	PROEX
94	Venâncio Aires	Inclusão Digital	Pessoas que estão em vulnerabilidade e social	6.480,00	PROEX
95	Venâncio Aires	A Tecnologia a Serviço da Educação na Rede Pública de Ensino de Venâncio Aires	Alunos e professores da rede pública de ensino	11.830,00	PROEX
96	Venâncio Aires	Grupo de Estudos sobre Meio Ambiente	Comunidade interna e	8.760,00	PROEX

			externa		
97	Venâncio Aires	Cinema na Escola	Comunidade interna e externa	11.542,00	PROEX
98	Venâncio Aires	Atividades de Astronomia no IFSul	Alunos	5.640,00	PROEX
99	Venâncio Aires	Espaço Movaci (Mostra Venâncio-Airense de Cultura e Inovação)	Alunos, professores e comunidade externa	7.200,00	PROEX
100	Venâncio Aires	Informática na melhor idade	Comunidade	6.480,00	PROEX
101	Venâncio Aires	InFo em Movimento	Entidades assistenciais da região	9.720,00	PROEX
102	Venâncio Aires	Projeto Liberdade Capoeira	Alunos, servidores, terceirizados e com algumas ações com a comunidade	1.480,00	PROEX
103	Venâncio Aires	NAEP-Núcleo de Apoio Especializado em Programação	Alunos	2.160,00	PIIEX
104	Venâncio Aires	Mexendo o Esqueleto	Comunidade escolar	2.160,00	PIIEX
105	Venâncio Aires	Segredando Histórias	Alunos	2.160,00	PIIEX
106	Venâncio Aires	A Arte da Gravura para Qualquer Idade	Comunidade escolar	2.160,00	PIIEX
107	Venâncio Aires	kids Learning English:ExpandindoHorizontes	Instituições que atendem às comunidades carentes	2.160,00	PIIEX
108	Venâncio Aires	O Melhor lugar do Mundo	Comunidade interna e externa	2.160,00	PIIEX
109	Venâncio Aires	Papelmática: Geometria da Dobradura	Alunos	2.160,00	PIIEX
110	Venâncio Aires	Experimentando as Ciências	Comunidade interna e externa	2.160,00	PIIEX
111	Venâncio Aires	Instrumentos Musicais a Partir da Reciclagem	Alunos	2.160,00	PIIEX
112	Venâncio Aires	Ressignificando os Direitos Humanos	Comunidade interna e externa	2.160,00	PIIEX

Fonte: Coordenadoria de Ações de Extensão

H- EVENTOS REGISTRADOS NA PROEX

	<i>Campus</i>	Título do Evento	Valor Financiado	Fomento
1	Campus Bagé	I Seminário Interno de Educação Física do IFSul	450,00	Campus Bagé
2	Campus Bagé	Dia Internacional da Segurança em Informática	-	-
3	Campus Bagé	I Seminário Internacional Ensino da Arte: Cultura Visual, Escola e Cotidiano.	5.980,00	FAPERGS
4	Campus Bagé	1º Encontro de Ciência e Tecnologia do IFSul/Campus Bagé	6.175,00	Propesp
5	Campus Bagé	Dia do Combate ao Fumo	-	-
6	Campus Camaquã	I Jogos Interturmas do IFSul-Camaquã	1.461,60	Campus Camaquã
7	Campus Charqueadas	I seminário dos intercâmbios internacionais do campus Charqueadas	-	-
8	Campus Charqueadas	Oficina de elaboração de Plano de Pesquisa	-	-
9	Campus Charqueadas	Festa Junina do Campus Charqueadas	-	-
10	Campus Charqueadas	I Seminário de Gênero & Diversidade do IFSul	-	-
11	Campus Pelotas	I Seminário de Ações Inclusivas do IFSul	2.000,00	Reitoria
12	Campus Pelotas	III Ciclo de Palestras "Química na cabeça"		
13	Campus Pelotas	Realização e mostra de Stop Motion temático. O Idoso: desafios e perspectivas atuais.	500,00	Campus Pelotas
14	Campus Pelotas	1º Semana Acadêmica "Integra Design"	-	-
15	Campus Santana do Livramento	1º Encontro Mulheres Mil IFSul - Campus Santana do Livramento	-	-
16	Campus Sapucaia do Sul	Rock e Filosofia No Intervalo	-	-
17	Campus Pelotas - Visconde da Graça	I Workshop "Desastre Naturais e Prevenção de Riscos"	-	-
18	Campus Pelotas - Visconde da Graça	II Semana Acadêmica do Curso Técnico Integrado e Subsequente em Meio Ambiente	4.305,90	CaVG
19	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Palestras Técnicas de Agroindústria	-	-
20	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Seminário de Planejamento do Campus Pelotas	3.200,00	CaVG

		Visconde da Graça		
21	Campus Pelotas - Visconde da Graça	2º Ciclo de Atualizações em Zootecnia	-	-
22	Campus Pelotas - Visconde da Graça	VIII Semana do Alimento Orgânico	-	-
23	Campus Pelotas - Visconde da Graça	8º Simpósio Sul Rio-grandense de Professores de Ciências e Matemática	-	-
24	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Ciclo de palestras do Curso de Especialização Técnica em Plantas Ornamentais e Bioativas	-	-
25	Reitoria	II Congresso Internacional de Escolas de Gastronomia	81.975,00	Patrocínios
26	Reitoria/PROEX	II Jogos Intercampi do IFSul	20.000,00	PROEX
27	Reitoria/PROEX	1º Seminário dos Coordenadores de Estágios do IFSul		
28	Reitoria/PROEX	O Doce brilho das Estrelas	-	-

Fonte: Coordenadoria de Ações de Extensão

I- PROGRAMAS REGISTRADOS NA PROEX

	<i>Campus</i>	Título do Programa	Valor Financiado	Fomento
1	Campus Pelotas	Re-acreditar no Futuro	12.000,00	PROEX
2	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Programa de Educação Ambiental do Campus Pelotas - Visconde da Graça	11.280,00	PROEX
3	Campus Pelotas - Visconde da Graça	PRONECIM	-	-
4	Campus Pelotas - Visconde da Graça	Desenvolvimento da Ecosol no Presídio Regional de Pelotas	150.000,00	PROEXT MEC/SESu

Fonte: Coordenadoria de Ações de Extensão